



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



Fundo das Nações Unidas para a População

PADRÃO LINGUÍSTICO EM MOÇAMBIQUE

Dezembro 2023





Coordenação

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)
Bérangère Boëll, Representante
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

Comitê Técnico Inter-Institucional

Instituto Nacional de Estatística
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

Processamento de dados

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Manguê; Francisco Macaringue; Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

Elaboração do relatório (ICON Institute)

Coordenação

Marco Gozio (Coordenador Geral)
Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

Autores

Feliciano Chimbutane, David Alberto Seth Langa,
Carlos Lauchande, Luísa Vanessa Teixeira Lopes

Assistência técnica

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

Maquetização

Danúbio Mondlane

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

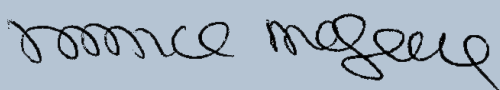
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magaua

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

ÍNDICE

Lista de Siglas e Abreviaturas	xiii
Agradecimentos.....	xiv
Sumário Executivo	xv
Resultados principais	xvi
Padrão Linguístico e suas Implicações Sociopolíticas.....	xvii

1. INTRODUÇÃO 1

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENSO E DO ESTUDO 3

2.1 O Censo 2017.....	4
2.2 O Estudo.....	5
Limitações do Estudo	6

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS 7

3.1 Línguas Maternas em Moçambique.....	8
3.1.1 Distribuição da População Segundo Língua Materna	9
3.1.2 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Área de Residência.....	13
3.1.3 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Sexo.....	15
3.1.4 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Idade	16
3.1.5 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Estatuto Socioeconómico	17
3.1.6 Distribuição da População Segundo Língua Materna, Região e Área de Residência	18
3.1.7 Distribuição da População Segundo Língua Materna, Região e Sexo.....	20
3.1.8 Distribuição Provincial da População Segundo Língua Materna	20
3.2 Conhecimento da Língua Portuguesa	28
3.2.1 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa.....	29
3.2.2 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Área de Residência	29
3.2.3 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Sexo.....	30
3.2.4 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Idade	31
3.2.5 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa, Região e Área de Residência	32
3.2.6 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa, Região e Sexo.....	34
3.2.7 Distribuição Provincial da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa.....	35

3.3 Línguas Faladas com mais Frequência	37
3.3.1 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa.....	38
3.3.2 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Área de Residência	40
3.3.3 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Sexo	41
3.3.4 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Idade.....	42
3.3.5 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Estatuto Socioeconómico.....	43
3.3.6 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa, Região e Área de Residência	44
3.3.7 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência, Região e Sexo	45
3.3.8 Distribuição Provincial da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência	46
3.4 Habilidades de Leitura e Escrita	50
3.4.1 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua	50
3.4.2 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Área de Residência	52
3.4.3 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Sexo	53
3.4.4 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Idade.....	54
3.4.5 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Estatuto Socioeconómico.....	54
3.4.6 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua, Região e Área de Residência	55
3.4.7 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua, Região e Sexo.....	56
3.4.8 Distribuição Provincial da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua	57

4. FACTORES DETERMINANTES DO PADRÃO LINGUÍSTICO DE MOÇAMBIQUE 59

4.1 Análise Bivariada.....	60
4.2 Análise Multivariada	61

5. PADRÃO LINGUÍSTICO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS, COM REFERÊNCIAS ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO	63
5.1 Contextualização Geral	64
5.1.1 A Questão Linguística em Países Multilíngues Pós-coloniais	64
5.1.2 Políticas e Práticas Linguísticas em Moçambique.....	64
5.2 Padrão Linguístico e suas Implicações para Políticas e Práticas Educativas	66
5.2.1 Retração das Línguas Bantu e o Papel da Escola e das Famílias na Reversão do Processo	67
5.2.2 Disparidades no Acesso ao Português e à Literacia	70
Disparidades regionais	70
Disparidades de Género	73
5.3 Padrão Linguístico e suas Implicações para Políticas e Práticas de Comunicação na/para a Saúde..	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
8. ANEXOS	85
Indicador 1- Língua Materna	86
Indicador 2- Língua falada com mais frequência	89
Indicador 3 - Saber e escrever	92
Indicador 4 - Sabe Falar Língua português	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais, segundo língua materna em Moçambique, em 1980, 1997, 2007 e 2017.....	9
Figura 2: Taxa de crescimento da população com o Português como língua materna em Moçambique, entre 1980 e 2017, e projecção para 2027	10
Figura 3: Taxa de decrescimento da população com uma língua bantu como língua materna em Moçambique, entre 1980 e 2017, e projecção para 2027	11
Figura 4: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017.....	14
Figura 5: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	16
Figura 6: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e idade em Moçambique, em 2017	17
Figura 7: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e estatuto socioeconómico (nível de riqueza) em Moçambique, em 2017	18
Figura 8: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa (LP) em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	29
Figura 9: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	30
Figura 10: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017.....	31
Figura 11: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e idade em Moçambique, em 2017.....	32
Figura 12: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017.....	38
Figura 13: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	41
Figura 14: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	42
Figura 15: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e idade em Moçambique, em 2017.....	43
Figura 16: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua mais falada em casa e estatuto socioeconómico (quintis de riqueza) em Moçambique, em 2017.....	44
Figura 17: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017.....	51
Figura 18: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	52
Figura 19: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	53
Figura 20: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e idade em Moçambique, em 2017	54
Figura 21: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e estatuto socioeconómico (quintil de riqueza) em Moçambique, em 2017	55
Figura 22: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita por província, em 1997, 2007 e 2017.....	58
Figura 23: Distribuição de usos da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita por região, em 2017 ..	71
Figura 24: Distribuição de usos da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita por região, em 2017 ..	72
Figura 25: Distribuição de usos da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita por sexo, em 2017.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna em Moçambique, em 1980, 1997, 2007 e 2017	12
Quadro 2: Distribuição percentual da população segundo língua materna, região e área de residência em Moçambique, em 2017	19
Quadro 3: Distribuição percentual da população segundo língua materna, região e sexo em Moçambique, em 2017	20
Quadro 4a: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna por província, em 1997, 2007 e 2017	22
Quadro 4b: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna por província, em 1997, 2007 e 2017	24
Quadro 5: Distribuição percentual da população segundo conhecimento da língua portuguesa, região e área de residência em Moçambique, em 2017	33
Quadro 6: Distribuição percentual da população segundo conhecimento da língua portuguesa, região e sexo em Moçambique, em 2017	35
Quadro 7: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa por província, em 1997, 2007 e 2017	36
Quadro 8: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017.....	39
Quadro 9: Distribuição percentual da população segundo língua falada com mais frequência em casa, região e área de residência em Moçambique, em 2017	45
Quadro 10: Distribuição percentual da população segundo língua falada com mais frequência em casa, região e área de residência em Moçambique, em 2017	46
Quadro 11a: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua falada com mais frequência por província, em 1997, 2007 e 2017.....	47
Quadro 11b: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua falada com mais frequência por província, em 1997, 2007 e 2017.....	48
Quadro 12: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua, região e área de residência em Moçambique, em 2017	56
Quadro 13: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua, região e sexo em Moçambique, em 2017	57
Quadro 14: Matriz das correlações entre os indicadores e os factores sociodemográficos	61
Quadro 15: Resultados da regressão logística	62
Quadro 1: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais, segundo língua materna em Moçambique, em 1980, 1997, 2007 e 2017	86
Quadro 2: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	86
Quadro 3: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	86
Quadro 4: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e idade em Moçambique em 2017	87
Quadro 5: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna, região e área de residência, em 2017.....	87
Quadro 6: Distribuição da população de 5 anos mais segundo língua materna, região e sexo, em 2017	88
Quadro 7: Distribuição da população segundo língua materna e estatuto sócio-económico (quintis de riqueza)	88
Quadro 8: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e ao nível de educação	88

Quadro 9: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e a religião	89
Quadro 10: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017.....	89
Quadro 11: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	89
Quadro 12: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	90
Quadro 13: Distribuição da população segundo língua falada com mais frequência em casa, região e área de residência, em 2017	90
Quadro 14: Distribuição da população segundo língua falada com mais frequência, região e área de residência, em 2017	90
Quadro 15: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e idade em Moçambique, em 2017.....	91
Quadro 16: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e religião, em 2017	91
Quadro 17: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e situação sócio-económica, em 2017.....	92
Quadro 18: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e nível de educação, em 2017.....	92
Quadro 19: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	92
Quadro 20: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	92
Quadro 21: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017	93
Quadro 22: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e idade em Moçambique, em 2017	93
Quadro 23: Distribuição da população de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever, segundo a região e área de residência, em 2017	94
Quadro 24: Distribuição da população de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever, segundo a região e o sexo em 2017	94
Quadro 25: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita por província, em 1997, 2007 e 2017.....	95
Quadro 26: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e nível sócio-económico, em 2017	95
Quadro 27: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e religião, em 2017	95
Quadro 28: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa (LP) em Moçambique, em 1997 e 2007	96
Quadro 29: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e área de residência em Moçambique, em 1997 e 2007	96
Quadro 30: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e sexo em Moçambique, em 1997 e 2007	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Línguas maternas por província	8
Mapa 2: Línguas maternas bantu - área rural.....	13
Mapa 3: Línguas maternas bantu - área urbana	13
Mapa 4: Língua materna Português - área rural	15
Mapa 5: Língua materna Português - área urbana.....	15
Mapa 6: Falantes de Português por província	28
Mapa 7: Mulheres falantes de Português	34
Mapa 8: Homens falantes de Português.....	34
Mapa 9: Língua falada mais frequentemente em casa por província.....	37
Mapa 10: Português mais frequente - área rural	40
Mapa 11: Português mais frequência- área urbana.....	40
Mapa 12: Mulheres que sabem ler e escrever	50
Mapa 13: Homens que sabem ler e escrever.....	50

Lista de Siglas e Abreviaturas

APC	Análise de Componentes Principais
COVID-19	Corona vírus disease 19 / Doença do coronavírus 19
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para População
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
LB	Língua Bantu
LM	Língua Materna
LMFP	Língua Mais Falada Português
LMP	Língua Materna Português
LP	Língua Portuguesa
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MINED	Ministério da Educação
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
OMS	Organização Mundial da Saúde
OR	Odds Ratio
ref.	Referência
RM	Rádio Moçambique
SLE	Saber ler e escrever
TVM	Televisão de Moçambique
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

AGRADECIMENTOS

Este estudo não teria sido possível sem o apoio multifacetado prestado por diferentes instituições e pessoas singulares. Agradecemos aos técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) pelo apoio logístico e técnico prestado ao longo da realização do estudo e socialização dos resultados obtidos. Agradecemos ao Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane, pelo apoio na produção dos mapas, aos Departamentos de Línguas e de Linguística e Literatura, da mesma Universidade, e ao Departamento de Matemática da Universidade Pedagógica de Maputo, pelo apoio na realização deste estudo. Um agradecimento especial vai para os técnicos e especialistas de diferentes áreas e instituições pelos subsídios que nos deram a partir de entrevistas, que contribuíram imenso para a focalização do estudo e interpretação dos dados quantitativos dos Censos. Aos nossos colegas autores de outros estudos temáticos sobre os dados do censo, vão os nossos agradecimentos pela partilha de dados e co-construção da interpretação dos resultados obtidos neste estudo. A todos os revisores das diferentes versões deste relatório, a nossa palavra de apreço pela contribuição que deram no apuramento da qualidade da análise, interpretação e apresentação dos dados.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este estudo analisa o padrão linguístico de Moçambique, tendo em conta os dados dos Censos 1997, 2007 e 2017, mas com alguma referência aos dados do Censo 1980. O objectivo geral é descrever as tendências do padrão linguístico e explorar as suas implicações sociopolíticas. Neste contexto, espera-se que o estudo contribua para a caracterização da situação linguística de Moçambique e provisão de subsídios para a elaboração, avaliação e revisão de políticas e programas sociais e económicos que tenham a questão linguística como uma das suas componentes essenciais. Especial atenção é dedicada à análise da implicação dos resultados nas políticas e estratégias de educação e comunicação na/para a saúde. Os resultados também podem ser usados como referência para estudantes, investigadores e outros utentes que se interessem por questões linguísticas ou por questões cuja análise e percepção envolve o conhecimento da situação linguística de Moçambique ou de uma área geográfica específica deste país.

A análise oferecida tem como enfoque quatro indicadores principais do Censo de 2017, nomeadamente: principais línguas maternas; línguas faladas com mais frequência; conhecimento da língua portuguesa; e habilidade de leitura e escrita. Na análise destes indicadores, foram consideradas as seguintes variáveis sociodemográficas: área de residência, sexo, idade, estatuto socioeconómico, região e nível de escolaridade.

O estudo adopta uma abordagem metodológica essencialmente quantitativa, mas com uma substancial componente qualitativa. A componente quantitativa do estudo assenta na análise estatística dos dados do Censo 2017, focalizada no estudo das tendências dos indicadores do padrão linguístico de Moçambique nos últimos três censos (Censos 1997, 2007 e 2017), bem como a sua relação com a dinâmica sociodemográfica. A componente qualitativa é convocada para a interpretação dos dados estatísticos, tendo em conta as políticas, práticas e programas sociais, culturais e económicos que têm a língua como um dos seus factores centrais. A revisão da literatura e documental e a auscultação de intervenientes-chave forneceram bases importantes para a análise dos dados quantitativos.

Resultados principais

Os resultados do Censo 2017 confirmam as principais tendências sobre o padrão linguístico de Moçambique captadas nos censos anteriores. Em termos específicos, os dados revelam as seguintes tendências principais:

Redução da percentagem da população com línguas bantu como as suas línguas maternas ou como as línguas mais faladas em casa;

- Crescimento da percentagem da população com o Português como língua materna ou como a língua mais falada em casa;
 - Crescimento da percentagem da população que sabe falar a língua portuguesa;
 - Crescimento da percentagem da população que sabe ler e escrever em, pelo menos, uma língua;
 - Redução das disparidades rural-urbano no que diz respeito a indicadores de acesso: (a) conhecimento da língua portuguesa, e (b) capacidade de leitura e escrita;
 - Redução das disparidades de género no que concerne a indicadores de acesso: (a) conhecimento da língua portuguesa, e (b) capacidade de leitura e escrita.
1. Redução da percentagem da população com línguas bantu como línguas maternas, contra o crescimento da percentagem da população com o Português como língua materna: A percentagem da população que tem uma língua bantu como língua materna vem baixando gradualmente, uma descida na ordem de 19.6 pontos percentuais, entre 1980 e 2017, e 6 pontos percentuais, entre 2007 e 2017, uma tendência que é mais acentuada na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais. Em contraste, a percentagem da população que tem o Português como língua materna vem crescendo substancialmente, um crescimento na ordem de 15.3 pontos percentuais, de 1980 a 2017, e 5.8 pontos, entre 2007 e 2017, uma tendência que é também mais acentuada na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais;
 2. Redução da percentagem da população com línguas bantu como as línguas mais faladas em casa, contra o crescimento da percentagem da população com o Português como a língua mais falada em casa: A percentagem da população que fala mais frequentemente uma língua bantu em casa reduziu em 7.9 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 1.5 pontos, entre 2007 e 2017, uma tendência que é mais acentuada na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais. Em contraste, quase que duplicou a proporção daqueles que falam a língua portuguesa mais frequentemente em casa, representando um crescimento na ordem de 8.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 4.1 pontos, entre 2007 e 2017, uma tendência que é também mais acentuada na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais;
 3. Crescimento da percentagem da população que sabe falar a língua portuguesa: A percentagem da população de falantes da língua portuguesa vem registando um crescimento substancial, correspondendo a 19 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 7.7 pontos, entre 2007 e 2017, uma tendência que é mais acentuada na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais;
 4. Crescimento da percentagem da população que sabe ler e escrever em, pelo menos, uma língua: A percentagem da população que sabe ler e escrever em Moçambique cresceu em 23.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e em 11.6 pontos, entre 2007 e 2017, uma tendência que é mais acentuada na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais;
 5. Redução das disparidades rural-urbano, considerando os dois indicadores de acesso - (a) conhecimento da língua portuguesa, e (b) capacidade de leitura e escrita: Ainda que as disparidades entre as áreas urbanas e rurais continuem muito grandes, constata-se que o crescimento da população que sabe falar a língua portuguesa tende a ser mais acentuado nas áreas rurais (crescimento na ordem 20.3 pontos percentuais,

entre 1997 e 2017, e 9 pontos, entre 2007 e 2017) do que nas urbanas (11.1 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 2.3 pontos, entre 2007 e 2017). O mesmo padrão se regista em relação à população alfabetizada, cujo crescimento, entre 1997 e 2017, foi maior nas áreas rurais (23.7 pontos percentuais) do que nas urbanas (16.6 pontos percentuais). Estes dados indicam uma tendência de redução das disparidades entre as duas áreas, com incidência na região Sul;

6. Redução das disparidades de género, considerando os dois indicadores de acesso - (a) conhecimento da língua portuguesa, e (b) capacidade de leitura e escrita: Ainda que as disparidades entre os homens e mulheres continuem visíveis, as taxas de crescimento da população que sabe falar a língua portuguesa tendem a ser mais acentuadas entre as mulheres (crescimento na ordem de 23.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 10.9 pontos, entre 2007 e 2017) do que entre os homens (14.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 4.4 pontos, entre 2007 e 2017). De igual modo, as taxas de crescimento da população com habilidades de leitura e escrita são maiores entre as mulheres (26.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 15.1 pontos, entre 2007 e 2017) do que entre os homens (19.7 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 7.6 pontos, entre 2007 e 2017). Tal como em relação às disparidades regionais, estes dados indicam uma tendência de redução das disparidades entre homens e mulheres, o que é mais visível na região Sul e nas áreas urbanas do que nas regiões Centro/Norte e nas áreas rurais.

Padrão Linguístico e suas Implicações Sociopolíticas

Este estudo mostra uma tendência de expansão da língua portuguesa e retração das línguas bantu. Estas tendências em direcções opostas poderão estar a sinalizar a ocorrência de um processo de mudança de língua, das línguas bantu para a língua portuguesa, especialmente nas áreas urbanas, e no seio das classes média e alta (Chimbutane & Gonçalves, em preparação). Na linha de Chimbutane & Gonçalves (em preparação), esta mudança está a ser condicionada por factores socioeconómicos, sociodemográficos e político-ideológicos. O estudo mostra como as instituições do Estado, em particular a educação, as organizações da sociedade civil, incluindo igrejas e organizações culturais, e as famílias jogam ou podem jogar um papel importante na promoção de ideologias, políticas e práticas favoráveis a uma convivência multilingue em Moçambique. Assim, para reverter o cenário de mudança de língua, sugere-se que a elaboração e revisão de políticas e estratégias educativas e sociais tenham em conta as seguintes sugestões:

- Definir uma política linguística explícita para Moçambique, que promova práticas de multilinguismo e multiculturalismo na educação e na sociedade, numa perspectiva de convivência e paridade entre o Português e línguas bantu e culturas associadas;
- Promover a transmissão e ensino das línguas bantu, e culturas associadas, nas famílias, na educação e na sociedade, incluindo através de instituições sociais como a igreja e outras organizações da sociedade civil;
- Expandir o ensino bilingue, assegurando, entre outros aspectos, maior acesso à educação a crianças e jovens com pouco ou nenhum contacto com a língua portuguesa antes da entrada para a escola;
- Melhorar a qualidade de oferta do ensino bilingue, incluindo através da melhoria da formação dos professores e dos materiais de ensino e aprendizagem, assegurando a aquisição de competências nas línguas bantu e em Português e recursos culturais e técnicos necessários para aceder a estudos avançados e competir no mercado de trabalho;
- Oferecer o ensino das línguas bantu no ensino monolingue, ensino secundário e em cursos seleccionados do ensino superior, assegurando que crianças e jovens que têm o Português como língua materna e aquelas que têm línguas maternas bantu, mas estão no programa monolingue em Português, possam aprender estas línguas em contexto formal de escola;
- Promover o estudo das línguas bantu e produção de literatura relevante nestas línguas, como glossários, dicionários, gramáticas, materiais de leitura complementar e didácticos nas diferentes áreas de conteúdo, condições importantes para a sua manutenção e desenvolvimento; e

- Promover o uso efectivo das línguas bantu em domínios formais, incluindo na administração e governação, potenciando assim a sua valorização social e estimulando a motivação para a sua transmissão nas famílias e uso na educação.

Os dados dos censos mostram haver disparidades regionais e de género quanto ao acesso à língua portuguesa e às habilidades de leitura e escrita. A região Sul, as áreas urbanas e os homens estão numa situação privilegiada quando comparados com as regiões Centro/Norte, as áreas rurais e as mulheres, respectivamente. Estas diferenças reflectem também diferenças nos níveis socioeconómicos, urbanização e educação. Assim, para reduzir as disparidades regionais e rural-urbano em termos de acesso à língua portuguesa e às habilidades de leitura e escrita, sugere-se o seguinte:

- Reduzir as desigualdades sociais e económicas entre as regiões do país e entre as áreas urbanas e rurais, incluindo através da melhoria do acesso e da qualidade de educação, e do aumento das taxas de sucesso escolar, especialmente nas áreas desfavorecidas;
- Oferecer um ensino bilingue de qualidade nas áreas rurais, assegurando melhores taxas de sucesso escolar das crianças destas áreas desfavorecidas;
- Melhorar o acesso e a aquisição da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita em Moçambique, com referência especial para as regiões Norte e Centro e as áreas rurais, incluindo através da educação formal e não formal, como educação de adultos e educação não formal para adultos, jovens crianças; e
- Assegurar que a aquisição da língua portuguesa não seja em detrimento da aquisição e uso das línguas bantu, incluindo através da promoção do seu estatuto social e expansão do seu uso em domínios formais como a educação, administração pública, justiça e governação.

Para reduzir as disparidades de género, quanto ao acesso à língua portuguesa e às habilidades de leitura e escrita, sugere-se o seguinte:

- Aperfeiçoar as políticas e estratégias visando a promoção e empoderamento da mulher, tornando-as mais efectivas no alcance das metas e objectivos pretendidos;
- Incrementar e aperfeiçoar as iniciativas visando a promoção e empoderamento da mulher, incluindo através do aumento do acesso à educação e sucesso escolar da rapariga, especialmente nas áreas com maiores disparidades de género e onde, por questões socioculturais, há tendência para se preferir a educação do rapaz do que da rapariga;
- Assegurar uma educação que seja sensível a questões de género, considerando as diferentes componentes do processo – desenho curricular, produção de materiais de ensino e aprendizagem, formação de professores, selecção e colocação de professores e gestores de educação; e
- Expandir o ensino bilingue, sobretudo nas áreas rurais e com baixos índices de aproveitamento da rapariga, considerando que a rapariga tem maiores probabilidades de participação e sucesso escolar quando o ensino é baseado numa língua que lhe é familiar do que numa língua segunda ou estrangeira.

Ainda que a esmagadora maioria da população moçambicana fale uma língua bantu com mais frequência em casa (81.7%) e parte considerável não saiba falar a língua portuguesa (41.9%), na comunicação social e, sobretudo, na comunicação na/para a saúde, continua-se a privilegiar o uso da língua portuguesa em detrimento das línguas bantu, as línguas das massas, o que é uma forma de exclusão social. Assim, para a redução desta exclusão social, particularmente no que concerne ao acesso à informação pública e aos serviços de saúde bem como à participação pública, sugere-se que a elaboração e revisão de políticas e estratégias de comunicação social e comunicação na/para a saúde tenham em conta, entre outras, as seguintes sugestões:

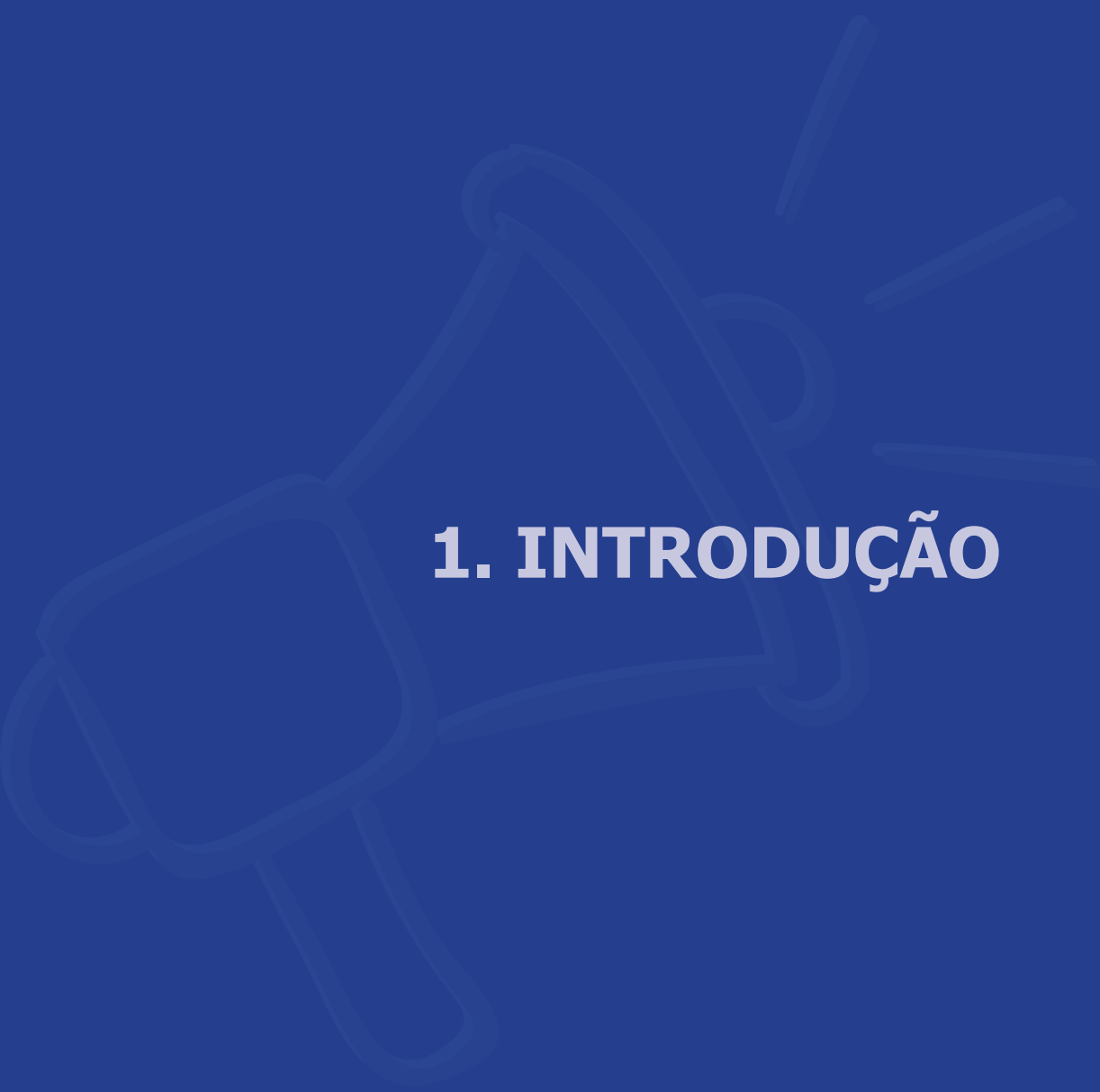
- Continuar a estimular o uso das línguas bantu na comunicação social, não apenas através da rádio e da televisão, como também da imprensa escrita, alargando assim o acesso à informação e à educação pública e assegurando a manutenção e desenvolvimento destas línguas e culturas associadas;

- Alargar o espaço de antena e diversificar os programas e conteúdos oferecidos em línguas bantu através da televisão, assegurando maior participação pública na vida nacional;
- Definir políticas e práticas linguísticas no sector da saúde que promovam o uso legítimo das línguas bantu, incluindo através da provisão de serviços de interpretação e tradução Português-línguas bantu e vice-versa;
- Incluir, nos cursos de formação médica e paramédica, o ensino de matérias sobre antropologia cultural e o ensino de línguas bantu, assegurando que a comunicação na/para a saúde sejam sensíveis à cultura e perfil linguístico das comunidades beneficiárias; e
- Incentivar a produção e difusão de programas de comunicação na/para a saúde nas línguas bantu, através dos meios de comunicação social (sobretudo a rádio e a televisão) e das redes sociais, permitindo inclusão no acesso à informação sanitária e a participação comunitária.

Num contexto em que a esmagadora maioria da população conduz as suas vidas através das línguas bantu, para além de serem percebidas como repositórios de cultura e símbolos de identidade étnica, estas línguas devem ser também conceptualizadas e usadas como veículos de educação, ciência e tecnologia, bem como reconhecidas como legítimas línguas de participação e inclusão na vida social, política e económica.

A actual tendência de adopção de ideologias, políticas e quadros legislativos mais pluralistas ou, pelo menos, tolerantes à diversidade, incluindo à diversidade linguística e cultural em Moçambique, abre espaço para o resgate e promoção das línguas bantu, bem como para a abordagem de disparidades regionais, rural-urbano e de género que tenham a língua como um dos factores condicionantes. Assim, cabe aos cidadãos e às instituições relevantes explorar esta fase relativamente favorável à diversidade, para influenciarem a adopção de políticas, estratégias e práticas orientadas para a promoção do multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique, onde, entre outros aspectos, as línguas bantu e a língua portuguesa convivam de forma harmoniosa e sejam assumidas como parte integrante de uma moçambicanidade cada vez mais híbrida.

Perante a expansão da língua portuguesa e a retração das línguas bantu como línguas maternas e línguas mais frequentemente faladas em casa, avançamos a hipótese de estar a ocorrer em Moçambique um processo de mudança de língua, das línguas bantu para a língua portuguesa. Não obstante as evidências que parecem sustentar esta hipótese, os dados do censo não permitem avaliar a dimensão real deste fenómeno. De um modo mais particular, com base nos dados do censo, não é possível avaliar a dimensão de falantes de Português como língua materna ou como língua mais falada em casa que não falam nenhuma língua bantu e são, portanto, monolíngues, e a dimensão daqueles que também falam uma ou mais línguas bantu, e são, portanto, bi-/multilíngue Português-Línguas bantu. Na linha de Chimbutane & Gonçalves (em preparação), esta análise sugere a necessidade de estudos específicos para verificar os contornos e dimensão da mudança linguística em curso em Moçambique bem como para a verificação da hipótese de crescimento de bilinguismo Português-Línguas bantu, em vez da ênfase na substituição das línguas bantu pelo Português. A elicitação, em futuros censos gerais da população ou em inquéritos especializados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de informação sobre conhecimento das línguas bantu por parte de falantes de Português como língua materna poderia fornecer dados importantes para a verificação dos limites e peso de cada uma destas duas hipóteses.



1. INTRODUÇÃO

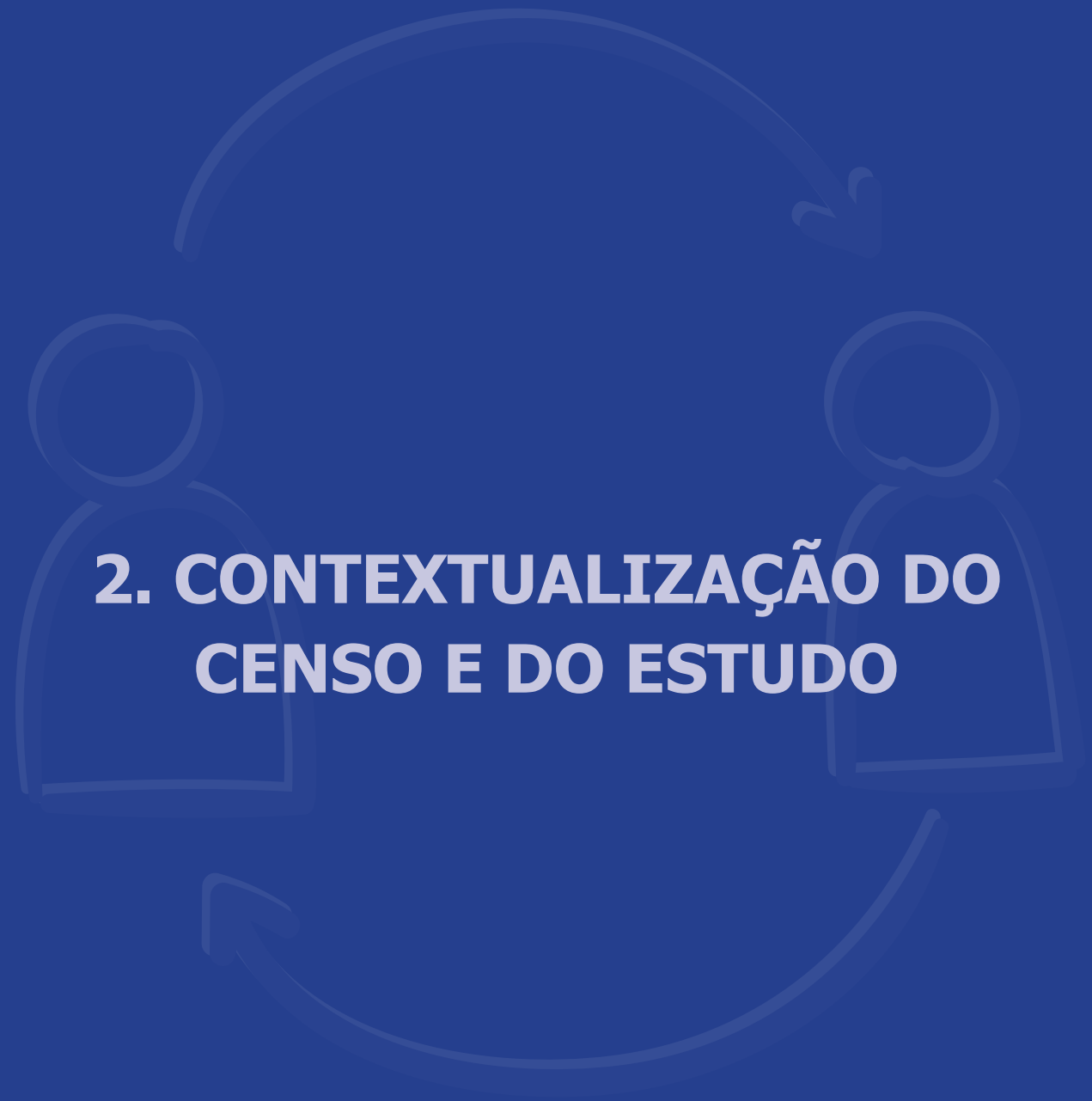
Moçambique é um país multilingue e multicultural, onde convivem várias línguas bantu, a língua portuguesa e outras línguas estrangeiras, bem como diferentes culturas associadas a estas línguas. A partir da independência nacional, em 1975, a língua portuguesa tem estado a expandir-se gradualmente, quer em termos de número de falantes quer em termos de contextos de uso (Firmino, 2002), passando já a ser também língua de comunicação em contextos informais e língua materna de uma parte cada vez crescente de moçambicanos. Entretanto, apesar desta expansão do Português, a maior parte dos moçambicanos continua a falar uma ou mais do que uma língua bantu mais frequentemente no seu dia-a-dia.

Ainda que o Português continue a ser a única língua oficial em Moçambique e ideologicamente definida como a “língua da unidade nacional”, diferentemente do passado, já se começa a conceber o multilinguismo não como problema, mas como recurso (Ruíz, 1984) a capitalizar no projecto de construção da nação moçambicana. Esta nova abordagem encontra suporte no princípio da unidade na diversidade, adoptado actualmente em várias partes do mundo (cf. Young, 1990; 1993). Apesar dos desafios enfrentados na implementação, a introdução das línguas bantu no ensino formal, através do programa de ensino bilingue, pode ser vista como indicadora da mudança de discurso ideológico em relação a estas línguas, em particular, e ao multilinguismo, em geral, em Moçambique.

Não obstante as mudanças discursivas e legislativas em relação ao multilinguismo, a exploração deste recurso como capital social, político e económico pela maioria dos moçambicanos ainda está por materializar. Esta situação pode dever-se, pelo menos em parte, à falta de conhecimento ou sistematização da situação real do panorama linguístico de Moçambique e à ausência de uma política linguística que defina, explicitamente, o estatuto e papel das diferentes línguas faladas neste país, em particular aquelas do grupo bantu.

Neste contexto, este estudo visa analisar os dados linguísticos recolhidos no Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 (Censo 2017) e explorar as implicações sociopolíticas dos resultados obtidos. Assim, espera-se que o estudo contribua para a caracterização da situação linguística de Moçambique e provisão de subsídios para a elaboração, avaliação e revisão de políticas e programas sociais e económicos que tenham a questão linguística como uma das suas componentes essenciais, como é o caso de políticas educativas, de comunicação social, comunicação na/para a saúde e governação. Os resultados obtidos podem ser também usados como referência para estudantes, investigadores e outros utentes que se interessem por questões linguísticas ou por questões cuja análise e percepção envolve o conhecimento da situação linguística de Moçambique ou de uma área geográfica específica deste país.

Para além desta Introdução, este relatório compreende mais cinco secções principais, a saber: 2. Contextualização do Censo e do Estudo; 3. Apresentação e Análise Descritiva dos Dados; 4. Factores Determinantes do Padrão Linguístico de Moçambique; 5. Padrão Linguístico e suas Implicações Sociopolíticas; e 6. Considerações Finais.

A faint, light blue background graphic on a dark blue field. It depicts two stylized human figures, one on the left and one on the right, facing each other. Two curved arrows connect them in a circular path: one arrow starts at the top of the left figure and points to the right figure, and another starts at the bottom of the right figure and points back to the left figure, creating a continuous loop.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENSO E DO ESTUDO

2.1 O Censo 2017

Em 2017, Moçambique realizou o seu IV Recenseamento Geral da População e Habitação desde a Independência, em 1975. Os primeiros três censos foram realizados em 1980, 1997 e 2007, respectivamente. Na linha dos censos anteriores, o Censo 2017 tinha por objectivo estabelecer o conhecimento estatístico, quantitativo e qualitativo, tão exacto quanto possível, da população moçambicana e de todos os demais residentes e presentes no território nacional, bem como do parque habitacional (República Popular de Moçambique, 1979).

O Censo 2017 foi realizado em todo o território nacional, de 1 a 15 de Agosto de 2017, abrangendo todos os moçambicanos e todos os residentes no território nacional, bem como os temporariamente ausentes.

Os resultados apresentados neste estudo têm como referência as declarações dos habitantes no momento censitário, ou seja, de 1 a 15 de Agosto de 2017. O censo foi ao mesmo tempo de jure e de facto, isto é, as pessoas foram recenseadas onde passaram o dia de referência, sendo que as que se encontravam temporariamente ausentes até 6 meses foram recenseadas nos seus locais de residência habitual.

O Censo 2017 compreendeu cinco perguntas (P) visando captar dados relevantes para a caracterização da situação linguística de Moçambique, nomeadamente:

- P18. Sabe ler e escrever (em qualquer língua)?
 - 01. Sim ☐ 02. Não ☐
- P19. Sabe falar Português?
 - 01. Sim ☐ 02. Não ☐
- P20. Em que língua aprendeu a falar?
 - 01. Emakhuwa ☐; 02. Português ☐; 03. Xichangana; 04. Elomwe ☐; 05. Cinyanja;
 - 06. Cisena ☐; 07. Echuwabo ☐; 08. Cindau ☐; 09. Citshwa ☐; 10. Outra _____
- P21a. Que língua fala com mais frequência em casa?
 - 01. Emakhuwa ☐; 02. Português ☐; 03. Xichangana; 04. Elomwe ☐; 05. Cinyanja;
 - 06. Cisena ☐; 07. Echuwabo ☐; 08. Cindau ☐; 09. Citshwa ☐; 10. Outra _____
- P21b. Para além das anteriores, que outra língua usa na comunicação em outro lugar?
 - 01. Nenhuma ☐ 02. Outra _____

Com a P18, pretendia-se saber se o recenseado era capaz de ler e escrever em qualquer que fosse a língua. O objectivo da P19 era saber se o recenseado era capaz de manter uma conversa usando a língua portuguesa, ou seja, se era capaz de compreender e se exprimir nesta língua, mesmo que não a pudesse falar correctamente. Com a P20, pretendia-se saber a primeira língua que o recenseado aprendeu a falar na sua vida, mesmo que já não falasse essa língua na altura do recenseamento. A P21a visava saber a língua que o recenseado falava mais frequentemente em casa, independentemente de falar outras línguas na escola, no serviço ou noutros contextos formais. O objectivo da P21b era saber outra língua falada pelo recenseado para além da mais frequentemente falada em casa.

Neste estudo são considerados os dados gerados a partir das perguntas P18, P19, P20 e P21a, que já foram objecto de análise em estudos sobre censos anteriores (cf. Firmino, 2000; Chimbutane, 2012a), o que permite captar as tendências verificadas ao longo do tempo. Ainda que relevante, a informação obtida a partir de P21b, "Para além das anteriores, que outra língua fala na comunicação", não é especificamente tratada neste estudo, como aconteceu com os estudos anteriores.

No boletim do Censo 2017, procurou-se manter os temas e conteúdos dos Censos 1997 e 2007, de modo a garantir a comparabilidade dos dados. No entanto, para responder a novas demandas de informação, nalguns casos se incluíram ou se expandiram os temas considerados nos censos anteriores. Noutros casos fizeram-se algumas modificações na formulação das perguntas. No caso de perguntas sobre línguas, por exemplo, a pergunta sobre habilidades de leitura e escrita, foi ligeiramente modificada. Na verdade, se nos censos anteriores se dava ao respondente três opções de resposta ((i) sabe ler e escrever, (ii) só sabe ler, e (iii) não sabe ler nem escrever), no Censo 2017 só duas opções foram consideradas (sim ou não), ou seja, diferente do passado, para este caso não há dados sobre aqueles que só sabem ler, mas não sabem escrever.

Como nos censos anteriores, os dados do Censo 2017 não permitem dizer, com precisão, o número de línguas bantu faladas no país. Esta situação decorre, sobretudo, do uso de diferentes nomes por parte dos recenseados para se referirem a uma mesma língua ou a uma mesma variante dialectal e a declaração de variantes dialectais como línguas específicas. Esta situação sugere que a definição do número exacto de línguas bantu faladas em Moçambique pode ser melhor conseguida através de estudos dialectológicos, que, poderão permitir distinguir entre línguas e variantes dialectais de uma mesma língua.

2.2 O Estudo

A partir dos Censos 1997 e 2007, foram realizados estudos sobre o padrão linguístico de Moçambique tendo como base comparações com dados de censos anteriores (cf. Firmino, 2000; Chimbutane, 2012a). Estes estudos permitiram captar tendências importantes sobre a distribuição linguística e uso de línguas neste país. É neste contexto que surge este estudo do padrão linguístico de Moçambique e suas implicações sociopolíticas, tendo como base os dados do Censo 2017 e dos censos anteriores.

Consistente com as perguntas do Censo 2017 apresentadas na subsecção anterior, o estudo centra-se na análise de quatro indicadores principais: principais línguas maternais¹; línguas faladas com mais frequência; conhecimento da língua portuguesa; e habilidade de leitura e escrita. Na análise destes indicadores, foram consideradas as seguintes variáveis sociodemográficas: área de residência, sexo, idade, estatuto socioeconómico², região e nível de escolaridade.

O estudo adopta uma abordagem metodológica essencialmente quantitativa, mas com uma substancial componente qualitativa. A componente quantitativa do estudo assenta na análise estatística dos dados do Censo 2017, focalizada no estudo das tendências dos indicadores do padrão linguístico de Moçambique nos últimos três censos, bem como a sua relação com a dinâmica sociodemográfica. A componente qualitativa é convocada para a interpretação dos dados estatísticos tendo em conta as políticas, práticas e programas sociais, culturais e económicos que têm a língua como um dos seus factores centrais. Foram entrevistados 10 intervenientes-chave, utentes e potenciais utentes de dados linguísticos de censos, incluindo docentes e investigadores, técnicos de educação, jornalistas e activistas sociais. A revisão da literatura e documental, e a auscultação de intervenientes-chave forneceram bases importantes para a análise dos dados quantitativos.

A análise de dados quantitativos compreende três etapas. Numa primeira etapa, faz-se uma análise descritiva dos dados, tendo como base a inferência percentual. Os dados são gerados e analisados em função dos quatro indicadores principais e variáveis sociodemográficas apresentadas oportunamente. Conforme relevante, os dados descritivos são sintetizados em quadros, figuras e mapas. Numa segunda etapa, faz-se uma análise bivariada dos dados, usando-se testes estatísticos paramétricos e não paramétricos para aferir a significância estatística entre cada um dos indicadores do padrão linguístico e as variáveis sociodemográficas em referência. O objectivo é identificar factores sociodemográficos que se correlacionam com os indicadores do padrão linguístico. Numa terceira etapa, são usados métodos de estatística multivariada (regressão logística³), para desenvolver um modelo que permite a predição dos indicadores do padrão

¹ O termo “língua materna” é operacionalmente usado para designar a primeira língua que o indivíduo aprendeu a falar, independentemente de ser ou não a língua primeira de sua mãe.

² Estatuto socioeconómico é um índice desenvolvido com base no método de estatística multivariada designado Análise de Principais Componentes (APC), usando dados sobre bens duráveis, tipologia de habitação e saneamento, acesso a água potável e energia.

³ A regressão logística é a análise de regressão apropriada quando a variável dependente é dicotómica, característica de grande parte dos indicadores do

linguístico a partir de factores sociodemográficos identificados na análise bivariada. Isto é, com os métodos de estatística multivariada, pretende-se medir o efeito marginal dos potenciais factores sociodemográficos na mudança do padrão linguístico de Moçambique.

A interpretação dos dados quantitativos tem como base a análise das tendências captadas na comparação dos dados do Censo 2017 com os dos censos anteriores, bem como a análise da consistência com outras fontes de dados oficiais. Em todas as fases do estudo, e na análise de dados em particular, a equipa de estudo toma também como referência a literatura e documentação relevante sobre políticas e práticas linguísticas em Moçambique e no mundo. Em análises específicas, também tomamos como base resultados de outros estudos temáticos sobre os dados do Censo 2017.

A componente qualitativa do estudo inclui a análise temática de entrevistas feitas a intervenientes-chave e discussão de implicações político-programáticas dos resultados dos censos, com referência especial para o sector da educação.

Limitações do Estudo

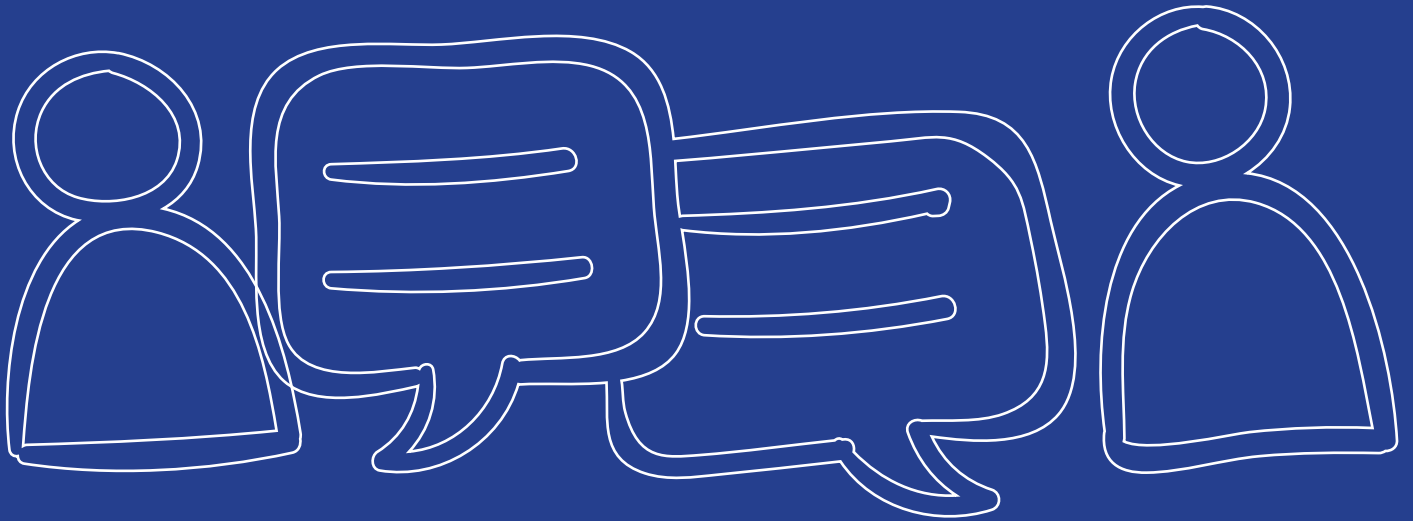
A base correspondente aos 10% dos dados do Censo 2017 não permitiu captar dados exaustivos e fiáveis sobre: (a) o indicador “conhecimento da língua portuguesa”; (b) a relação exaustiva de línguas maternas bantu principais; e (c) o perfil linguístico completo por província, considerando os quatro indicadores principais do estudo. Foi necessário solicitar ao INE a produção das estatísticas descritivas relativas a este indicador, línguas maternas principais e perfil linguístico provincial, a partir da base principal do Censo 2017.

Uma das consequências destas lacunas foi a impossibilidade de analisar o indicador “conhecimento da língua portuguesa” no mesmo diapasão que os outros três indicadores. Por exemplo, não foi possível cruzar os quintis de riqueza com o conhecimento da língua portuguesa nem aplicar o modelo de regressão logística para analisar a magnitude e direcção dos preditores do indicador “conhecimento de língua portuguesa”. Esta é uma limitação do estudo considerando a importância atribuída ao conhecimento da língua portuguesa como factor de mobilidade social e a sua relação com o abandono da transmissão das línguas bantu a novas gerações.



Foto: Wikimedia Commons

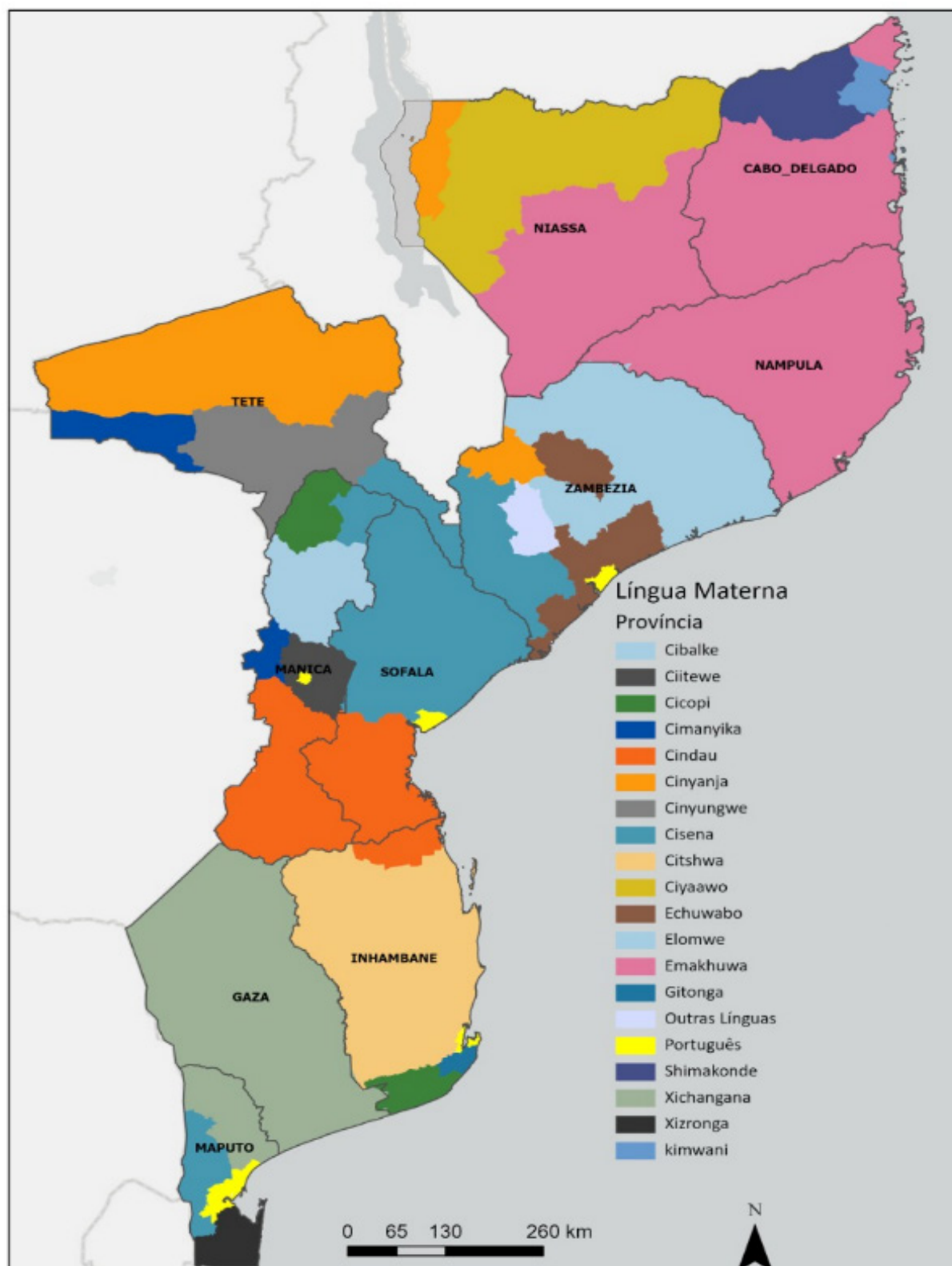
padrão linguístico. Como todas as análises de regressão, a regressão logística é uma análise preditiva. A regressão logística é usada para descrever dados e para explicar a relação entre uma variável binária dependente e uma ou mais variáveis nominais, ordinais, de intervalo. Os resultados da regressão logística informam sobre Chances (Odds) e Razão de Chances (Odds Ratio).



3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

3.1 Línguas Maternas em Moçambique

Mapa 1: Línguas maternas por província

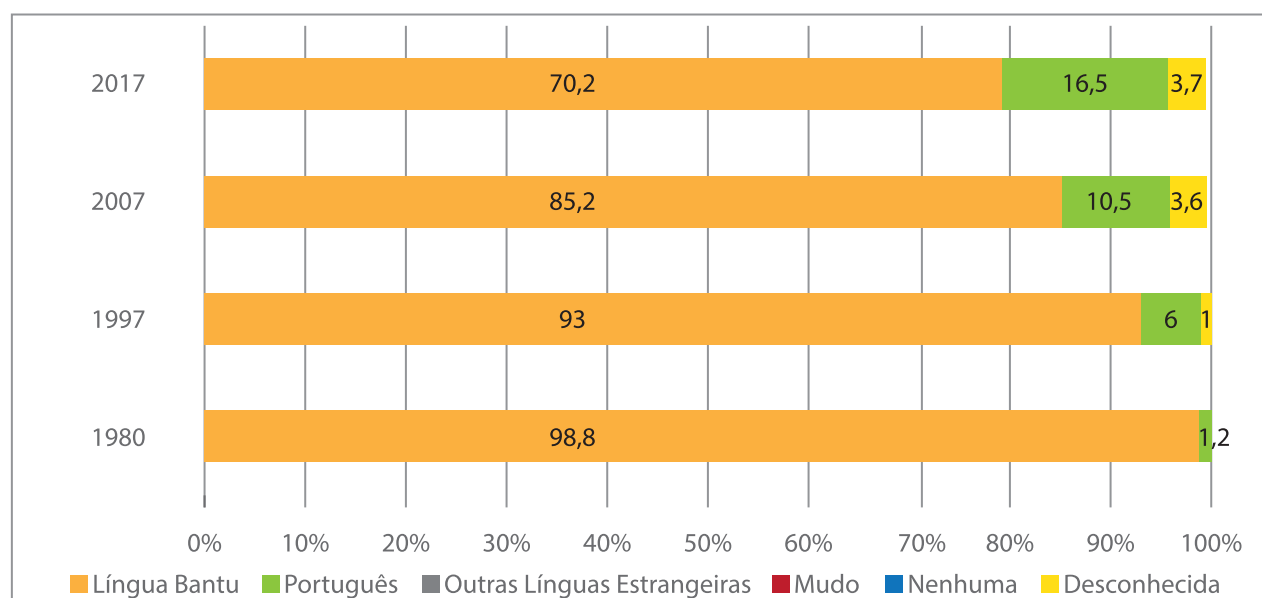


Fonte: INE, Censo 2017.

3.1.1 Distribuição da População Segundo Língua Materna

Os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 confirmam que a maior parte dos cidadãos com 5 anos ou mais (79.2%) em Moçambique tem uma língua bantu como sua língua materna. Em segunda posição, figura o grupo populacional que apontou o Português como a sua língua materna (16.5%) (Figura 1).

Figura 1: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais, segundo língua materna em Moçambique, em 1980, 1997, 2007 e 2017



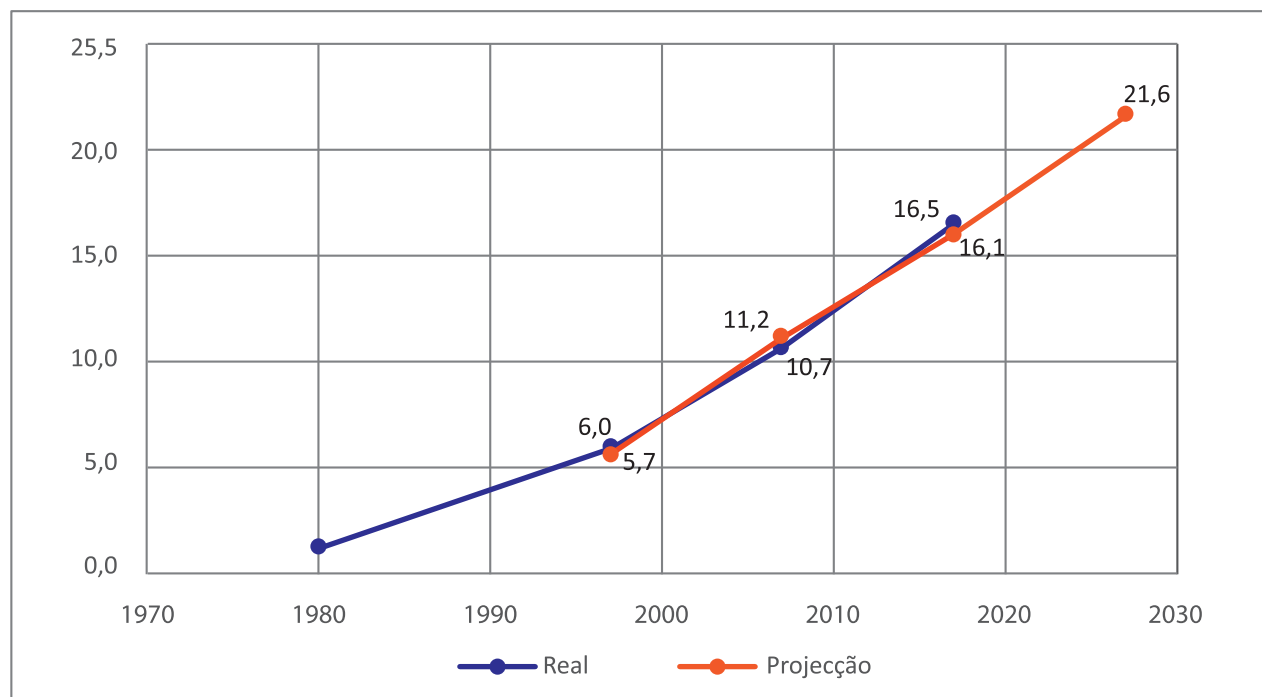
Fontes: INE, Censos 1980, 1997, 2007, 2017.

Comparando-se os dados do Censo 2017 com os obtidos nos Censos 1980, 1997 e 2007 (Figura 1), observa-se que a percentagem da população que têm uma língua bantu como língua materna vem baixando gradualmente, uma descida na ordem de 19.6 pontos percentuais, entre 1980 e 2017, e 6 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. Em contraste, a percentagem da população que têm o Português como língua materna vem crescendo substancialmente, um crescimento na ordem de 15.3 pontos percentuais, entre 1980 e 2017, e 5.8 pontos, entre 2007 e 2017.

Uma análise da evolução dos dados de 1980 a 2017, mostra que a taxa anual de crescimento da população com o Português como língua materna em Moçambique tem estado a aumentar, ainda que a velocidade de crescimento tenda a abrandar. Na verdade, se, entre 1997 e 2007, a percentagem de falantes de Português como língua materna passou de 6.0% para 10.7%, o correspondendo a 78.3% de crescimento, entre 2007 e 2017, passou de 10.7% para 16.5%, o que corresponde a um crescimento na ordem de 54.2%. As projecções indicam que, a este ritmo, em 2027 a população com o Português como língua materna poderá situar-se em 21.6% (cf. Figura 2).

⁴ Cf. Conselho Coordenador de Recenseamento (1983)

Figura 2: Taxa de crescimento da população com o Português como língua materna em Moçambique, entre 1980 e 2017, e projecção para 2027

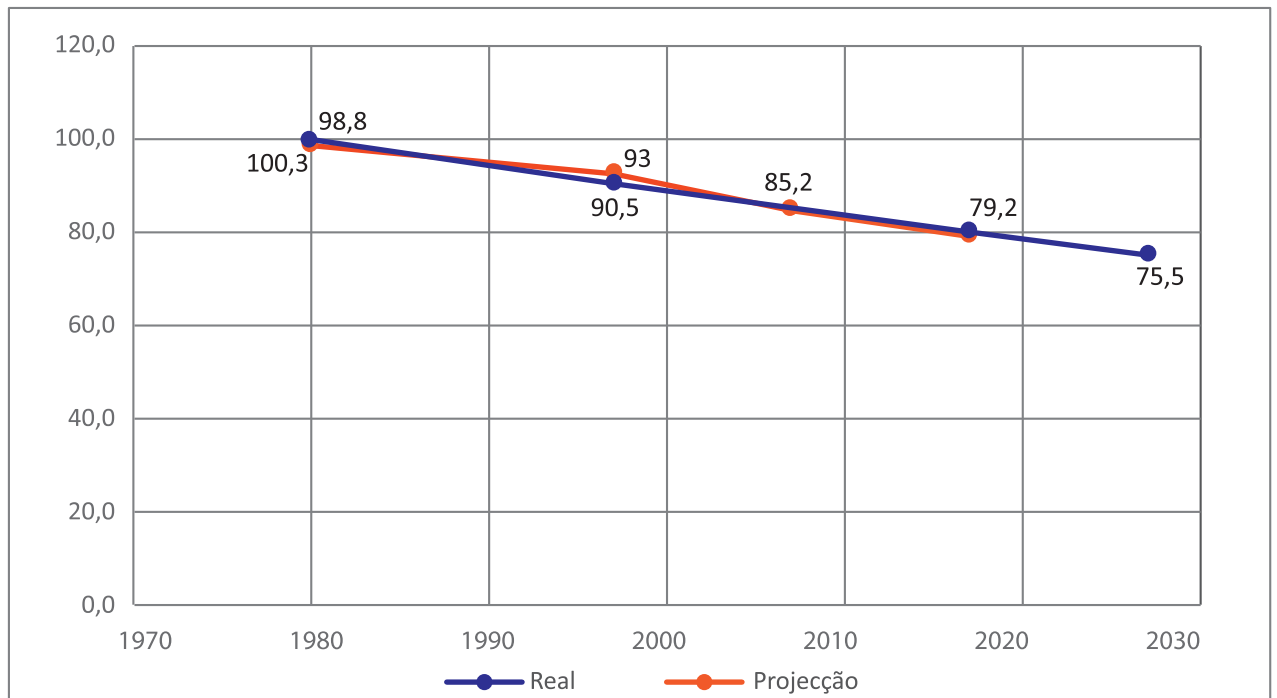


Fontes: INE, Censos 1980,1997, 2007, 2017.

Em contraste, a queda das percentagens da população moçambicana com uma língua bantu como língua materna é considerável. Entre 1997 e 2007, a percentagem de falantes de língua bantu como língua materna passou de 93.0% para 85.2%, o correspondente a 8.4% de decrescimento, e, entre 2007 e 2017, passou de 82.2% para 79.2%, o que equivale a um decrescimento na ordem 7.0%. As projecções indicam que, a este ritmo, em 2027, a população com língua materna bantu poderá estar reduzida a 4/5, ou seja, a 75.5% (cf. Figura 3).



Figura 3: Taxa de decrescimento da população com uma língua bantu como língua materna em Moçambique, entre 1980 e 2017, e projecção para 2027



Fontes: INE, Censos 1980, 1997, 2007, 2017

Uma análise mais específica, e tendo em conta a desagregação do grupo de falantes de línguas maternas bantu, indica que a maior parte da população (25.9%) declarou o Emakhuwa como a sua língua materna. Imediatamente a seguir ao Emakhuwa, figuram, respectivamente, o Português (16.5%), o Xichangana (8.6%), o Elomwe (7.0%), o Cisena (6.9%) e o Cinyanja (5.6%), como as línguas maternas da maior parte da população em 2017. De um modo geral, a tendência crescente de falantes do Português como língua materna e a tendência decrescente da proporção de falantes de línguas bantu como línguas maternas são consistentes com o padrão nacional observado nos últimos censos populacionais, o que se reflecte, sobretudo, no decrescimento da proporção de falantes de cada uma das línguas bantu como línguas maternas (cf. Quadro 1).



Quadro 1: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna em Moçambique, em 1980, 1997, 2007 e 2017

Língua	Ano do Censo			
	1980	1997	2007	2017
Emakhuwa	27,7	26,0	25,2	25,9
Xichangana	12,4	11,0	10,3	8,6
Elomwe	7,8	8,0	7,0	7,0
Cisena	9,3	7,0	7,5	6,9
Echuwabo	5,9	6,0	5,0	3,3
Cindau	-	4,8	4,5	3,7
Cinyanja	3,3	4,5	5,6	5,6
Cinyungwe	2,2	2,5	2,8	2,3
Citshwa	5,9	5,2	4,3	3,7
Cicopi	2,8	2,5	1,9	1,5
Ciyaawo	1,6	1,9	2,1	2,0
Outras línguas Bantu	2,8	10,7	8,7	12,4
Português	1,2	6,0	10,7	16,5
Outras línguas estrangeiras	-	0,36	0,4	0,5
Mudo	-	0,02	0,04	0,02

Fontes: Fonte: INE, Censos 1980,1997, 2007, 2017

Conforme referido e claramente expresso no Quadro 1, os dados de 2017 continuam a apontar o Emakhuwa como a língua com a maior percentagem de falantes como língua materna em Moçambique. Ainda que se observe uma tendência de descida gradual da proporção de falantes de Emakhuwa como língua materna, entre 1980 e 2007 (redução em 2.5 pontos percentuais), entre 2007 e 2017 registou-se uma ligeira subida na ordem de 0.7 pontos percentuais.

De um modo geral, verifica-se uma tendência de queda das percentagens de falantes de todas as línguas bantu como línguas maternas em Moçambique (veja-se Quadro 1 e Quadros 4a e 4b, sobre dados provinciais). A título de exemplo, em 1980, o Xichangana foi declarado língua materna por 12.4% da população, uma percentagem que baixou para 8.6%, em 2017, ou seja, entre 1980 e 2017, o Xichangana perdeu 3.8 pontos percentuais de falantes como língua materna. Por seu turno, os falantes de Cisena como língua materna passaram de 9.3%, em 1980, para 6.9%, em 2017, uma descida na ordem de 2.4 pontos percentuais; e os falantes de Echuwabo como língua materna passaram de 5.9%, em 1980, para 3.3%, em 2017, uma perda na ordem de 2.6 pontos percentuais.

Excepções a esta tendência de decrescimento da proporção de falantes de línguas bantu como línguas maternas continuam a ser atestadas em relação ao Cinyanja (de 3.3%, em 1980, para 5.6%, em 2017) e Ciyaawo (de 1.6%, em 1980, para 2.0%, em 2017). Estas línguas registam uma ligeira tendência ascendente em termos de falantes nativos, quando se toma o período entre 1980 e 2017, ainda que o Cinyanja tenha registado a mesma percentagem em 2007 e 2017 e o Ciyaawo tenha perdido 0.1 ponto percentual em igual período. O Cinyungwe, que também registou crescimento até 2007, teve uma queda em 0.5 pontos percentuais entre 2007 e 2017 (de 2.8%, em 2007, para 2.3%, em 2017).

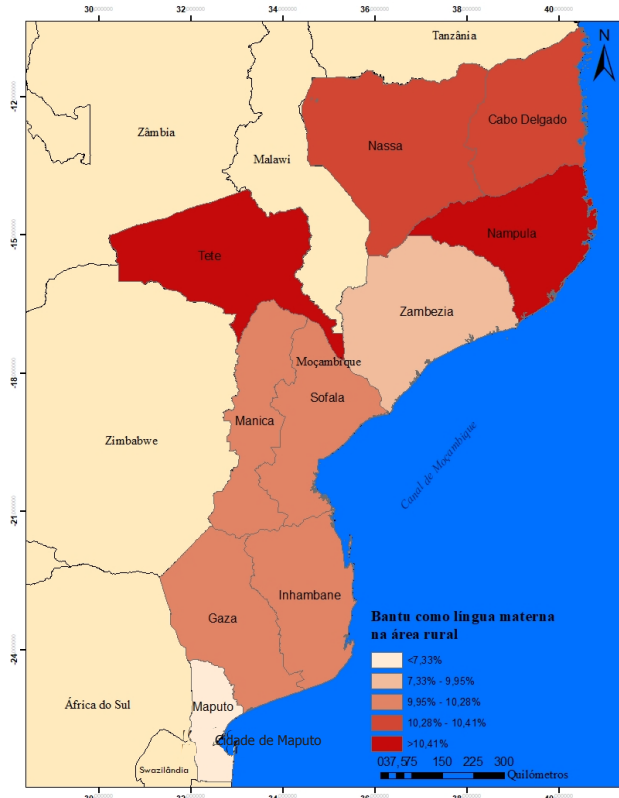
Estas tendências de crescimento da proporção de falantes de línguas bantu como o Cinyanja, o Ciyaawo e o Cinyungwe podem dever-se a factores demográficos, nomeadamente o crescimento populacional associado à fecundidade. Na verdade, entre 1997 e 2017, as províncias de Niassa e Tete, onde estas línguas são faladas, registaram taxas de crescimento populacional na ordem de 3.7 e 3.5% ao ano, que são das maiores taxas verificadas em Moçambique, superando a média nacional de 2.0% (cf. Borges et al., em preparação). Diferentemente de outras regiões do país, onde, no geral, o crescimento populacional tem a ver com o factor imigração, em Niassa e Tete, o crescimento está associado às elevadas taxas de fecundidade registadas nestas duas províncias do país. Com efeito, Niassa e Tete registaram taxas de fecundidade na ordem de 5.28 e 5.44 filhos por mulher, contra a média nacional de 4.9 filhos por mulher (cf. Arnaldo

et al., em preparação). A análise da fecundidade por língua materna aponta para uma taxa de 5.46 filhos por mulher com Cinyanja como língua materna (cf. Arnaldo et al., em preparação).⁵ Estes dados podem explicar a tendência crescente de reprodução dos falantes das principais línguas faladas localmente, nomeadamente o Ciyaaowo (Niassa), o Cinyanja (Niassa e Tete) e o Cinyungwe (Tete).

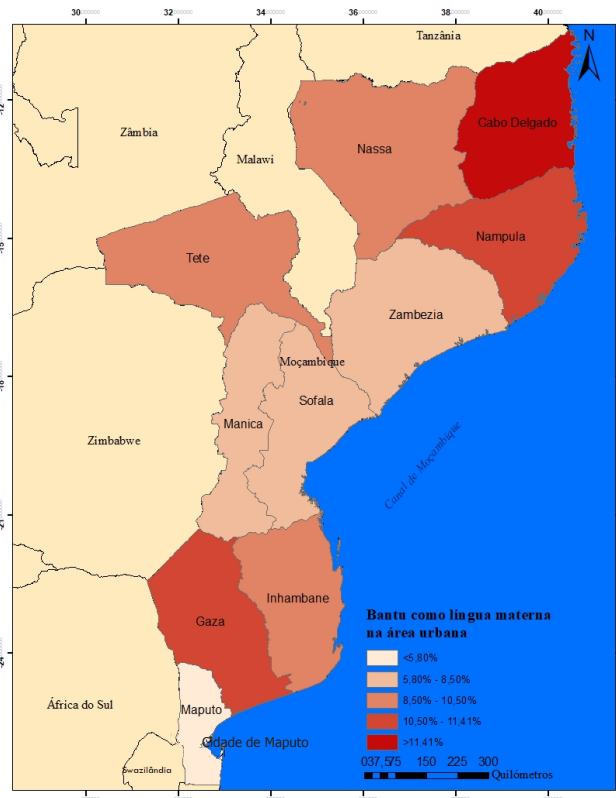
Conforme referido anteriormente, em contraste com a tendência geral de queda das percentagens de habitantes com línguas maternas bantu, as percentagens da população que declarou o Português como sua língua materna tendem a crescer substancialmente. A este respeito, importa destacar que, a partir do Censo 2007, o Português passou a figurar como a segunda língua mais falada como língua materna em Moçambique, imediatamente a seguir ao Emakhuwa. Ou seja, como língua materna, a partir de 2007, o Português passou a superar línguas como o Xichangana, o Cisena, o Elomwe e o Cinyanja, as línguas bantu mais faladas em Moçambique, a par do Emakhuwa.

3.1.2 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Área de Residência

Mapa 2: Línguas maternas bantu - área rural



Mapa 3: Línguas maternas bantu - área urbana

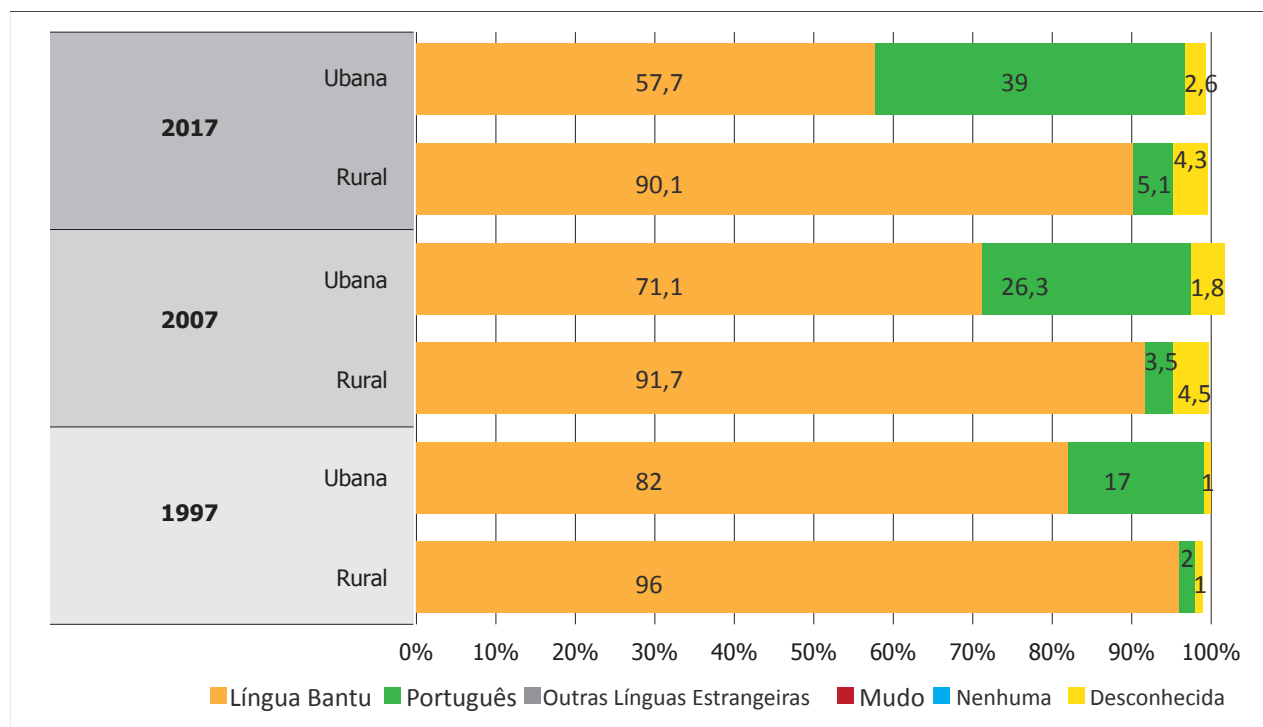


Fonte: Fonte: INE, Censo 2017

Tomadas como um todo, as línguas bantu são as mais faladas como línguas maternas em todo o território nacional, uma vez que, conforme referido, 79,2% da população de 5 anos ou mais tem-nas como línguas maternas. No entanto, é nas áreas rurais onde se concentra a maior percentagem da população que declarou ter uma língua bantu como sua língua materna. Com efeito, tal como nos censos anteriores, os dados do Censo 2017 também indicam que a maioria da população residente em áreas rurais (90,1%) tem uma língua materna bantu, contra 57,7% em áreas urbanas (cf. Figura 4). Estes dados também confirmam que o Português é uma língua essencialmente urbana em Moçambique, onde emerge como língua materna de 39,0% da população em 2017. A percentagem de residentes que declararam ter uma língua materna diferente de uma língua bantu ou do Português é muito baixa, situando-se abaixo de 1,0%.

⁵Por insuficiência de dados, não foi possível calcular a taxa de fecundidade de mulheres com Ciyaaowo e Cinyungwe como línguas maternas.

Figura 4: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

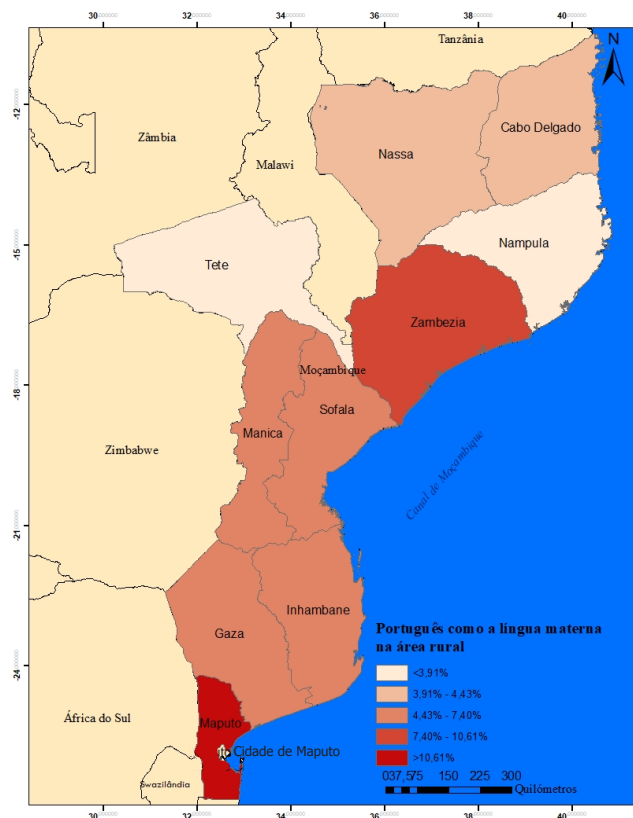


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

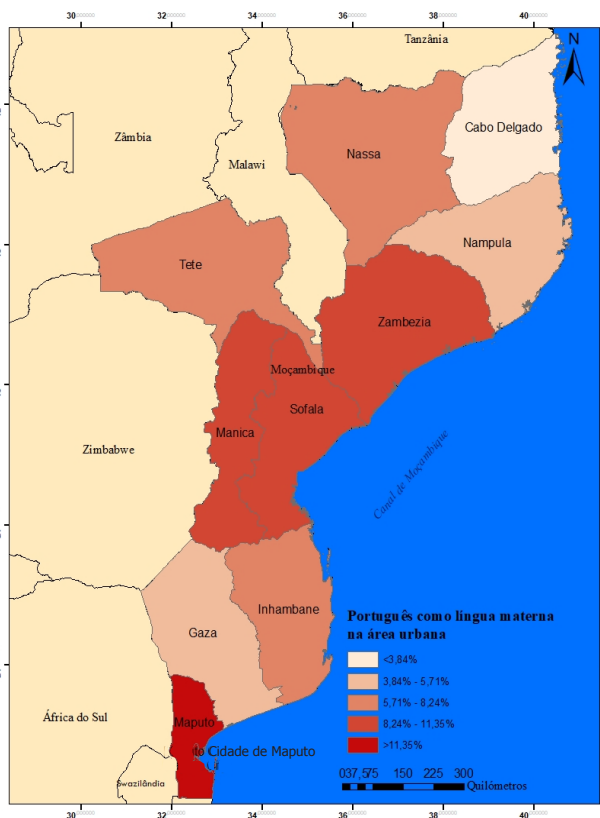
Comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se uma tendência de redução da percentagem de habitantes de áreas urbanas e rurais que têm uma língua materna bantu, o que é consistente com o padrão nacional caracterizado oportunamente. No entanto, essa tendência decrescente é mais

acentuada nas áreas urbanas, onde se registou uma descida na ordem de 24.3 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 13.4 pontos, entre 2007 e 2017, do que nas áreas rurais, onde a redução foi de apenas 5.9 pontos, entre 1997 e 2017, e 1.6 pontos, entre 2007 e 2017.

Mapa 4: Língua materna Português - área rural



Mapa 5: Língua materna Português - área urbana



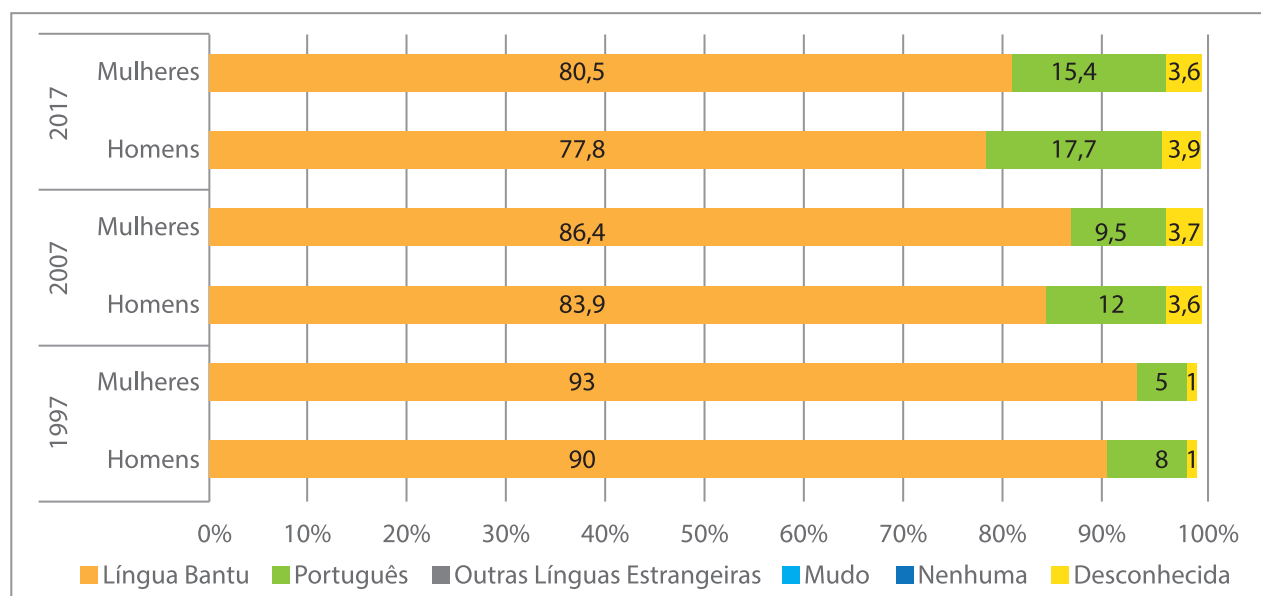
Fonte: INE, Censo 2017

Em contraste, regista-se uma tendência de crescimento das percentagens de habitantes de áreas urbanas e rurais que têm o Português como língua materna, um crescimento que é mais acentuado nas áreas urbanas (22.0 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 12.7 pontos, entre 2007 e 2017) do que nas rurais (3.1 pontos percentuais de crescimento, entre 1997 e 2017, e 1.6 pontos, entre 2007 e 2017). Isto quer dizer que o decréscimo das percentagens daqueles que têm uma língua materna bantu nas áreas urbanas é, de certo modo, inversamente proporcional ao crescimento das percentagens dos que têm o Português como língua materna.

3.1.3 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Sexo

Os dados do Censo 2017 sobre a distribuição das línguas maternas por sexo (cf. Figura 5) confirmam as tendências observadas nos últimos censos. Do total da população de 5 anos ou mais em 2017, 77.8% dos homens e 80.5% das mulheres declararam ter uma língua materna bantu. Estes dados confirmam que a maioria dos inquiridos, tanto do sexo masculino como do feminino, têm uma língua materna bantu. Em contraste, 17.7% dos homens e 15.4% das mulheres declararam ter o Português como língua materna.

Figura 5: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando-se os dados dos três últimos censos, nota-se uma queda equiparável na percentagem de homens e mulheres que declararam ter uma língua materna bantu – uma queda na ordem de 12.2 pontos percentuais em relação aos homens e 12.5 pontos em relação às mulheres, entre 1997 e 2017. Em contraste com o que acontece com as línguas bantu, em igual período, registou-se uma subida, também equiparável, na percentagem de homens e mulheres que declararam ter o Português como língua materna, uma subida na

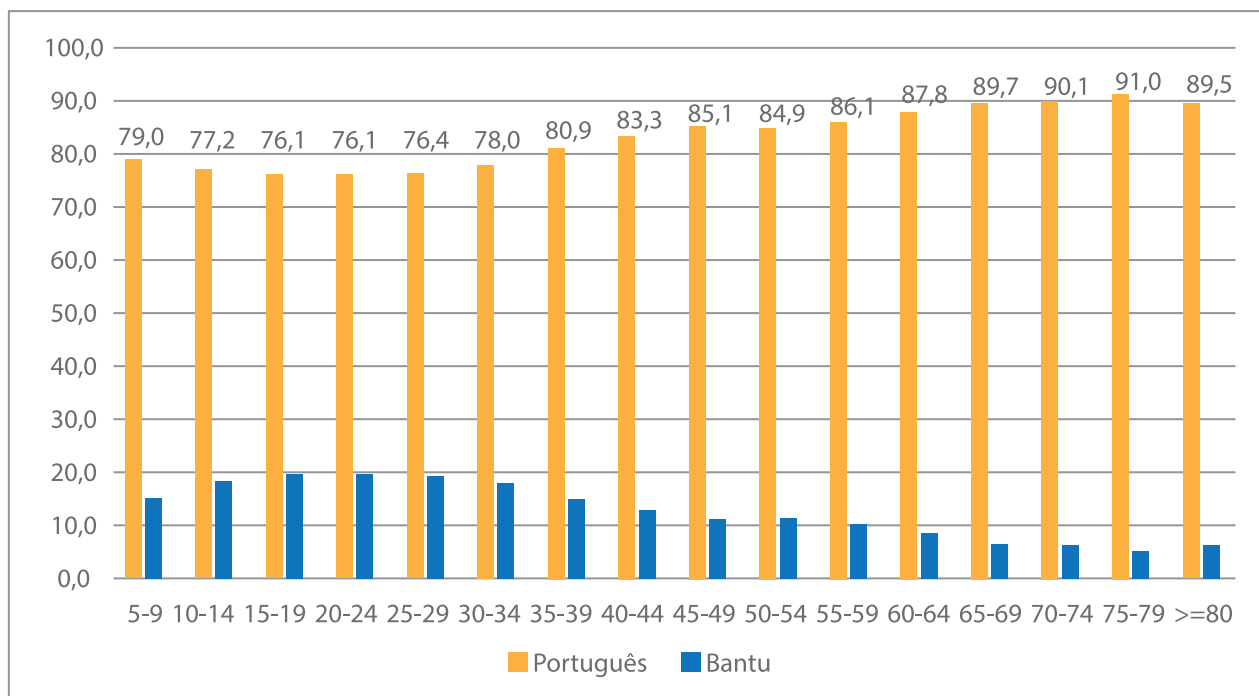
ordem de 9.7 e 10.4 pontos percentuais entre 1997 e 2017, respectivamente. A percentagem de homens com o Português como língua materna, nos três censos, é ligeiramente superior à das mulheres, ainda que a diferença entre os dois grupos tenda a estreitar-se, tendo passado de 3 pontos percentuais, em 1997, para 2.5 pontos, em 2007, e 2.3 pontos, em 2017. Esta tendência de redução das disparidades de género também se verifica em relação aos outros três indicadores considerados nesta análise.

3.1.4 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Idade

A Figura 6 mostra que a predominância das línguas bantu como línguas maternas também se reflecte na distribuição por faixas etárias. De um modo geral, o padrão observado confirma as tendências verificadas nos Censos 1997 e 2007 (cf. Firmino, 2000; Chibutane, 2012a). Com efeito, os dados indicam que a grande maioria da população de todas as faixas etárias tem uma língua materna bantu, numa proporção que varia entre 76.0 e

91.0%. Contudo, nota-se que as percentagens mais elevadas daqueles que têm uma língua materna bantu (83.0-91.0%) situam-se entre a população com 40 anos ou mais. Em contraste, as percentagens mais altas da população que tem o Português como língua materna situam-se entre falantes nas faixas etárias dos 5 aos 39 anos (entre 15.0 e 20.0%), decrescendo gradualmente à medida que a idade vai aumentando.

Figura 6: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e idade em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

Comparando os dados dos três últimos censos, nota-se, em todas as faixas etárias, o seguinte: (a) uma redução geral da percentagem da população que indicou ter uma língua materna bantu, com maior incidência para a população jovem; e (b) um crescimento da percentagem da população que declarou ter o Português como língua materna, com maior incidência para a população jovem. Como se discute mais adiante, estas tendências opostas de evolução do Português e das línguas bantu podem ser uma consequência das políticas e práticas linguísticas diglósicas que prevalecem em Moçambique desde o tempo colonial, mas reforçadas no período pós-independência.

3.1.5 Distribuição da População Segundo Língua Materna e Estatuto Socioeconómico

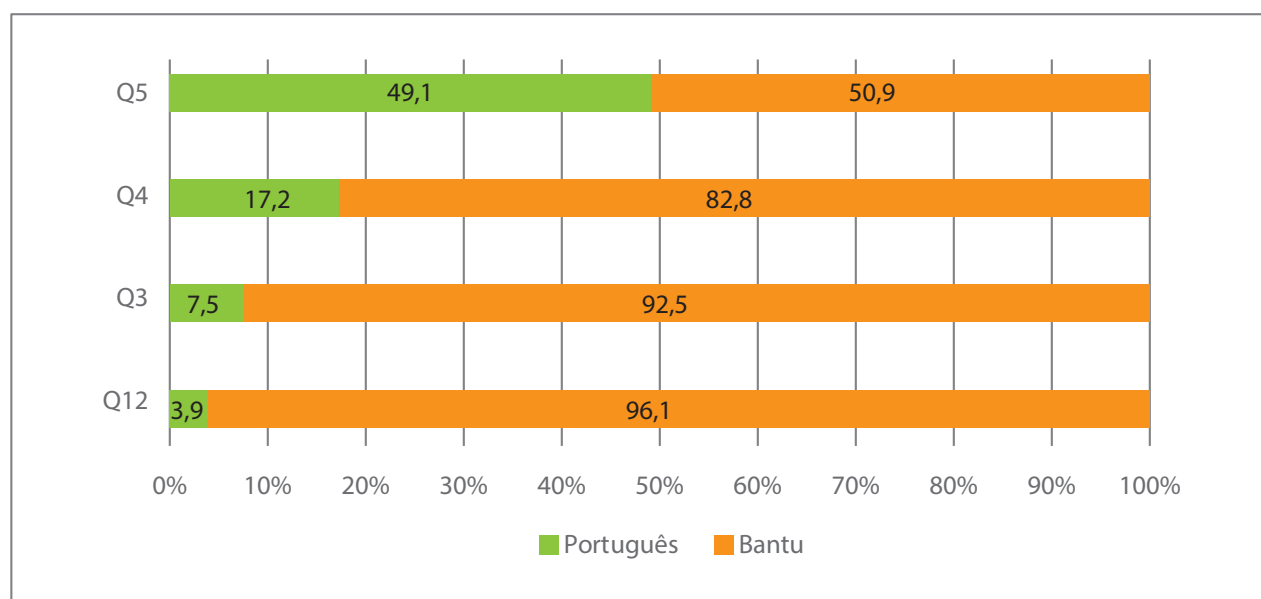
Diferente de estudos sobre censos anteriores (cf. Firmino, 2000; Chimbutane, 2012a), neste estudo procurou-se captar a distribuição da população segundo língua materna e estatuto socioeconómico. Para o efeito, os dados foram gerados com base no procedimento estatístico conhecido como Análise de Componentes Principais (APC), onde, através do índice de riqueza, se coloca as famílias numa escala contínua de riqueza relativa. O índice é construído tendo em conta dados sobre bens duráveis, materiais para a construção de habitação e acesso a serviços como água potável e energia. A população é distribuída em cinco quintis (Q) de riqueza, estabelecendo-se assim a sua distribuição pelo nível de bem-estar.

Aplicando o APC aos dados do Censo 2017, verifica-se que há pouca variabilidade entre os recenseados que se enquadram no primeiro e no segundo quintis, os quintis que congregam a população mais vulnerável economicamente. Por isso, os recenseados destes dois quintis foram agrupados num mesmo quintil, aqui designado Q12. Assim, esta análise compreende os seguintes grupos populacionais: Q12, primeiro e segundo quintis; Q3, terceiro quintil; Q4, quarto quintil; e Q5, quinto quintil.

Os dados da Figura 7 mostram uma relação intrínseca entre o uso do Português ou línguas bantu como línguas maternas e o estatuto socioeconómico dos recenseados. Cerca de 50.0% dos recenseados de estatuto socioeconómico mais privilegiado (Q5) têm o Português como língua materna, contra apenas 3.9% de recenseados de estatuto socioeconómico mais desfavorecido (Q12). Como mostra a Figura em referência, a proporção de falantes de Português como língua materna vai subindo à medida que se avança do grupo menos economicamente favorecido (Q12) ao mais favorecido (Q5). Estes dados indicam que, quanto maior for o estatuto socioeconómico do recenseado, maior é a probabilidade de ter o Português como língua materna.

A distribuição de falantes de línguas maternas bantu é proporcionalmente inversa à distribuição de falantes de Português como língua materna, ou seja, aqueles recenseados de grupos economicamente mais desfavorecidos tendem a ter uma língua materna bantu.

Figura 7: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e estatuto socioeconómico (nível de riqueza) em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

As tendências verificadas, quando se toma o estatuto socioeconómico dos recenseados, parecem consistentes com a distribuição dos falantes de Português e línguas bantu em função da área de residência (rural vs. urbana). Conforme se mostrou, a maior concentração dos recenseados que declararam o Português como língua materna reside em áreas urbanas, ao passo que nas áreas rurais dominam aqueles que têm uma língua materna bantu. Esta consistência na distribuição pode reflectir o facto de ser nas áreas urbanas onde se concentram as famílias socioeconomicamente favorecidas, aquelas que tendem a optar pela transmissão da língua portuguesa e não das línguas bantu às novas gerações.

3.1.6 Distribuição da População Segundo Língua Materna, Região e Área de Residência

Os dados do Quadro 2 mostram que a região Sul do país tem a maior concentração de recenseados que declararam o Português como língua materna (33.3%) do que as regiões Centro e Norte, que registaram 14.3% e 8.2%, respectivamente. Como se pode notar, as percentagens de falantes do Português como língua materna vão baixando à medida que se avança do Sul ao Norte do país. Inversamente, a região Norte tem maior concentração de falantes de línguas maternas bantu na sua população (88.6%), do que as regiões Centro (79.4%) e Sul (64.8%).

Quadro 2: Distribuição percentual da população segundo língua materna, região e área de residência em Moçambique, em 2017

Região	Área	Português (%)	Língua Bantu (%)
Norte	Urbana	21,7	74,9
	Rural	2,7	94,3
	Total	8,2	88,6
Centro	Urbana	40,7	54,9
	Rural	5,0	87,9
	Total	14,3	79,4
Sul	Urbana	51,5	46,4
	Rural	11,1	87,2
	Total	33,3	64,8
Nacional	Urbana	39,0	57,7
	Rural	5,1	90,1
	Total	16,5	79,2

Fonte: INE, Censo 2017

A distribuição da população segundo língua materna por região e área de residência é consistente com o padrão nacional: em cada uma das regiões, a esmagadora maioria da população das áreas rurais tem uma língua materna bantu e aqueles que têm o Português como língua materna estão concentrados nas áreas urbanas. A região Sul destaca-se por ter um pouco mais de metade da sua população urbana (51.5%) com o Português como língua materna, seguida da região Centro, com 40.7%. As proporções de falantes de línguas maternas bantu nas áreas rurais variam entre 94.3%, na região Norte, e 87.2%, na região Sul.

O padrão de distribuição da população segundo língua materna, região e área de residência parece reflectir as assimetrias socioeconómicas regionais em Moçambique, onde, de um modo geral, os agregados da região Sul tendem a apresentar melhores indicadores socioeconómicos do que os agregados das regiões Centro e Norte, respectivamente (INE, 2021). Inversamente, a região Norte tende a concentrar mais agregados socioeconomicamente mais vulneráveis. Como se mostrou na Subsecção 3.1.5 e é desenvolvido na Secção 4, há uma correlação entre ter o Português como língua materna e factores como estatuto social alto, residência em área urbana e nível de escolaridade alto.



3.1.7 Distribuição da População Segundo Língua Materna, Região e Sexo

O Quadro 3 mostra que, nas três regiões do país, a esmagadora maioria dos homens e das mulheres têm uma língua materna bantu. Entretanto, é nas populações femininas onde se registam as maiores percentagens daqueles que declararam ter línguas maternas bantu, variando entre 89.9%, no Norte, e 66.3%, no Sul. Em contraste, as percentagens daqueles que declararam o Português como língua materna são ligeiramente maiores nas populações masculinas, variando entre 34.8%, no Sul, e 9.4%, no Norte.

Quadro 3: Distribuição percentual da população segundo língua materna, região e sexo em Moçambique, em 2017

Região	Sexo	Português (%)	Língua Bantu (%)
Norte	Masculino	9,4	87,2
	Feminino	7,1	89,9
	Total	8,2	88,6
Centro	Masculino	15,7	77,8
	Feminino	13,0	80,8
	Total	14,3	79,4
Sul	Masculino	34,8	63,0
	Feminino	32,0	66,3
	Total	33,3	64,8
Nacional	Masculino	17,7	77,8
	Feminino	15,4	80,5
	Total	16,5	79,2

Fonte: INE, Censo 2017

Tomando os dois grupos populacionais como referência, nota-se que as diferenças entre homens e mulheres que declararam o Português como língua materna não são substanciais, variando entre 2.3 pontos percentuais, no Norte, e 2.8 pontos, no Sul. O mesmo acontece com as diferenças entre aqueles que declararam ter línguas maternas bantu, que se situam entre 2.7 pontos percentuais, no Norte, e 3.3 pontos, no Sul. Estes dados indicam que o padrão de distribuição de falantes de Português e de línguas bantu como línguas maternas por sexo é, no geral, o mesmo nas três regiões do país.

3.1.8 Distribuição Provincial da População Segundo Língua Materna

Os dados nacionais apresentados acima espelham, no geral, as tendências verificadas no âmbito provincial: (a) no geral, as percentagens de recenseados que têm uma língua materna bantu por província tendem a baixar; e (b) as percentagens de recenseados que têm o Português como língua materna tendem a subir.

Conforme se pode ver no Quadro 4a⁶, em 2017, o Emakhuwa (42.7%), o Ciyaawo (32.4%) e o Cinyanja (11.1%) figuram como as principais línguas maternas declaradas pela população de 5 anos ou mais, na província do Niassa, em 2017. Destas três línguas, o Cinyanja cresceu em 3.1 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. Em contraste, no mesmo intervalo, o Ciyaawo e o Emakhuwa decresceram em 4.6 e 4.3 pontos percentuais, respectivamente. O Português aparece como língua materna de 9.0% da população recenseada, o que representa uma subida na ordem de 5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 2.2 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. Um outro dado saliente a assinalar é que a percentagem da

⁶ Por questão de gestão de espaço, o Quadro 4 compreende duas partes, designadas 4a e 4b. O Quadro 4a apresenta dados das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete, e o Quadro 4b os dados das províncias de Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo.

população que declarou o Elomwe (2.4%) como língua materna, depois de ter registado a mesma proporção de 0.4% em 1997 e 2007, cresceu em 2 pontos percentuais, entre 2007 e 2017, representando o segundo maior crescimento na província, a seguir ao Português. O Xichangana (0.2%) manteve a percentagem de falantes de 2007. Em 2017 apareceram registadas, pela primeira vez, as seguintes línguas bantu como línguas maternas em Niassa: Citshwa (0.2%), Echuwabo (0.1%) e Cisena (0.1%).

Em Cabo Delgado, predominavam, em 2017, as mesmas três línguas bantu registadas como as principais línguas maternas em 1997 e 2007, a saber: Emakhuwa (67.6%), Shimakonde (17.3%) e Kimwani (4.8%). Comparando os dados dos três últimos censos, verifica-se que, com a excepção do Emakhuwa, que cresceu em 0.6 pontos percentuais, entre 2007 e 2017, e o Kiswahili (1.5%), que cresceu em 0.3 pontos percentuais, entre 2007 e 2017, as percentagens de falantes que apontaram o Shimakonde e o Kimwani como suas línguas maternas reduziram, respectivamente, em 2.6 e 1.1 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. O Português (5.9%) é a língua que mais se expandiu como língua materna em Cabo Delgado, ao registar um crescimento na ordem de 3.9 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, sendo que o maior crescimento (2.5 pontos percentuais) registou-se entre 2007 e 2017. O Cinyanja (0.1%) decresceu em 0.4 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. Em 2017, registaram-se, nesta província, línguas não registadas nos censos anteriores, a saber: Ciyaawo (0.2%), Echuwabo (0.1%), Cisena (0.1%) e Xichangana (0.1%).



Foto: UN Women_Creative Commons

Quadro 4a: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna por província, em 1997, 2007 e 2017

Língua	Niassa			Cabo Delgado			Nampula			Zambézia			Tete		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Kiswahili			0,3	-	1,2	1,5	-	-	0,1						
Shimakonde				22,0	19,9	17,3	-	0,2	0,0						
Kimwani				6,0	5,9	4,8									
Emakhuwa	47,0	43,6	42,7	67,0	67,0	67,6	90,0	87,2	87,5	4,0	1,9	2,2	-	-	0,2
Ekoti							2,0	1,9	1,3						
Ciyaawo	37,0	37,2	32,4	-	-	0,2						0,1			
Cinyanja	8,0	9,9	11,1	0,5	0,4	0,1				2,4	5,0	7,6	48,0	46,5	50,5
Elomwe	0,4	0,4	2,4				-	0,3	0,2	41,0	37,1	38,3			0,1
Echuwabo	-	-	0,1	-	-	0,1	-	0,2	0,1	31,0	23,5	22,4	3,0	-	2,0
Cinyungwe												0,0	28,0	27,5	20,9
Cisena	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1	8,0	8,2	8,3	12,0	11,4	10,9
Cindau												0,1	-	-	0,2
Ciwutee													-	-	0,1
Cibalke															
Cimanyika													2,0	2,5	4,8
Citshwa	-	-	0,2									0,4	-	-	0,2
Gitonga															
Cicopi															0,2
Xichangana	0,3	0,2	0,2	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,2	-	-	0,2
Xirhonga															
Português	4,0	6,8	9,0	2,0	3,4	5,9	6,0	8,7	9,2	5,0	9,2	13,4	3,0	3,2	8,3
Outras línguas bantu	2,0	0,7	1,3	2,0	0,9	1,3	1,0	0,5	0,1	6,0	0,3	5,7	3,0	3,6	2,0
Outras línguas estrangeiras	0,4	0,3	0,1	28,0	0,1	0,1	2,7	0,2	0,1	2,7	0,1	0,1	2,4	0,1	1,0
Mudo	-	-	0,1	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0
Desconhecido	-	-	0,9	-	-	0,6	-	-	1,0	-	-	1,1	-	-	0,7

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Como nos censos anteriores, a maioria dos residentes da província de Nampula (87.5%) apontou o Emakhuwa como a sua língua materna, em 2017. Imediatamente a seguir, figura o Português (9.2%). Comparando estes dados com os obtidos nos dois censos anteriores, nota-se que o Emakhuwa decresceu em 2.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2007, ainda que tenha registado uma pequena recuperação (0.3 pontos percentuais), entre 2007 e 2017. Em contraste, o Português cresceu em 3.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2007. O Ekoti (1.3%) e o Elomwe (0.2%) registaram um decréscimo na ordem de 0.6 e 0.1 pontos percentuais, respectivamente, entre 2007 e 2017. O Cisena e o Xichangana, com 0.1% cada, emergiram pela primeira vez como línguas maternas de parte da população de Nampula.

Na província da Zambézia, salientam-se o Elomwe (38.3%), o Echuwabo (22.4%), o Português (13.4%) e o Cisena (8.3%) como as principais línguas maternas da população de 5 anos ou mais, em 2017. A estas línguas, seguem-se o Cinyanja (7.6%) e o Emakhuwa (2.2%). Comparando os dados dos últimos três censos, nota-se que o Português, o Cinyanja e o Cisena cresceram, respectivamente, em 8.4, 5.2 e 0.3 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. Em contraste, o Elomwe e o Echuwabo decresceram em 2.7 e 8.6 pontos percentuais em igual período, com destaque para a perda registada no Echuwabo. Seguindo a tendência registada noutras províncias, em 2017 destacaram-se novas línguas como línguas maternas na Zambézia, a saber: Citshwa (0.4%), Xichangana (0.2%) e Cindau (0.1%).

Na província de Tete, destacam-se o Cinyanja (50.5%), o Cinyungwe (20.9%) e o Cisena (10.9%) como as línguas maternas da maior parte da população, em 2017. A estas línguas, segue-se o Português (8.3%) e o Cimanyika⁷ (4.8%). Fazendo uma comparação entre os dados dos três últimos censos, destaca-se o crescimento, em 5.3 pontos percentuais da população com o Português como língua materna, entre 1997 e 2007. Em igual período, o Cinyanja e o Cimanyika também cresceram, respectivamente, em 2.5 e 2.8 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, ainda que a primeira língua tivesse registado uma queda em 1.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2007. Em contraste, o Cinyungwe e o Cisena registaram quedas na ordem de 7.1 e 1.1 pontos percentuais no período em referência, com destaque para a perda registada na primeira língua. Como em outras províncias, o Echuwabo (2.0%), o Citshwa (2.0%), o Xichangana (2.0%), o Emakhuwa (0.2%) e o Elomwe (0.1%) emergiram pela primeira vez, em 2017, como parte das línguas maternas da população de Tete.



Foto: UN Women _ Creative Commons

⁷ Em Tete, os recenseados declararam a sua língua como Cishona. Entretanto, para este estudo usa-se o nome Cimanyika para designar o que os falantes declaram como Cishona ou Cimanyika/Cimanika, consideradas diferentes designações da mesma língua.

Quadro 4b: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna por província, em 1997, 2007 e 2017

Língua	Manica			Sofala			Inhambane			Gaza			Maputo			Cidade de Maputo		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Kiswahili																		0,1
Shimakonde																		
Kimwani																		
Emakhuwa	-	-	0,4	0,5	0,5	1,4				-	-	0,2	-	-	0,7	-	-	1,0
Ekoti	-	-	0,5															
Ciyaawo																		
Cinyanja	-	-	0,3	-	-	0,1							-	-	0,1	-	-	0,1
Elomwe	-	-	0,1	-	-	0,5							-	-	0,2	-	-	0,2
Echuwabo	-	-	0,7	3,0	2,9	2,6	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	1,5	-	-	1,9
Cinyungwe	5,0	5,4	3,7	-	-	0,3							-	-	0,1	-	-	0,1
Cisena	11,0	13,3	10,8	47,0	49,0	45,8	-	-	0,1			0,1	-	-	0,4	-	-	0,4
Cindau	29,0	26,9	23,7	34,0	29,8	24,3	-	-	1,4			0,1	-	-	0,3	-	-	0,4
Ciwutee	22,0	22,6	16,9	-	-	0,1			0,1									
Cibalke	-	9,1	8,5															
Cimanyika	15,0	11,8	19,2	-	-	0,4							-	-	0,2	-	-	0,2
Citshwa	-	-	0,4	2,0	1,3	0,7	57,0	55,9	56,0	0,3	0,3	0,5	5,0	4,7	3,7	5,0	3,5	2,4
Gitonga	-	-	0,4				17,0	16,7	12,1		0,4	0,2	2,0	2,1	0,9	4,0	2,8	1,1
Cicopi	-	-	3,7				17,0	16,3	14,4	6,0	5,6	4,2	5,0	4,1	1,8	5,0	3,3	1,4
Xichangana	-	-	1,4	-	-	0,4	2,0	2,2	1,9	88,0	87,3	84,5	44,0	42,8	36,6	34,0	31,5	24,5
Xirhonga	-	-	0,1				-	0,3	0,1		0,3	0,1	26,0	13,3	2,2	21,0	9,7	1,7
Português	4,0	5,7	16,8	10,0	13,3	21,8	3,0	5,5	12,5	3,0	4,8	9,2	13,0	27,7	49,5	25,0	42,9	62,5
Outras línguas bantu	8,0	3,9	0,6	3,0	2,3	0,1	1,0	2,1	0,1	2,0	0,5	0,0	2,0	3,2	0,1	4,0	4,4	0,2
Outras línguas estrangeiras	37,9	0,2	0,3	1,7	0,2	0,2	18,0	0,2	0,2	1,0	0,2	0,2	1,0	1,3	1,0	1,0	1,3	1,2
Mudo	-	-	0,1	-	-	0,0	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1
Desconhecido	-	-	1,1	-	-	1,4	-	-	0,5	-	-	0,5	-	-	0,7	-	-	0,7

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Na província de Manica (cf. Quadro 4b), as principais línguas apontadas como línguas maternas, em 2017, são o Cindau (23.7%), o Cimanyika8 (19.2%), o Ciwutee (16.9%), o Português (16.8%), e o Cisena (10.8%). Outras línguas com expressão considerável são o Cibalke (8.5%) e o Cinyungwe (3.7%). Estes dados mostram que esta província continua a ser uma daquelas cujos habitantes se distribuem por diferentes línguas maternas principais. Comparando com os censos anteriores, destaca-se o crescimento do Português, em 12.8 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. O Cimanyika também cresceu em 4.2 pontos percentuais neste período. Em contraste, em igual período, todas as outras línguas indicadas acima registaram quedas, com especial referência para o Cindau e o Ciwutee, que baixaram em 5.3 e 5.1 pontos percentuais, respectivamente. O Cinyungwe e o Cisena também baixaram em 1.3 e 0.2 pontos percentuais,

⁸ Mais uma vez, incluem-se aqui os falantes que declararam ter Cimanyika/Cimanika ou Cishona como suas línguas maternas.

ainda que a última língua tivesse registado um crescimento na ordem de 2.3 pontos percentuais, entre 1997 e 2007. Em 2017, emergiram algumas línguas que não foram registadas como línguas maternas nesta província, em 1997 e 2007, nomeadamente: Cicopi (3.7%), Xichangana (1.4%), Echuwabo (0.7%), Ekoti (0.5%), Citshwa (0.4%), Emakhuwa (0.4%), Cinyanja (0.3%) e Elomwe (0.1%).

O Cisena (45,8%), o Cindau (24,3%) e o Português (21,8%) salientam-se como as principais línguas maternas dos habitantes da província de Sofala. Outras línguas apontadas como línguas maternas são o Echuwabo (2,6%), o Emakhuwa (1,4%) e o Citshwa (0,7%). Comparando os dados dos três últimos censos, salienta-se o crescimento da população com o Português como língua materna, correspondente a 11.8 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. O Emakhuwa também registou um ligeiro crescimento na ordem de 0,1%. Em contraste, as percentagens de todas as outras línguas registaram decréscimo, com destaque para o Cindau, que baixou em 9.7 pontos percentuais. O Citshwa, o Cisena e o Echuwabo baixaram em 1.3, 1.2 e 0.4 pontos percentuais, respectivamente, ainda que o Cisena tivesse registado uma subida em 2 pontos percentuais, entre 1997 e 2007. O Elomwe (0,5%), o Xichangana (0,4%), o Cinyungwe (0,3%), o Cishona (0,2%), o Cimanyika (0,2%), o Cinyanja (0,1%) e o Ciwutee (0,1%) emergiram, pela primeira vez, em 2017, como línguas maternas de parte da população de Sofala.

Em 2017, o Citshwa (56,0%), o Cicopi (14,4%), o Português (12,5%) e o Gitonga (12,1%) são as línguas que mais se destacam como línguas maternas da população de Inhambane com 5 anos ou mais. Comparando os dados dos Censos 1997, 2007 e 2017, salienta-se o crescimento, em 9.5 pontos percentuais, da população com o Português como língua materna, entre 1997 e 2017. Em contraste, em igual período, todas as outras línguas registam baixas, sendo de destacar a queda da percentagem de falantes de Gitonga em 4.9 pontos percentuais. As descidas em Cicopi, Citshwa e Xichangana situaram-se em 2.6, 1.0 e 0.1 pontos percentuais, respectivamente. Depois do Xirhonga, em 2007, o Cindau (1,4%), o Emakhuwa (0,2%), o Cisena (0,1%) e o Ciwutee (0,1%) emergiram, pela primeira vez, em 2017, como parte das línguas maternas da população de Inhambane.

Na província de Gaza domina o Xichangana, apontado por 84,5% da população como sua língua materna. A esta língua, segue-se o Português (9,2%) e o Cicopi (4,2%). Os dados dos últimos três censos mostram que a população com o Português como língua materna cresceu em 6.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. Em contraste, em igual período, o Xichangana e o Cicopi registaram quedas na ordem de 3.5 e 1.8 pontos percentuais, respectivamente. O Citshwa teve uma ligeira subida de 0.2 pontos percentuais neste mesmo período. O Gitonga (0,2%) e o Xirhonga (0,1%), atestados a partir de 2007, ambos registaram decréscimos na ordem de 0.2 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. Nos dados do Censo 2017, o Echuwabo (0,2%), o Emakhuwa (0,2%), o Cisena (0,1%) e o Cindau (0,1%) emergiram, pela primeira vez, como línguas maternas de parte da população desta província.

O Português (49,5%) e o Xichangana (36,6%) são as línguas maternas predominantes na província de Maputo. Destas duas, o Português registou uma subida considerável, na ordem de 36.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, ao passo que, o Xichangana baixou em 6.2 pontos percentuais. Note-se que o Português figura já como a língua materna de cerca de metade dos residentes da província de Maputo. Deste modo, o Português passou a superar o Xichangana, que, até ao Censo 2007, era a língua materna da maior parte da população desta província (42.8%). Outras línguas apontadas como línguas maternas na província de Maputo, também registadas nos Censos anteriores, são o Citshwa (3,7%), o Xirhonga (2,2%), o Cicopi (1,8%) e o Gitonga (0,9%), que, entre 1997 e 2017, sofreram quedas na ordem de 1.3, 23.8, 3.2 e 1.1 pontos percentuais, respectivamente. Nestas quedas, destaque vai para o Xirhonga, uma das línguas nativas icónicas desta província, que baixou em 12.7 pontos percentuais, entre 1997 e 2007, e em 11.1 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. Nesta província, também se registaram, em 2017, línguas não detetadas em censos anteriores, a saber: Echuwabo (1,5%), Emakhuwa (0,7%), Cisena (0,4%), Cindau (0,3%), Elomwe (0,2%), Cinyanja (0,1%) e Cimanyika (0,1%).

Tal como na província de Maputo, também na cidade de Maputo, o Português (62,5%) e o Xichangana (24,5%) se destacam como as línguas maternas predominantes. Como se pode notar, o Português aumentou a hegemonia conquistada a partir do Censo 2007 como a língua materna da maior parte dos residentes desta cidade, à frente do Xichangana. De 1997 a 2017, a população com o Português como língua materna cresceu em 37,5 pontos percentuais, sendo actualmente a língua materna de cerca de três quartos da população desta cidade. Em contraste, em igual período, o Xichangana registou uma queda em 9,5 pontos percentuais. Outras línguas apontadas como línguas maternas na cidade de Maputo, também registadas em censos anteriores, são o Citshwa (2,4%), o Xirhonga (1,7%), o Cicopi (1,4%) e o Gitonga (1,1%), todas elas em franco decréscimo desde 1997 a esta parte, mas com destaque para a queda do Xirhonga. Com efeito, como acontece na província de Maputo, a velocidade de perda de inquiridos que se declaram falar Xirhonga é significativa, situando-se em 11,3 pontos percentuais, entre 1997 e 2007, e em 8,0 pontos percentuais, entre 2007 e 2017, o que perfaz uma descida em 19,3 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. Por seu turno, entre 1997 e 2017, o Cicopi, o Gitonga, e o Citshwa baixaram em 3,6, 2,9 e 2,6 pontos percentuais, respectivamente. O Elomwe (2,0%), o Echuwabo (1,9%), o Emakhuwa (1,0%), o Cisená (0,4%), o Cindau (0,4%), o Cishona (0,1%) e Cimanyika (0,1%) são línguas que emergiram, pela primeira vez, em 2017, como línguas maternas de parte dos habitantes da cidade de Maputo.

A descida acentuada da proporção de recenseados que declararam o Xirhonga como sua língua materna, tanto na província como na cidade de Maputo, remete para, pelo menos, duas linhas de explicação: Por um lado, pode ser tomada como uma evidência de que esta língua está em perigo de extinção, mas, por outro lado, pode ser vista como consequência de movimentos migratórios, que se traduzem na entrada de populações falantes de outras línguas nesta zona do país, levando assim à redução da proporção de falantes do Xirhonga.

A hipótese do perigo de extinção do Xirhonga pode ser sustentada a partir da análise da evolução do número absoluto de falantes desta língua. Diferentemente do que acontece com a maior parte de outras línguas bantu que também vêm registando quedas em termos de percentagem relativa de falantes como línguas maternas, o decréscimo da percentagem de falantes de Xirhonga reflecte também uma queda em termos de número absoluto de falantes que declararam esta língua como sua língua materna. Com efeito, o número absoluto de falantes que declararam o Xirhonga como língua materna na província de Maputo vem baixando drasticamente nas últimas duas décadas – de 172 278, em 1997, para 136 508, em 2007, e 37 212, em 2017. Isto significa que, em vinte anos, a população de falantes de Xirhonga como língua materna na província de Maputo baixou em cerca de 78,4%. A mesma análise é válida para a situação desta língua na província de Maputo. Esta hipótese parece ganhar expressão quando se faz o contraste entre, por exemplo, a evolução do Xirhonga e do Xichangana, na mesma província. Na verdade, ainda que a percentagem de falantes que declararam o Xichangana como língua materna na província de Maputo também esteja a baixar gradualmente (de 44,0%, em 1997, para 42,8%, em 2007, e 36,6%, em 2017), o número absoluto de falantes desta língua como língua materna tem estado a crescer consideravelmente – de 284 376, em 1997, para 439 202, em 2007, e 611 804, em 2017. Ou seja, em vinte anos, a população de falantes de Xichangana como língua materna na província de Maputo quase que duplicou. Estes dados sugerem que, diferente do Xirhonga, o Xichangana tem uma relativa estabilidade na província de Maputo.

A hipótese de movimentos migratórios pode ser fundamentada tendo como base a entrada massiva de cidadãos de outros grupos linguísticos para a província e cidade de Maputo. Com efeito, a província e cidade de Maputo são a regiões com as maiores taxas de imigração interprovincial em Moçambique. A título ilustrativo, entre 2016 e 2017, a província de Maputo registou um saldo migratório 9 positivo na ordem de 9 220 habitantes, o maior do país, seguindo-se a cidade de Maputo, com 2 172 habitantes (cf. Borges et al., em preparação). Como consequência dos elevados fluxos de imigração, estas são as duas regiões com parte considerável de residentes nascidos fora delas. Por exemplo, em 2017, 38,5 e 34,0% da população da província e da cidade de Maputo, respectivamente, era imigrante (cf. Borges et al., em preparação). Uma das consequências deste peso da imigração é a redução da percentagem de falantes de Xirhonga em relação à população total destas duas zonas geográficas, ou seja, à medida que vão entrando cidadãos falantes de outras línguas, sobretudo as do grupo bantu, diminui o peso dos falantes de Xirhonga no universo da população destas duas regiões. Esta situação tem relação com o facto de os novos habitantes destas zonas tenderem a não adoptar o Xirhonga como sua língua de comunicação diária ou familiar, mas outras línguas, como o Xichangana e/ou o Português, ou manter a transmissão das suas línguas maternas às novas gerações.

⁹ Saldo migratório líquido representa a diferença entre o número de pessoas imigrantes e o número de emigrantes de uma dada região, neste caso da província.

Ainda que não ao mesmo ritmo, outras línguas que estão na mesma situação que o Xirhonga são o Cindau, em Manica e Sofala, e o Gitonga, em Inhambane, as quais devem merecer a atenção dos falantes, dos planificadores linguísticos e de toda a sociedade em geral.

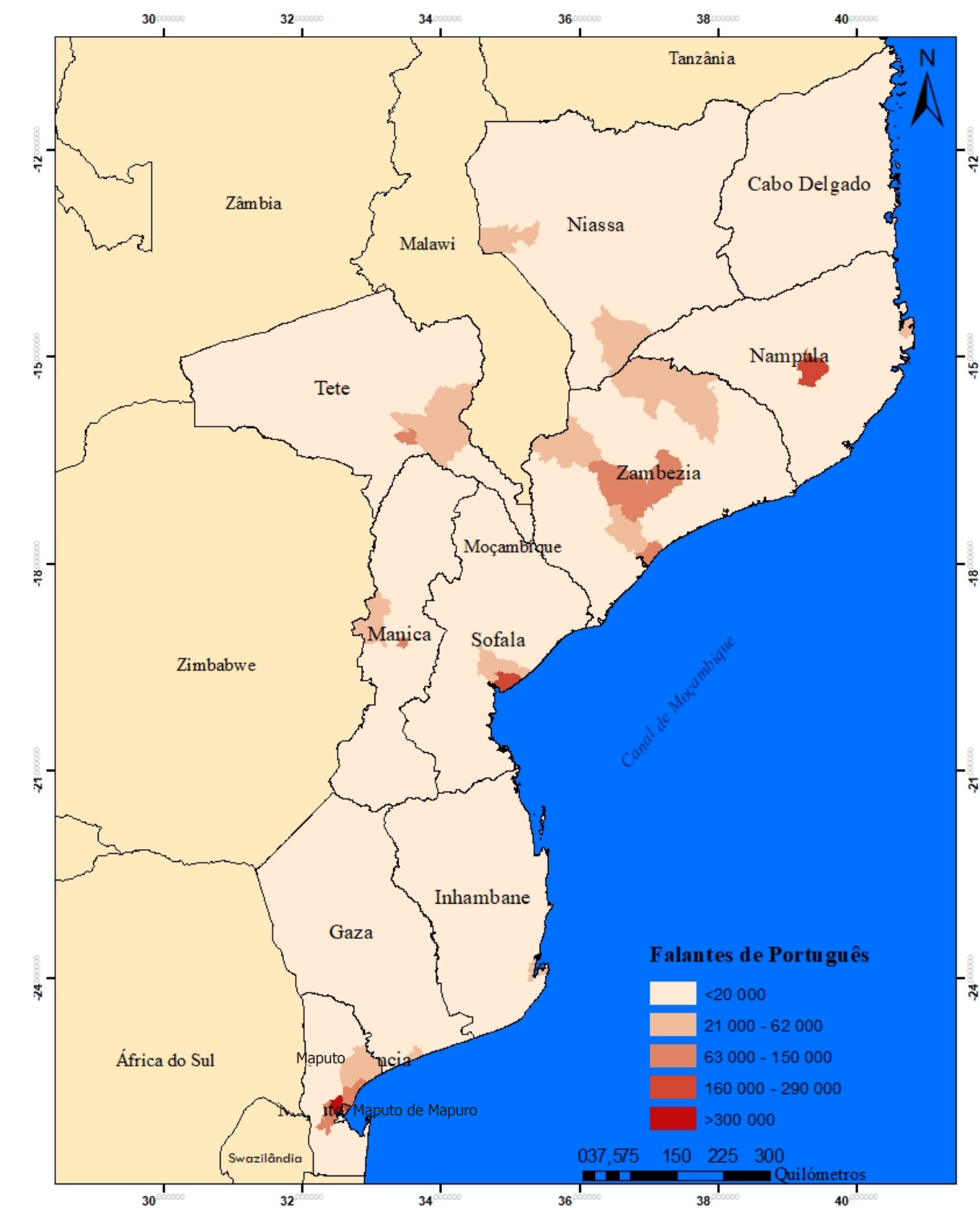
Os dados analisados nesta subsecção permitem concluir que a redução das percentagens de falantes de línguas bantu como línguas maternas decorre, sobretudo, da tendência para a transmissão do Português às novas gerações, particularmente nas áreas urbanas e no seio de famílias economicamente favorecidas. Os casos da província e cidade de Maputo parece indicarem que o Xirhonga pode ser uma das línguas moçambicanas mais afectadas pela apetência pela língua portuguesa, o que pode ter a ver com o crescimento acelerado da urbanização. Esta situação sugere estudos mais detalhados visando documentar, entre outros aspectos, a ocorrência do fenómeno de mudança de língua ('language shift')¹⁰, das línguas bantu para o Português (cf. Firmino, 2002; Chimbutane & Gonçalves, em preparação), particularmente nas áreas urbanas.

A emergência, no panorama linguístico de todas as províncias do país, de línguas que não apareciam nas listas de línguas maternas de cada um destes locais pode estar associada a dois factores principais: (a) o crescimento do número de falantes destas novas línguas em cada uma das províncias do país, em particular como resultado de movimentos migratórios e aumento de taxas de fecundidade, fazendo com que estas línguas tenham maior expressão; e (b) diferenças nos níveis de desagregação do conjunto de línguas maternas enquadradas na categoria "outras línguas" nos Censos 1997, 2007 e 2017, fazendo com que nuns casos as línguas com menor representatividade populacional sejam salientadas, mas noutros não.

¹⁰ Este é um fenómeno que ocorre quando falantes nativos de uma dada língua (L) deixam de falar essa língua, passando a falar outra(s) língua(s). Com o tempo, este processo pode resultar na extinção da língua abandonada.

3.2 Conhecimento da Língua Portuguesa

Mapa 6: Falantes de Português por província



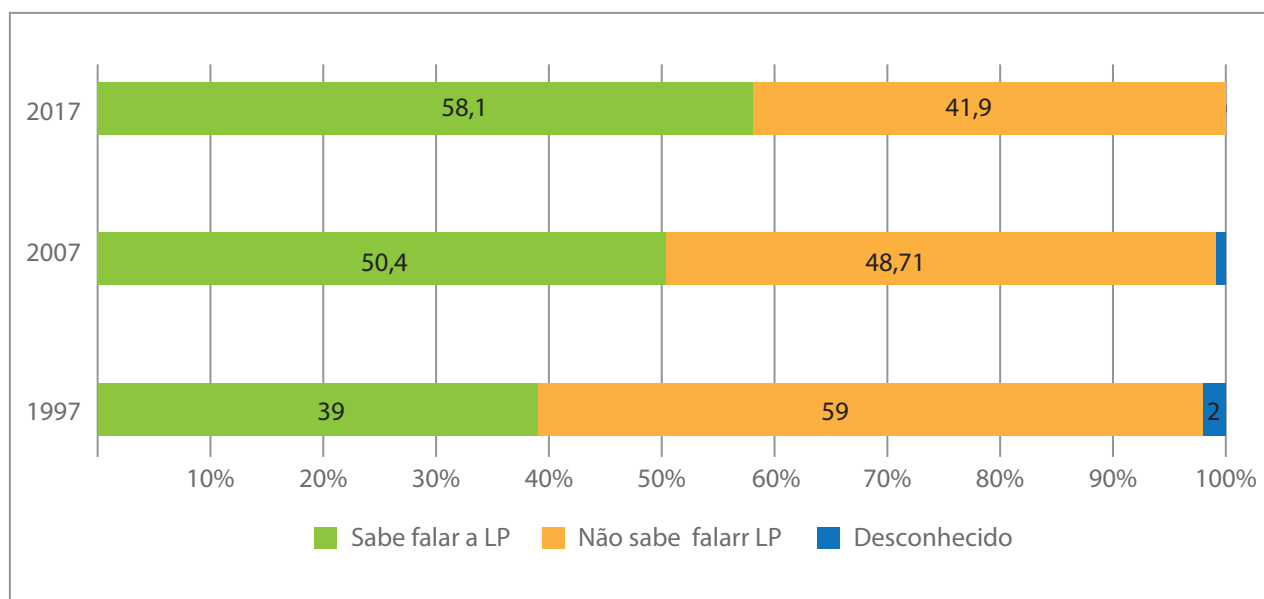
Fonte: INE, Censo 2017

3.2.1 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa

Os dados do Censo 2017 mostram que mais de metade da população moçambicana de 5 anos ou mais (58.1%) sabe falar a língua portuguesa (cf. Figura 8), ainda que esta percentagem inclua também falantes com apenas conhecimento muito básico desta língua. Na verdade, conforme expresso na Introdução, na categoria “sabe falar a língua portuguesa”, estão incluídos todos os recenseados que declararam ser capazes de

manter uma conversa básica nesta língua, mesmo que não a pudessem falar fluentemente. Assim, não obstante a sua validade, os resultados sobre o indicador “conhecimento da língua portuguesa” (e também sobre o indicador “habilidades de leitura e escrita”) devem ser tomados como indicativos e não absolutos, sobretudo porque reflectem a autoavaliação que as pessoas fazem do seu próprio domínio da língua portuguesa.

Figura 8: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa (LP) em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se um crescimento substancial da população de falantes da língua portuguesa, o que corresponde a 19,0 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 7,7 pontos, entre 2007 e 2017. Como se ilustra mais adiante, estas taxas de crescimento

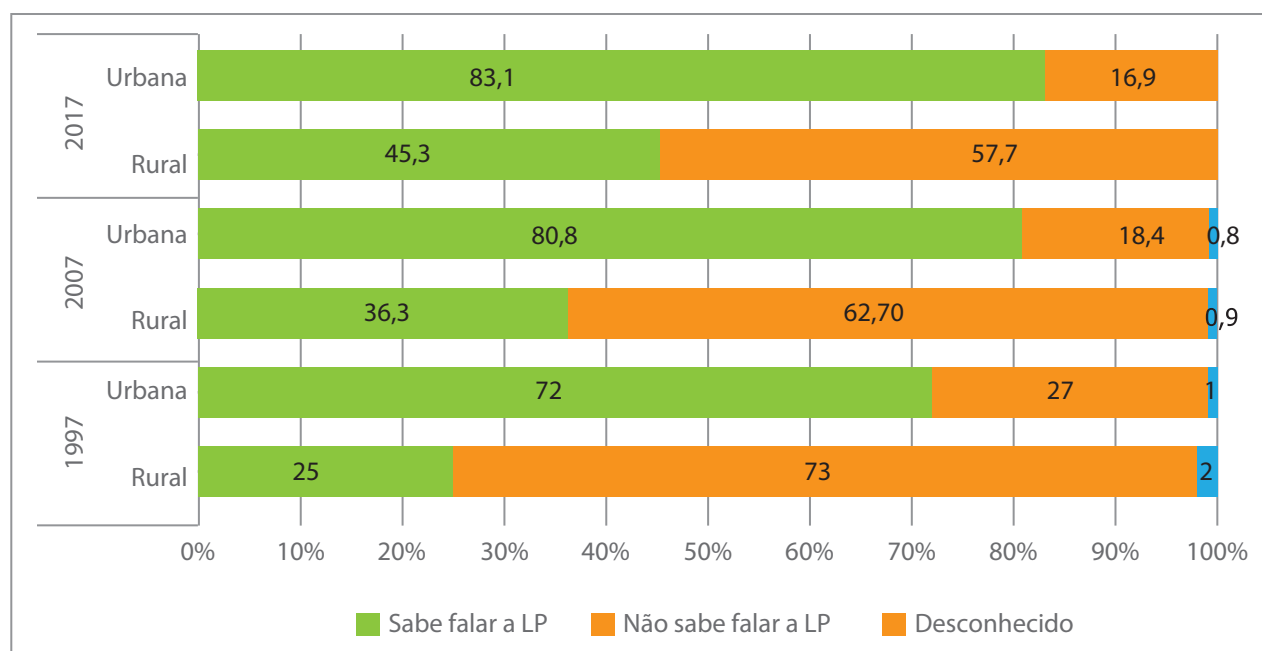
da proporção de falantes da língua portuguesa são equiparáveis às taxas de crescimento da proporção daqueles que sabem ler e escrever, o que pode consubstanciar a hegemonia do Português como a língua de escolarização e a escola como meio principal da difusão desta língua em Moçambique.

3.2.2 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Área de Residência

A Figura 9 mostra que, tal como em 1997 e 2007, no Censo 2017 a maior parte dos residentes de áreas urbanas (83,1%) declarou que sabia falar

a língua portuguesa, ao passo que um pouco mais de metade dos residentes de áreas rurais (45,3%) indicou não saber falar esta língua.

Figura 9: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Uma comparação dos resultados dos três últimos censos mostra uma tendência de crescimento substancial da percentagem da população que declarou saber falar a língua portuguesa, tanto das áreas rurais como das urbanas. Entretanto, em termos proporcionais, nota-se que esse crescimento tende a ser mais acentuado nas áreas rurais (crescimento na ordem 20.3 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 9 pontos, entre

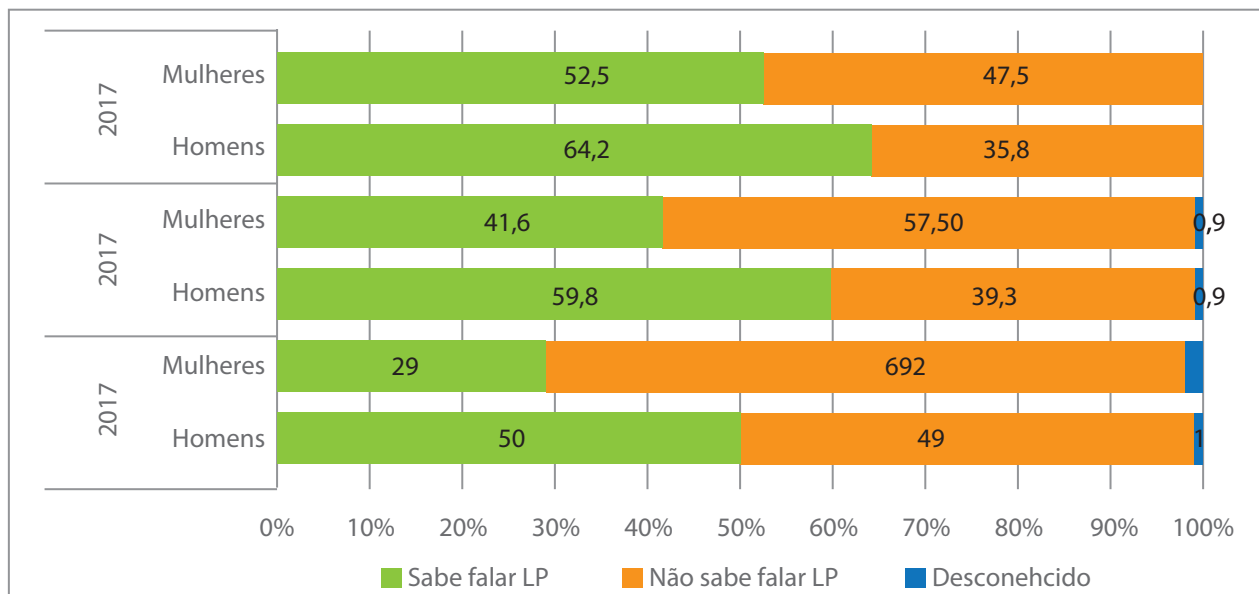
2007 e 2017) do que nas urbanas (11.1 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 2.3 pontos, entre 2007 e 2017). Esta situação pode ser resultado da expansão da rede escolar nas áreas rurais e aumento da mobilidade das pessoas entre as áreas rurais e urbanas, o que contribui para o aumento das oportunidades de exposição à língua portuguesa.

3.2.3 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Sexo

Consistente com a tendência captada nos censos anteriores, também no Censo 2017, a percentagem de homens que declararam saber

falar a língua portuguesa (64.2%) é maior do que a percentagem de mulheres (52.6%) com esta habilidade (cf. Figura 10).

Figura 10: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

A comparação dos resultados dos três últimos censos revela uma tendência de crescimento da percentagem da população de ambos os sexos que declarou saber falar a língua portuguesa. No entanto, nota-se que esse crescimento tende a ser mais acentuado entre as mulheres (crescimento na ordem de 23.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 10.9 pontos, entre 2007 e 2017) do que entre os homens (14.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 4.4 pontos, entre 2007 e 2017). O crescimento substancial da proporção de mulheres

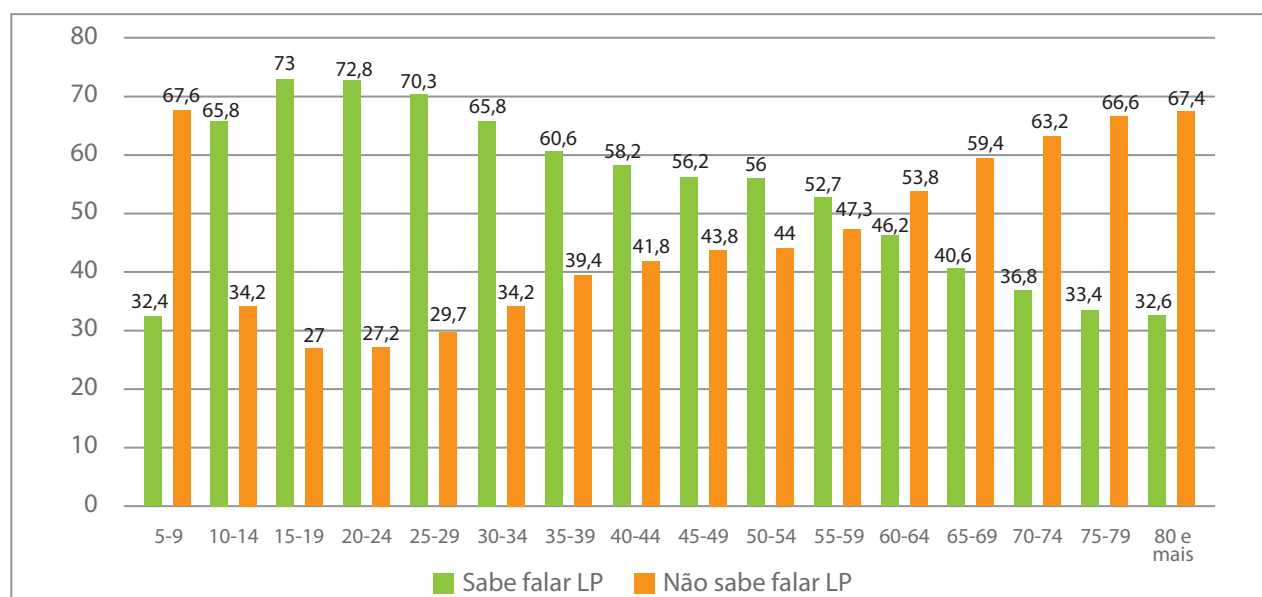
que sabem falar a língua portuguesa pode estar associado a uma tendência de mudança de atitude em relação ao lugar da mulher na sociedade e seu direito à educação, o que pode ser consequência de diferentes políticas e acções sociais visando a equidade de género em Moçambique. Especificamente, estes dados podem indicar que a mulher tem estado a ter cada vez mais acesso à educação formal, uma das principais vias de aprendizagem da língua portuguesa neste país.

3.2.4 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Idade

A Figura 11 mostra que, tal como nos Censos 1997 e 2007, os maiores índices de conhecimento da língua portuguesa situam-se nas faixas etárias entre os grupos populacionais mais jovens, em particular entre os 10 e os

39 anos. Inversamente, a maior parte dos recenseados que declararam não saber falar a língua portuguesa tinha 60 anos ou mais, sendo que as percentagens tendem a decrescer à medida que as idades vão subindo.

Figura 11: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e idade em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Conforme descrito em relação ao indicador “língua materna”, comparando os dados dos três últimos censos, constata-se que, em todas as faixas etárias, houve (a) uma subida considerável das percentagens de recenseados que declararam saber falar a língua portuguesa, com maior incidência para a população jovem (por exemplo, a proporção mais alta, em 1997, foi de 52.0%, registada na faixa dos 15-19 anos, tendo subido para 68.9%, em 2007, e 73.0%, em 2017), e (b) uma queda assinalável das proporções de recenseados que declararam não saber falar a língua portuguesa, incluindo entre a população adulta (por exemplo, a

proporção mais alta, em 1997, foi de 97.0%, registada na faixa dos 80 anos ou mais, tendo subido para 80.6%, em 2007, e 67.4%, em 2017).

Um dado importante a considerar é que, se na faixa etária dos 5-9 anos se registou 32.5% de recenseados que declararam saber falar a língua portuguesa, em 2017, na faixa imediatamente a seguir (10-14 anos) registou-se cerca do dobro desta percentagem (65.8%). Este resultado pode ser usado para substanciar a observação de que a escola é, de facto, o factor preponderante na transmissão da língua portuguesa em Moçambique.

3.2.5 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa, Região e Área de Residência

Consistente com o padrão captado em relação ao indicador “língua materna”, o Quadro 5 mostra que a população da região Sul do país tem a maior concentração de recenseados (81.5%) que declararam saber falar a

língua portuguesa do que as regiões Centro (55.1%) e Norte (46.1%), respectivamente. As proporções de falantes de Português vão baixando à medida que se avança do Sul ao Norte do país.

Quadro 5: Distribuição percentual da população segundo conhecimento da língua portuguesa, região e área de residência em Moçambique, em 2017

Região	Área	Sabe Falar Português (%)	Não Sabe Falar Português (%)
Norte	Urbana	69,5	30,5
	Rural	36,4	63,6
	Total	46,1	53,9
Centro	Urbana	84,8	15,2
	Rural	44,6	55,4
	Total	55,1	44,9
Sul	Urbana	92,6	7,4
	Rural	68,1	31,9
	Total	81,5	18,5
Nacional	Urbana	83,1	16,9
	Rural	45,3	54,7
	Total	58,1	47,9

Fonte: INE, Censo 2017

A distribuição da população segundo conhecimento da língua portuguesa por região e área de residência é consistente com o padrão nacional: nas três regiões, há maior concentração de falantes de Português nas áreas urbanas, com percentagens que variam entre 69.5%, na região Norte, e 92.6%, na região Sul. A região Sul destaca-se por ter um pouco mais de metade da sua população rural (68.1%) com conhecimento do Português, quase a mesma proporção da população urbana com este conhecimento na região Norte (69.5%).

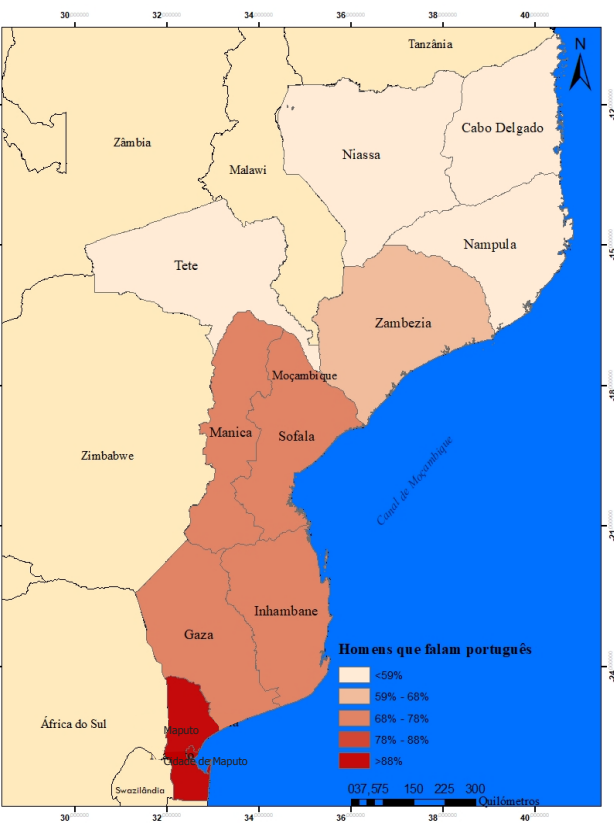
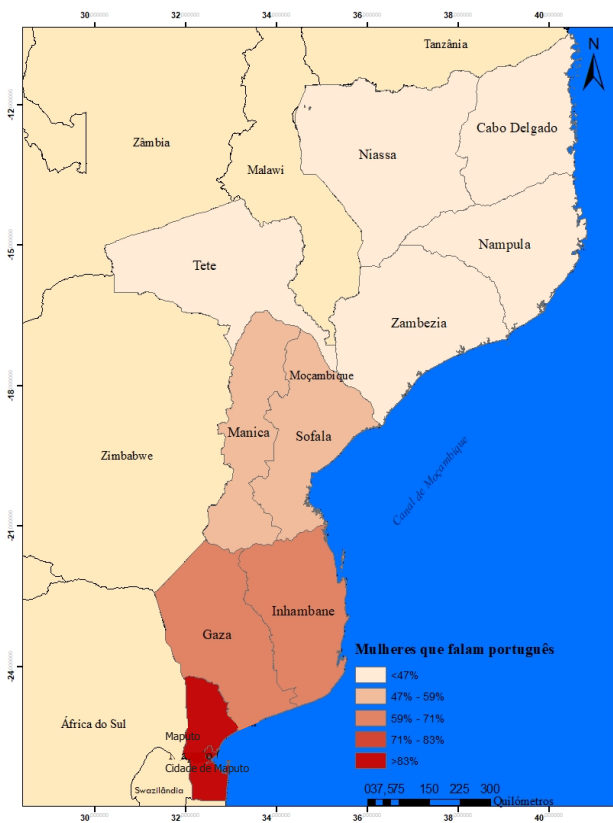
Como se referiu em relação ao padrão de distribuição da população segundo língua materna, os dados sobre o indicador “conhecimento da língua portuguesa” também substanciam a existência de assimetrias socioeconómicas regionais em Moçambique. Neste caso concreto, é no Sul do país e nas áreas urbanas das três regiões onde se concentram aqueles que sabem falar Português, um domínio associado a factores como escolaridade e mobilidade socioeconómica.



3.2.6 Distribuição da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa, Região e Sexo

Mapa 7: Mulheres falantes de Português

Mapa 8: Homens falantes de Português



Fonte: INE, Censo 2017

O Quadro 6 mostra que, nas três regiões do país, as populações de homens têm maiores percentagens de falantes da língua portuguesa (85.0%, no Sul, 62.3%, no Centro, e 53.0%, no Norte) do que as populações femininas (78.4%,

no Sul, 48.4%, no Centro, e 39.7%, no Norte). A região Sul tem as maiores percentagens de homens e de mulheres que sabem falar a língua portuguesa do que as regiões Centro e Norte, respectivamente.



Quadro 6: Distribuição percentual da população segundo conhecimento da língua portuguesa, região e sexo em Moçambique, em 2017

Região	Sexo	Sabe falar Português (%)	Não sabe falar Português (%)
Norte	Masculino	53	47
	Feminino	39,7	60,3
	Total	46,1	53,9
Centro	Masculino	62,3	37,7
	Feminino	48,4	51,6
	Total	55,1	44,9
Sul	Masculino	85	15
	Feminino	78,4	21,6
	Total	81,5	18,5
Nacional	Masculino	64,1	35,9
	Feminino	52,5	47,5
	Total	58,1	41,9

Fonte: INE, Censo 2017

Diferente do padrão registado em relação ao indicador “língua materna”, neste caso observam-se diferenças substanciais entre as percentagens de homens e mulheres que declararam saber falar Português nas regiões Centro e Norte, mas não tanto na região Sul de Moçambique. Com efeito, se a diferença no Centro e Norte é de 13.9 e 13.3 pontos percentuais, respectivamente, na região Sul é de 6.6 pontos percentuais. Este dado pode ser um

indicador de que as desigualdades de género tendem a reduzir-se mais no Sul do que no Centro e Norte do país, o que é consistente com resultados de estudos que indicam que quanto maior for o desenvolvimento socioeconómico, maior é a probabilidade de homens e mulheres terem oportunidades sociais iguais, incluindo a oportunidade de acesso à educação, a principal fonte de aquisição da língua portuguesa em Moçambique.

3.2.7 Distribuição Provincial da População Segundo Conhecimento da Língua Portuguesa

De um modo geral, os padrões nacionais descritos acima reflectem as tendências verificadas ao nível provincial. Em termos gerais, regista-se um crescimento das percentagens de recenseados que sabem falar a língua portuguesa, ainda que as taxas de crescimento sejam maiores numas do que noutras províncias. Mais de metade da população de sete das 11 províncias do país declarou saber falar a língua portuguesa no Censo 2017. O Quadro 7 mostra que, a cidade de Maputo

(96.4%) e as províncias de Maputo (90.9%), Inhambane (71.2%) e Gaza (67.4%) são aquelas que detêm a maior concentração de habitantes que sabem falar a língua portuguesa nas suas populações. Destas, destacam-se a cidade e a província de Maputo, que apresentam percentagens próximas de 100%. Em contraste, menos de metade das populações das províncias de Cabo Delgado (42.2%), Tete (45.6%), Niassa (45.9%) e Nampula (47.9%) sabe falar a língua portuguesa.

Quadro 7: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa por província, em 1997, 2007 e 2017

Província	Sabe Falar			Não Sabe Falar			Desconhecida		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Cabo Delgado	22,0	30,2	42,2	77,7	68,8	57,8	1,0	1,0	-
Niassa	31,0	30,9	45,9	68,0	59,8	54,1	1,0	0,3	-
Nampula	29,0	38,9	47,9	70,0	60,0	52,1	1,0	1,1	-
Zambézia	32,0	42,5	52,3	66,0	56,4	47,7	2,0	1,1	-
Tete	23,0	33,5	45,6	75,0	65,6	54,4	1,0	0,9	-
Manica	38,0	53,8	63,9	60,0	45,4	36,1	1,0	0,8	-
Sofala	48,0	62,5	64,9	51,0	36,8	35,1	2,0	0,7	-
Inhambane	47,0	64,2	71,2	52,0	34,9	28,8	1,0	0,9	-
Gaza	42,0	58,7	67,4	57,0	40,4	32,6	1,0	0,9	-
Maputo	68,0	83,3	90,9	31,0	15,9	9,1	1,0	0,8	-
Cidade de Maputo	87,0	95,6	96,4	12,0	3,9	3,6	1,0	0,5	-

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

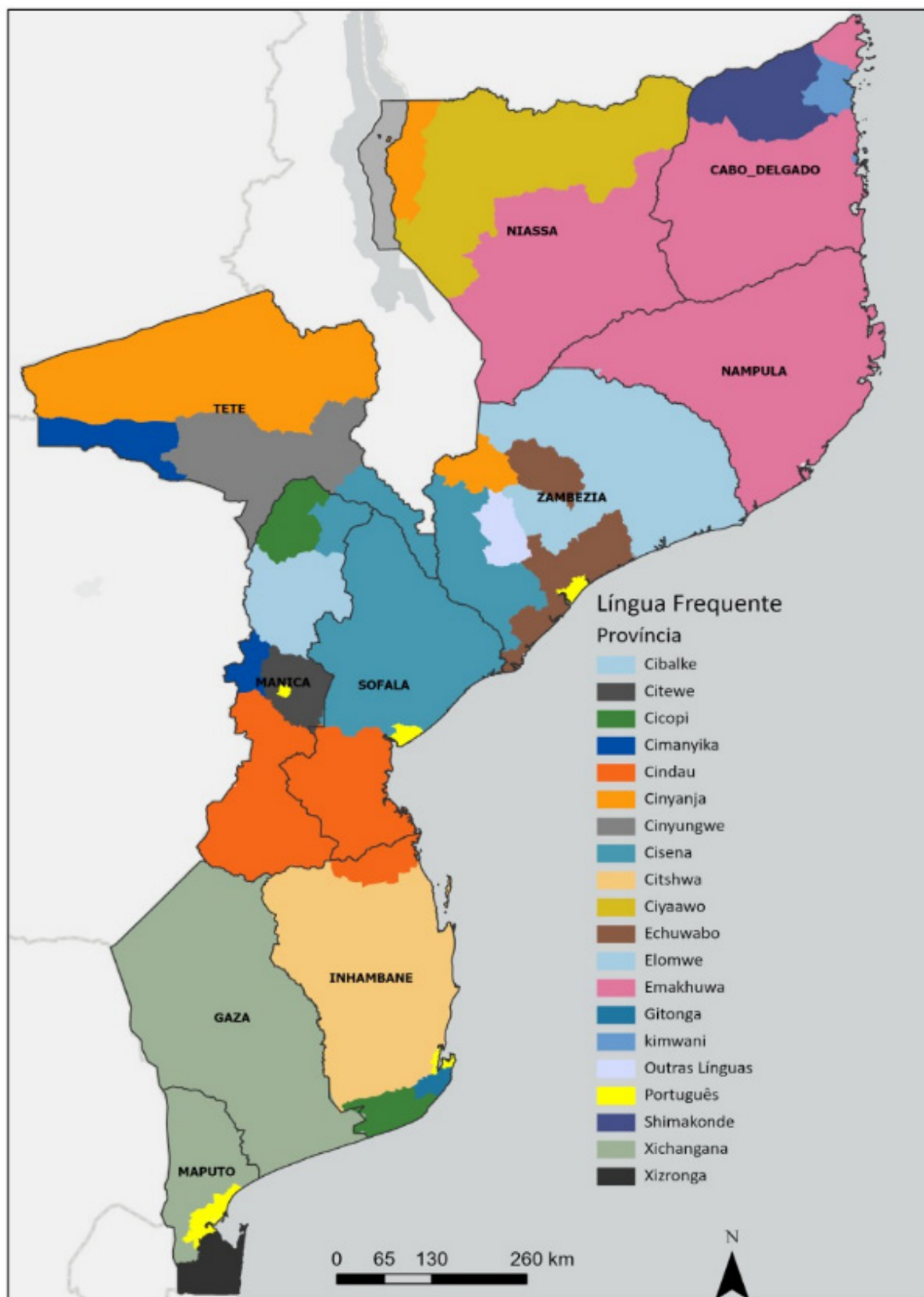
Comparando os dados dos últimos três censos, destaca-se o crescimento registado nas províncias de Manica, Gaza e Inhambane, entre 1997 e 2017, que corresponde a 25.9, 25.4 e 24.2 pontos percentuais, repectivamente. Também se destaca a província da Zambézia, que, em 2017, passou a figurar no grupo de províncias que têm mais de metade das suas populações com capacidade de falar a língua portuguesa.

A província e a Cidade de Maputo são locais onde se registaram as taxas mais baixas de crescimento, entre 1997 e 2017, correspondendo a 7.6 e 0.8 pontos percentuais, respectivamente. Este baixo crescimento pode ser explicado pelo efeito tecto, isto é, o facto de nestes lugares se ter atingido já percentagens próximas de 100%.



3.3 Línguas Faladas com mais Frequência

Mapa 9: Língua falada mais frequentemente em casa por província



Fonte: INE, Censo 2017

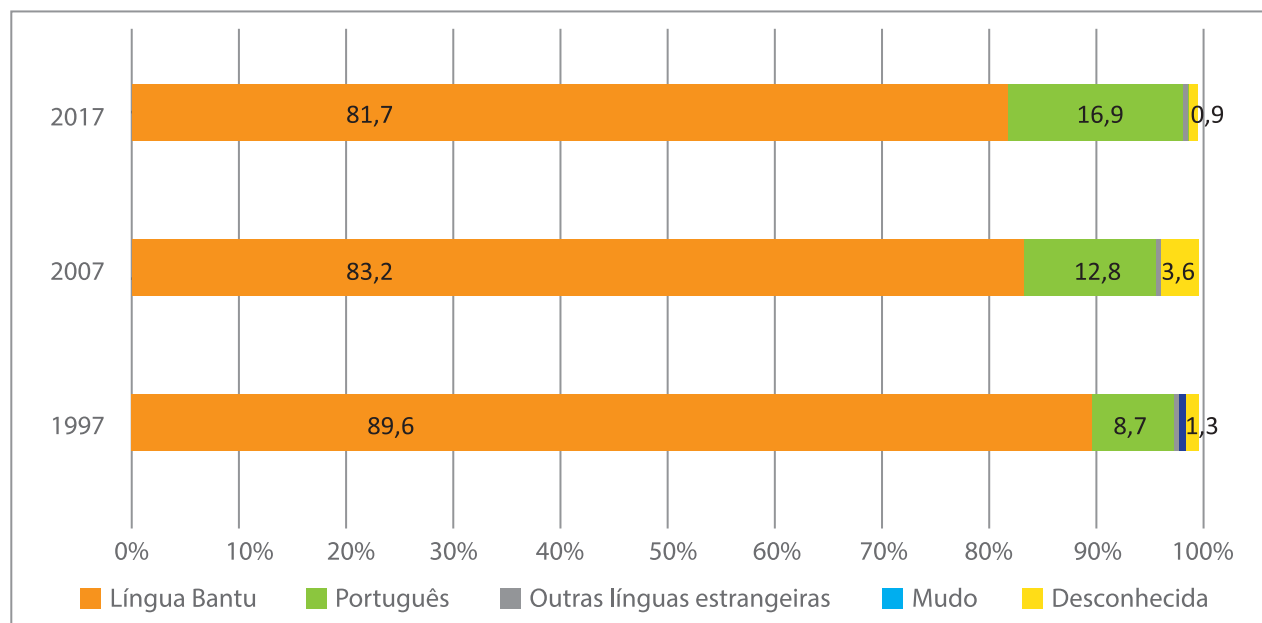
3.3.1 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa

Como nos censos anteriores, as línguas bantu continuam a ser as línguas faladas com maior frequência em Moçambique. Entretanto, continua a registar-se a ascendência da língua portuguesa como uma das línguas mais frequentemente usadas, especialmente nas áreas urbanas. Estas tendências são consistentes com as observadas em relação ao indicador “língua materna”.

A Figura 12 mostra que, no Censo 2017, a grande maioria dos recenseados (81.7%) declarou que falava mais frequentemente uma ou várias línguas

bantu em casa, contra 16.9% que indicou falar mais frequentemente a língua portuguesa. Estas percentagens são equiparáveis às percentagens dos recenseados que declaram estas línguas como as suas línguas maternas – 79.2% e 16.5% de falantes de línguas bantu e de Português como língua materna, respectivamente (cf. Subsecção 3.1). Este dado pode indicar que, no geral, a maior parte da população que declarou ter uma dada língua bantu ou o Português como língua materna também fala mais frequentemente essa língua em casa.

Figura 12: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se uma redução da percentagem da população que declarou falar mais frequentemente uma língua bantu em casa, uma redução em 7.9 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 1.5 pontos, entre 2007 e 2017. Em contraste, em igual período, quase que duplicou a proporção daqueles que falam a língua portuguesa mais frequentemente em casa, representando um crescimento na ordem de 8.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 4.1 pontos, entre 2007 e 2017.

O Quadro 8 indica que, como nos censos anteriores, em 2017, o Emakhuwa, com 25.4% de falantes, continuou a destacar-se como a língua mais frequentemente falada em casa em Moçambique. Tal como em relação ao indicador “língua materna”, o Português (16.9%) figura como a segunda língua falada mais frequentemente em casa, seguida de Xichangana (8.9%), Elomwe (7.3%), Cinyanja (7.1) e Cisena (6.8%), respectivamente.

Quadro 8: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Língua	Ano do Censo		
	1997	2007	2017
Emakhuwa	26,0	25,4	26,4
Xichangana	11,0	10,4	8,9
Elomwe	8,0	6,9	7,3
Cisena	7,0	7,1	6,8
Echuwabo	6,0	4,4	2,6
Cindau	4,7	4,3	3,6
Cinyanja	4,7	5,8	7,1
Cinyungwe	2,4	2,8	2,4
Citshwa	4,9	3,9	3,5
Cicopi	2,2	1,6	1,4
Ciyaawo	1,8	2,0	2,0
Outras Línguas Bantu	10,4	8,4	13,3
Português	9,0	12,8	16,9
Outras Línguas Estrangeiras	0,3	0,36	0,4
Mudo	0,02	0,05	0,1
Desconhecida	1,3	3,65	0,9

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os dados dos três últimos censos, constata-se que, ao mesmo tempo que, no geral, as percentagens de recenseados que falam mais frequentemente uma língua bantu tende a baixar, a percentagem daqueles que falam mais frequentemente a língua portuguesa tende a subir. A título ilustrativo, se, em 1997, 11.0% dos recenseados tinham declarado falar mais frequentemente o Xichangana, esta percentagem baixou, progressivamente, para 10.4%, em 2007, e 8.9%, em 2017. Esta tendência verifica-se em relação a outras línguas bantu reflectidas no quadro em análise, como o Echuwabo, o Cisena, o Cindau, o Citshwa e o Cicopi. As excepções referem-se a línguas

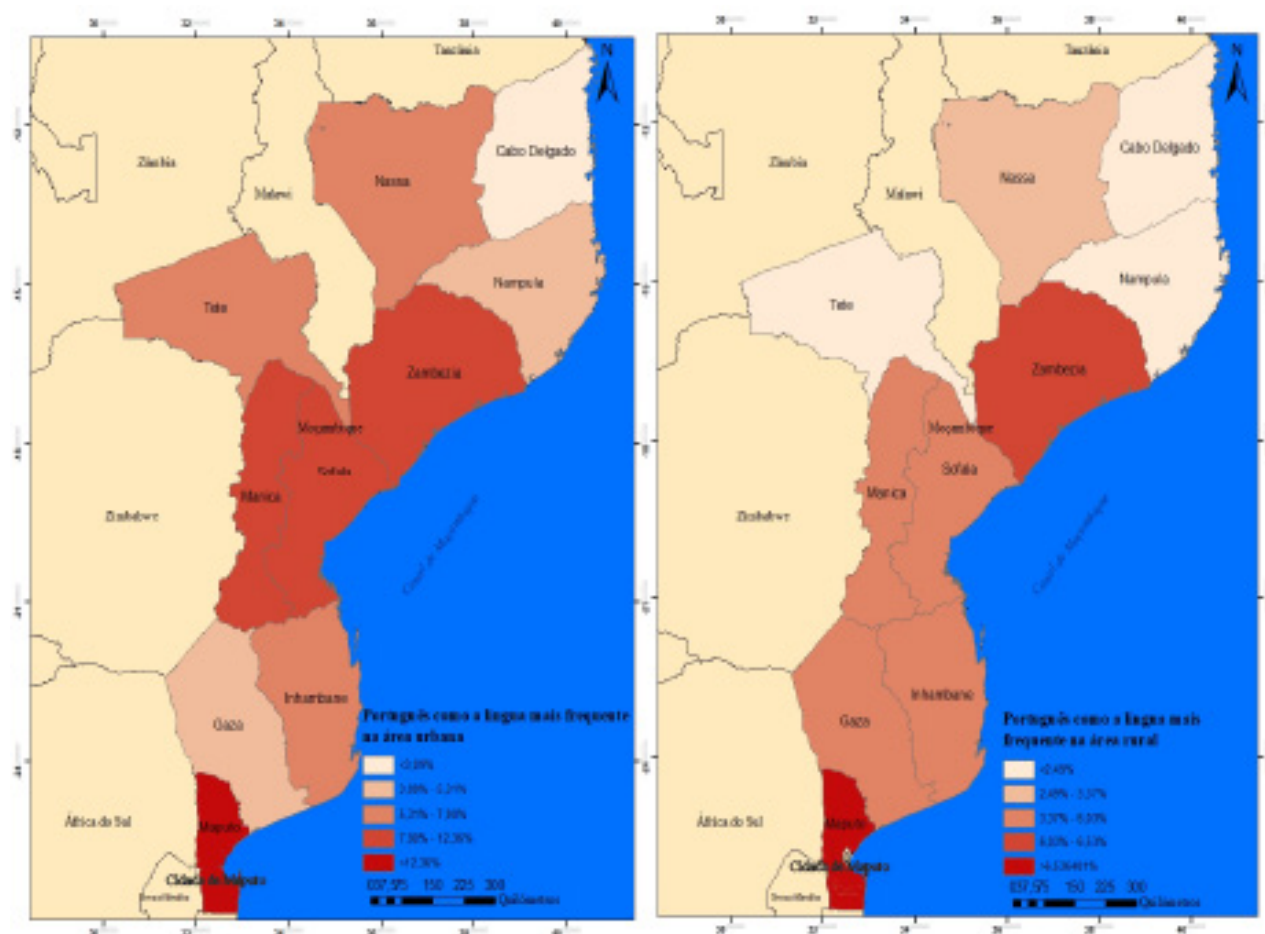
como o Emakhuwa, o Cinyanja, o Ciyaawo e o Cinyungwe, que mostram uma tendência de crescimento, entre 1997 e 2017, ou alguma recuperação da queda registada em 2007.

As tendências gerais e específicas observadas são consistentes com as tendências captadas em relação ao indicador “língua materna”. Um dado importante a considerar é que, tal como em relação ao indicador “língua materna”, a partir de 2007, a língua portuguesa passou a ser a segunda língua mais falada em casa em Moçambique, imediatamente a seguir ao Emakhuwa.

3.3.2 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Área de Residência

Mapa 10: Português mais frequente - área rural

Mapa 11: Português mais frequência- área urbana

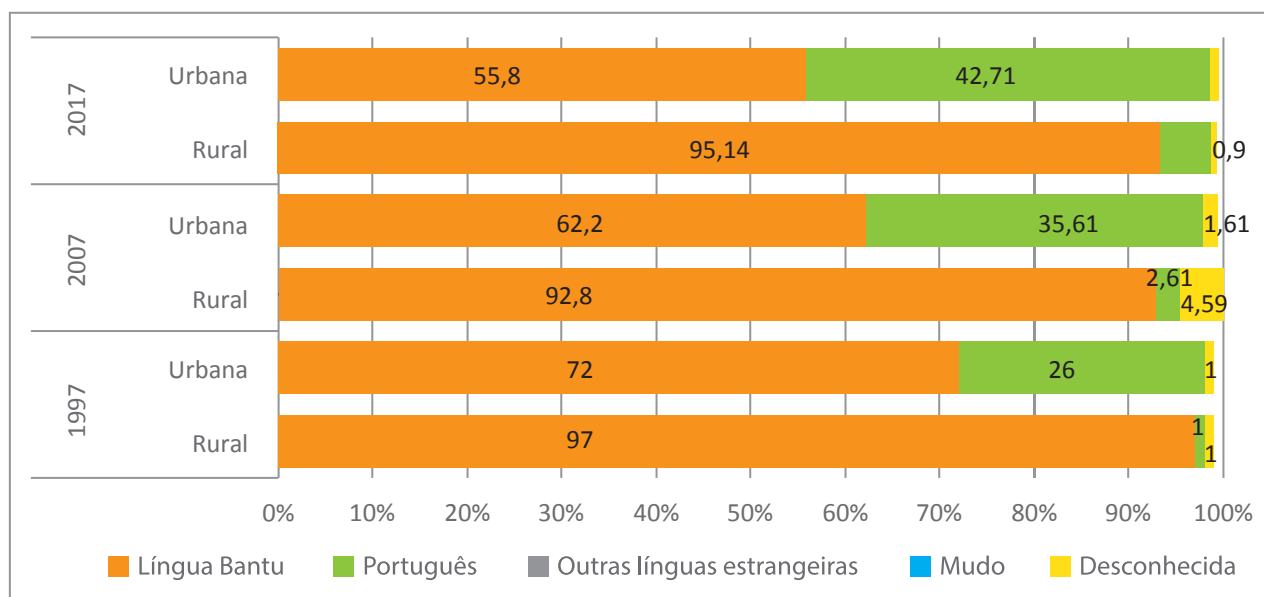


Fonte: INE, Censo 2017

Os dados do Censo 2017 mostram que, tal como constatado nos censos anteriores, as línguas bantu são as línguas mais faladas, tanto nas áreas rurais, quanto nas urbanas, mas, especialmente, nas áreas rurais. Como se observa na Figura 13, 95.1% dos habitantes de áreas rurais e 55.8% dos habitantes de áreas urbanas declararam falar uma língua bantu mais frequentemente em casa. Em contraste, 42.7% da população urbana

e 3.6% da população rural reportaram falar mais frequentemente a língua portuguesa em casa. Estas distribuições são consistentes com as observadas em relação ao indicador "língua materna", em que 90.1% da população rural e 57.7% da urbana declararam ser falantes de uma língua materna bantu, ao passo que 39.9% da população urbana e 5.1% da rural declararam ser falantes de Português como língua materna.

Figura 13: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se uma tendência de decréscimo da percentagem de habitantes de áreas urbanas que falam mais frequentemente uma língua bantu, uma descida na ordem de 16.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 10.4 pontos, entre 2007 e 2017. No caso da população rural, ainda que se tenha registado uma queda na ordem de 4.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2007, houve uma ligeira subida em 2.3 pontos percentuais, entre 2007 e 2017.

Em contraste com o padrão geral observado em

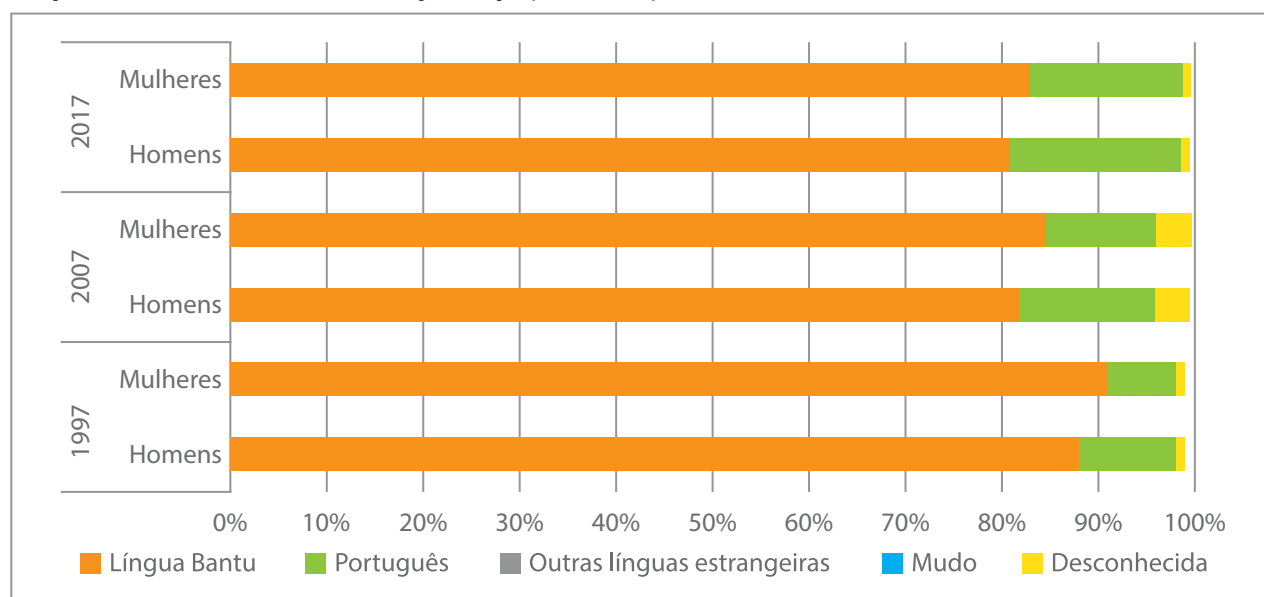
relação às línguas bantu, entre 1997 e 2017, registou-se uma tendência de crescimento da proporção de habitantes de áreas urbanas e rurais que falam mais frequentemente o Português em casa, com especial referência para as áreas urbanas, onde o crescimento foi de 16.7 pontos percentuais. Estes dados parece indicarem que o decréscimo da proporção daqueles que falam mais frequentemente uma língua bantu nas áreas urbanas (16.2 pontos percentuais) é inversamente proporcional ao aumento da proporção dos que falam mais frequentemente a língua portuguesa (16.7 pontos percentuais).

3.3.3 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Sexo

A Figura 14 mostra que, como nos censos anteriores, em 2017 as línguas bantu foram apontadas como as mais frequentemente faladas em casa, tanto por homens (80.7%) como por mulheres (82.8%), com um ligeiro ascendente para as mulheres. Em contraste, 17.1% dos homens recenseados e 15.9% das mulheres declararam falar a língua portuguesa mais frequentemente em

casa. Este padrão é consistente com o captado em relação ao indicador “língua materna”, em que, comparativamente aos homens, mais mulheres tendem a ter uma língua materna bantu (80.5% e 77.8%, para mulheres e homens, respectivamente) e menos o Português como língua materna (15.4% e 17.7%, para mulheres e homens, respectivamente).

Figura 14: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os três últimos censos, pode observar-se uma queda equiparável na proporção de homens e mulheres que declararam falar mais frequentemente uma língua bantu em casa (8.2 e 7.3 pontos percentuais para mulheres e homens, respectivamente, entre 1997 e 2017). Em contraste, no mesmo período, a proporção de homens e mulheres que indicaram falar mais frequentemente a língua portuguesa tende a crescer, ainda que este crescimento seja ligeiramente superior para as mulheres (8.9%, contra 7.8% para os homens). Esta tendência de redução das assimetrias de género em relação ao uso da língua Portuguesa é comum

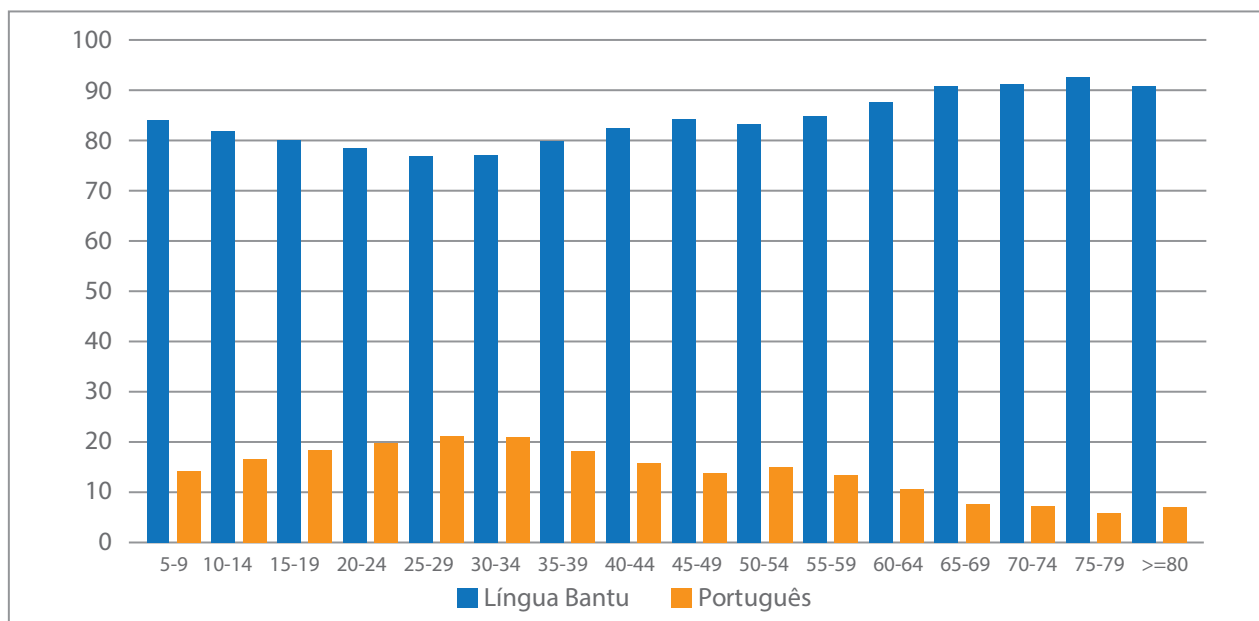
aos quatro principais indicadores em consideração neste estudo: língua materna, conhecimento da língua portuguesa, língua mais frequentemente falada em casa, e saber ler e escrever. Como sugerido em relação aos indicadores “língua materna” e “conhecimento da língua portuguesa”, este ligeiro ascendente da taxa de crescimento da população de mulheres com estas habilidades em relação à dos homens pode ser um indicador da redução das desigualdades de género, em particular no que diz respeito ao acesso à educação formal, que se faz mais sentir nas áreas urbanas.

3.3.4 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Idade

Conforme mostra a Figura 15, a maioria dos recenseados de todas as faixas etárias indicou que falava uma língua bantu com mais frequência em casa, representando proporções que variam entre 77.3 e 92.8%. Maior incidência situa-se entre os recenseados com 55 anos ou mais,

que representam proporções que variam entre 85.2 e 92.8%. Em contraste, o Português é mais frequentemente falado por recenseados mais jovens, em particular aqueles que se situam entre os 15 e 39 anos, com proporções que variam entre 18.2 e 21.3%.

Figura 15: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e idade em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

De um modo geral, estes dados são consistentes com as tendências captadas nos dois últimos censos (cf. Firmino, 2000; Chimbutane, 2012a) e também nos indicadores “língua materna” e “conhecimento da língua portuguesa”: (a) as línguas bantu são as línguas usadas com maior frequência em Moçambique; (b) o Português é usado mais frequentemente por jovens do que por adultos. Contudo, tal como em relação aos indicadores “língua materna” e “conhecimento da língua portuguesa”, também no indicador “língua falada com mais frequência” nota-se uma queda na proporção de recenseados que se identificaram com as línguas bantu por faixa etária, ao mesmo

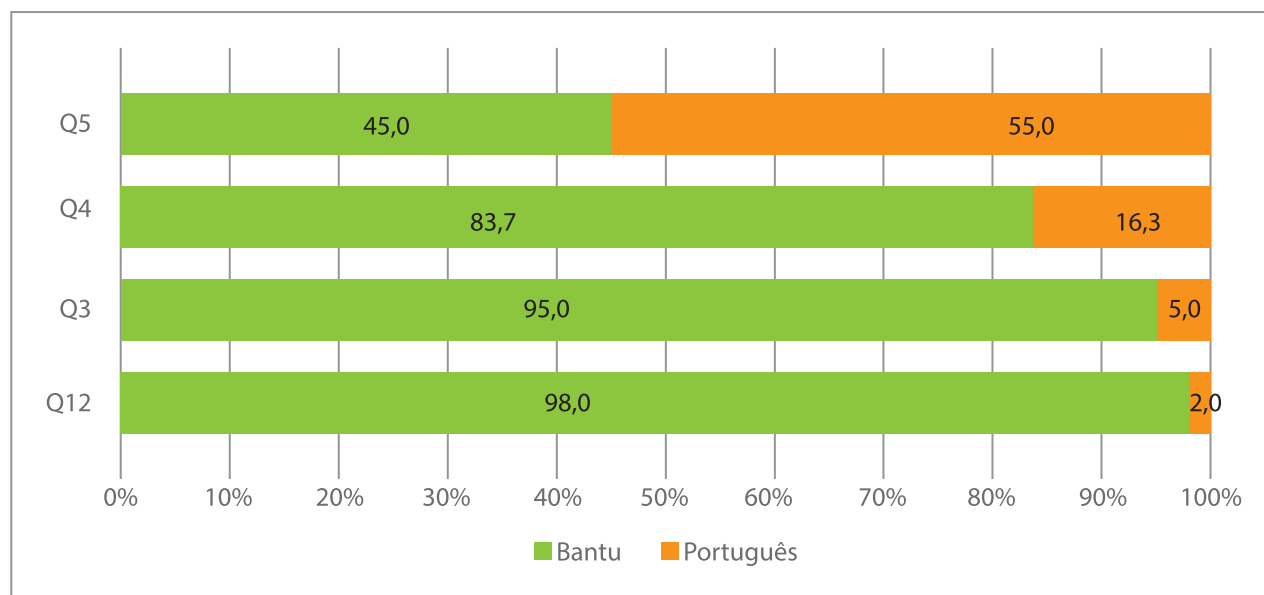
tempo que se regista um crescimento na percentagem da população que se identificou com a língua portuguesa por cada faixa, com maior incidência para a população jovem. A título ilustrativo, no Censo 2007, considerando as mesmas faixas etárias, as proporções de recenseados que falavam as línguas bantu de forma frequente variavam entre 80.7 e 93.7%, o que baixou para o intervalo de 77.2 - 92.8%, no Censo 2017. Em contraste, em igual período, as proporções daqueles que declararam falar o Português mais frequentemente em casa variavam entre 2.7 e 16.6%, o que subiu para 5.8 – 21.3%.

3.3.5 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa e Estatuto Socioeconómico

A Figura 16 mostra que, tal como em relação aos indicadores “língua materna” e “conhecimento da língua portuguesa”, o uso das línguas bantu ou do Português com mais frequência em casa é influenciado pelo estatuto socioeconómico dos recenseados. Com efeito, 55.5% dos recenseados de estatuto socioeconómico mais privilegiado (Q5) falam o Português com mais frequência, contra apenas 2.0% de recenseados de estatuto socioeconómico

mais desfavorecido (Q12). Conforme se pode observar na figura em referência, a proporção de recenseados que falam o Português com mais frequência tende a subir à medida que se avança do grupo menos economicamente favorecido (Q12) ao mais favorecido (Q5). Em suma, os dados indicam que, quanto maior for o estatuto socioeconómico do recenseado, maior é a probabilidade de usar o Português mais frequentemente em casa.

Figura 16: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua mais falada em casa e estatuto socioeconómico (quintis de riqueza) em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

A tendência de distribuição da população que fala as línguas bantu mais frequentemente em casa é contrária à distribuição daqueles que falam o Português mais frequentemente em casa. Em termos específicos, os recenseados de grupos economicamente mais desfavorecidos tendem a falar mais frequentemente uma língua bantu do que

os de grupos economicamente mais favorecidos.

Os padrões aqui descritos parece confirmarem que famílias socioeconomicamente favorecidas tendem a optar pela transmissão da língua portuguesa às novas gerações e não das línguas bantu.

3.3.6 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência em Casa, Região e Área de Residência

O Quadro 9 mostra que, comparando as três regiões de Moçambique, a população da região Sul tem a maior concentração de recenseados que declararam que falam o Português com maior frequência em casa (36.1%), contra 14.1% e 7.2% nas regiões Centro e

Norte, respectivamente. Em contraste, a região Norte concentra a maior proporção de falantes frequentes de línguas bantu na sua população (91.2%), do que as regiões Centro (84.4%) e Sul (63%).

Quadro 9: Distribuição percentual da população segundo língua falada com mais frequência em casa, região e área de residência em Moçambique, em 2017

Região	Área	Português (%)	Língua Bantu (%)
Norte	Urbana	21,8	76,3
	Rural	1,2	97,4
	Total	7,2	91,2
Centro	Urbana	45,7	52,8
	Rural	3,1	95,5
	Total	14,1	84,4
Sul	Urbana	56,8	42,1
	Rural	10,9	88,1
	Total	36,1	63,0
Nacional	Urbana	42,7	55,8
	Rural	3,6	95,1
	Total	16,8	81,8

Fonte: INE, Censo 2017

Os dados do quadro em análise confirmam que a esmagadora maioria da população das áreas rurais em Moçambique fala línguas bantu com mais frequência, ao passo que a maioria da população que fala o Português mais frequentemente está concentrada nas áreas urbanas. Como acontece em relação aos outros três principais indicadores analisados, a região Sul destaca-se por ter mais de metade da sua população urbana (56.8%) com o Português como língua mais falada em casa, contra 45.7 e 21.8% nas regiões Centro e Norte, respectivamente. Inversamente, nas áreas rurais, a região Norte tem a maior concentração daqueles que falam as línguas bantu mais frequentemente em casa (97.4%), do que as regiões Centro (95.5%) e Sul (88.1%), respectivamente.

O padrão de distribuição da população segundo a língua mais frequentemente falada em casa parece confirmar a associação entre o uso do Português e estatuto socioeconómico de alguma forma privilegiado. Considerando as populações de quintis económicos mais privilegiados, a região Sul e as áreas urbanas das três regiões do país aparecem a concentrar a maior proporção daqueles que falam o Português mais frequentemente em casa. Entretanto, as línguas bantu continuam a ser aquelas faladas mais frequentemente pelas populações das três regiões e de ambas as zonas de residência, mas, com especial destaque para as áreas rurais.

3.3.7 Distribuição da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência, Região e Sexo

Conforme se mostra no Quadro 10, a maioria dos homens e das mulheres de Moçambique fala uma língua bantu com mais frequência em casa. Contudo, nota-se que as populações de mulheres registam as maiores concentrações daqueles que declararam falar mais frequentemente as línguas bantu, sendo, em ordem decrescente, 92.1%, no Norte, 84.4%, no Centro, e 66.3%, no Sul. Estes dados mostram que, quanto mais se avança do Norte ao Sul de Moçambique, menor é a concentração de mulheres que falam as línguas bantu

mais frequentemente. Em contraste, as populações de homens têm concentrações ligeiramente maiores daqueles que declararam o Português como a língua mais frequentemente falada em casa do que as populações de mulheres, sendo, em ordem decrescente, 37.9%, no Sul, 15.2%, no Centro, e 7.9%, no Norte. Estes dados indicam que, quanto mais se avança do Sul ao Norte de Moçambique, menor é a concentração de homens que falam a língua portuguesa mais frequentemente.

Quadro 10: Distribuição percentual da população segundo língua falada com mais frequência em casa, região e área de residência em Moçambique, em 2017

Região	Sexo	Português (%)	Língua Bantu (%)
Norte	Masculino	7,9	90,4
	Feminino	6,5	92,1
	Total	7,2	91,2
Centro	Masculino	15,2	83,2
	Feminino	13,1	85,5
	Total	14,1	84,4
Sul	Masculino	37,9	61,0
	Feminino	34,5	64,6
	Total	36,1	63,0
Nacional	Masculino	17,8	80,7
	Feminino	15,9	82,8
	Total	16,8	81,8

Fonte: INE, Censo 2017

Comparando os dois grupos populacionais, os dados indicam que as diferenças entre homens e mulheres que declararam o Português como a língua que mais falam em casa não são substanciais, sendo 1.4 pontos percentuais, no Norte, 2.1, no Centro, e 3.4, no Sul. O mesmo acontece com as diferenças entre aqueles que declararam as línguas bantu como as línguas que

mais falam em casa, que correspondem a 1.7 pontos percentuais, no Norte, 2.3, no Centro, e 3.6, no Sul. Estes dados indicam que o padrão de distribuição de falantes de Português e de línguas bantu como línguas mais frequentemente faladas em casa por sexo é, no geral, o mesmo nas três regiões de Moçambique.

3.3.8 Distribuição Provincial da População Segundo Línguas Faladas com mais Frequência

Como acontece no padrão nacional, os Quadros 11a e 11b¹¹ mostram que, de um modo geral, em todas as províncias a população de recenseados que falam línguas bantu mais frequentemente em casa tende a decrescer, ao mesmo tempo que tende a crescer a população daqueles que falam o Português mais frequentemente. Ainda assim, na globalidade, as línguas bantu continuam a ser as mais faladas em todas as províncias do país.

Em Niassa, o Emakhuwa (42.1%), o Ciyaawo (33.2%), o Cinyanja (11.5%) e o Português (9.7%) figuram como as línguas mais faladas em casa pela população desta província (cf. Quadro 11a). Comparando os dados dos últimos três censos, nota-se o crescimento das percentagens de recenseados que falam o Português e o Cinyanja

mais frequentemente em casa, entre 1997 e 2017, correspondendo a 3.7 e 3.5 pontos percentuais, respectivamente. Em contraste, em igual período, as percentagens de falantes frequentes do Emakhuwa e do Ciyaawo desceram em 3.9 e 3.8 pontos percentuais.

Na província de Cabo Delgado, as línguas mais faladas continuam as mesmas identificadas em 1997 e 2007, a saber: Emakhuwa (69.3%), Shimakonde (17.9%), Kimwani (5.3%) e Português (4.1%). As populações de falantes frequentes do Emakhuwa e do Português cresceram em 3.3 e 2.1 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, contra quedas registadas em relação ao Shimakonde e Kimwani, na ordem de 4.1 e 0.7 pontos percentuais, respectivamente.

¹¹ O Quadro 11a apresenta dados das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete, e o Quadro 11b os dados das províncias de Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo.

Em Nampula, a grande maioria dos inquiridos declarou falar o Emakhuwa (89.9%) com mais frequência em casa. Seguem-se o Português (4.1%) e o Ekoti (1.4%). Entre 1997 e 2017, a população de falantes frequentes de Português

cresceu em 2.0 pontos percentuais, ao passo que as populações de falantes de Emakhuwa e Ekoti reduziram em 1.1 e 0.6 pontos percentuais, respectivamente.

Quadro 11a: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua falada com mais frequência por província, em 1997, 2007 e 2017

Língua	Niassa			Cabo Delgado			Nampula			Zambézia			Tete		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Kiswahili	-	-	0,3	-	1,6	1,7	-	-	0,1						
Shimakonde				22,0	19,7	17,9	-	0,2	-						
Kimwani				6,0	6,3	5,3									
Emakhuwa	46,0	42,2	42,1	66,0	67,4	69,3	91,0	88,9	89,9	4,0	1,7	2,0	-	-	0,1
Ekoti							2,0	1,9	1,4						
Ciyaawo	37,0	37,0	33,2	0,4	0,2	0,1									
Cinyanja	8,0	10,1	11,5	-	-	0,1				3,4	6,1	8,6	49,0	46,4	51,1
Elomwe	0,3	0,2	2,4				0,2	0,1	0,1	41,0	37,2	39,3			
Echuwabo	-	-	0,1	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	31,0	22,2	22,7	-	3,0	1,9
Cinyungwe													27,0	27,9	22,7
Cisena	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1	8,0	8,0	8,3	12,0	10,9	10,6
Cindau	-	-	0,2									0,1			0,1
Ciwutee															
Cibalke															
Cimanyika										-	2,3	-	2,0	-	4,6
Citshwa	-	-	0,2							-	-	0,4	-	-	0,1
Gitonga															
Cicopi													-	-	0,2
Xichangana	-	0,1	0,1							-	-	0,1	-	-	0,1
Xirhonga															
Português	6,0	8,4	9,7	2,0	2,9	4,1	6,0	7,5	8,0	5,0	9,8	12,1	4,0	3,9	7,5
Outras línguas bantu	1,0	-	0,1	1,0		1,2	1,0		0,0	6,0		6,2	3,0	-	2,1
Outras línguas estrangeiras	2,0	0,3	0,1	2,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,9
Mudo	-	-	0,1	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0
Desconhecido	-	0,4	0,0	-	0,6	0,0	-	0,2	0,0	-	0,2	0,0	-	3,1	0,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Na Zambézia, destacam-se o Elomwe (39.3%), o Echuwabo (22.7%), o Português (12.1%), o Cinyanja (8.6%), o Cisena (8.3%) e o Emakhuwa (2.0%) como as línguas faladas mais frequentemente em casa. Comparando os três censos, nota-se que o Português, o Cinyanja e o Cisena registaram crescimentos, correspondendo, repectivamente, a 7.1, 5.2 e 0.3 pontos percentuais,

entre 1997 e 2017. Em contraste, em igual período, o Emakhuwa e o Elomwe registaram baixas em 2.0 e 1.7 pontos percentuais, respectivamente.

O Cinyanja (51.1%) figura como a língua mais frequentemente falada por um pouco mais de metade da população de Tete. Seguem-se o Cinyungwe (22.7%), o Cisena (10.6%) e o

Português (7.5%). Comparando-se os dados dos últimos três censos, observa-se que, entre 1997 e 2017, as proporções de falantes frequentes do Português e do Cinyanja cresceram em 3.5

e 2.1 pontos percentuais, respectivamente. Em contraste, as proporções de falantes frequentes de Cinyungwe e Cisena baixaram em 4.3 e 1.4 pontos percentuais, respectivamente.

Quadro 11b: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua falada com mais frequência por província, em 1997, 2007 e 2017

Língua	Manica			Sofala			Inhambane			Gaza			Maputo			Cidade de Maputo		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Kiswahili																		
Shimakonde																		
Kimwani																		
Emakhuwa	-	-	0,2	0,2	0,1	1,3	-	-	0,1				-	-	0,2	-	-	0,3
Ekoti	-	-	0,5															
Ciyaawo																		
Cinyanja	-	-	0,2															
Elomwe	-	-	0,1	-	-	0,3							-	-	0,1			
Echuwabo	-	-	0,3	2,0	1,1	1,3							-	-	0,5	-	-	0,6
Cinyungwe	5,0	4,7	3,4	-	-	0,2												
Cisena	9,0	11,7	9,9	46,0	47,8	46,5	-	-	0,1				-	-	0,1	-	-	0,1
Cindau	28,0	26,3	23,9	33,0	28,4	24,0	-	-	1,3				-	-	0,1	-	-	0,1
Ciwutee	22,0	22,9	17,9															
Cibalke	-	9,9	9,4															
Cimanyika	16,0	11,8	20,4	-	-	0,2												
Citshwa	-	0,6	0,3	2,0	-	0,4	58,0	56,6	57,3	0,1	0,1	0,1	3,0	1,9	1,3	3,0	1,3	0,8
Gitonga	-	-	0,4				17,0	16,5	12,5		0,1	0,0	1,0	0,4	0,1	2,0	0,7	0,2
Cicopi	-	-	3,7				17,0	16,3	14,6	6,0	5,2	4,1	2,0	1,1	0,3	2,0	0,8	0,3
Xichangana	-	-	1,3	-	-	0,2	2,0	1,4	1,3	89,0	88,2	86,0	46,0	46,3	40,0	33,0	31,4	26,5
Xirhonga	-	-	0,1				-	0,1	--		0,1		27,0	13,8	2,0	20,0	8,4	1,2
Português	6,0	9,2	17,6	14,0	20,3	25,4	4,0	6,6	12,4	4,0	5,5	9,4	18,0	34,3	54,7	37,0	55,2	69,0
Outras línguas bantu	7,0		0,6	2,0	-	0,1	17,4	-	0,1	1,0		0,0	1,0	-	0,0	1,0	-	0,0
Outras línguas estrangeiras	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	1,0	0,9	0,5	1,0	0,9	0,7
Mudo	-	-	0,1	-	-	-	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1
Desconhecido	-	2,2	0,0	-	0,8	0,0	-	1,6	0,0	-	0,1	0,0	-	0,5	0,0	-	0,8	0,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Em Manica, em 2017, as línguas mais faladas em casa são: o Cindau (23.9%), o Cimanyika (20.4%), o Ciwutee (17.9%), o Português (17.6%), o Cisena (9.9%) e o Cibalke (9.4%) (cf. Quadro 11b). Comparando os últimos três censos, destaca-se a subida da proporção de falantes frequentes do Português, correspondente a 11.6 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, seguido do Cimanyika e Cisena, com crescimentos na ordem de 4.4 e 0.9 pontos percentuais, respectivamente. Em contraste, o Cindau e o Ciwutee ambos baixaram em 4.1 pontos percentuais, e o Cinyungwe e o Cibalke, em 1.6 e 0.5 pontos percentuais, respectivamente.

O Cisena (46.5%), o Cindau (24.0%) e o Português (25.4%) emergem como as línguas mais faladas em casa pelos habitantes da província de Sofala, em 2017. Destaca-se o crescimento da proporção de falantes frequentes de Português, em 11.4 pontos percentuais, e a queda da proporção de falantes de Cindau, em 9.0 pontos percentuais, entre 1997 e 2017. Em igual período, a proporção de falantes frequentes de Cisena cresceu, ligeiramente, em 0.5 pontos percentuais, depois de um crescimento na ordem de 1.8 pontos percentuais, entre 1997 e 2007.

Na província de Inhambane, as línguas apontadas como as mais faladas, em 2017, são: o Citshwa (57.3%), o Cicopi (14.6%), o Gitonga (12.5%) e o Português (12.4%). Entre 1997 e 2017, destaca-se o crescimento da proporção de falantes frequentes do Português, o que corresponde a 8.4 pontos percentuais e a queda da proporção de falantes do Gitonga, em 4.5 pontos percentuais. Em igual período, também reduziram as proporções de falantes frequentes de Cicopi e Citshwa, em 2.4 e 0.7 pontos percentuais, respectivamente.

Em Gaza, o Xichangana (86.0%) continuou a ser a língua mais falada em casa, seguido do Português (9.4%) e do Cicopi (4.1%). A proporção de habitantes que falam o Português com mais frequência em casa cresceu em 5.4 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, contra reduções em 3.0 e 1.9 pontos percentuais relativamente ao Xichangana e ao Cicopi, respectivamente.

Na província de Maputo, um pouco mais de metade da população declarou falar Português (54.7%) mais frequentemente em casa, em 2017. Segue-se o Xichangana (40.0%) e o Xirhonga (2.0%). Entre 1997 e 2017, destaca-se o crescimento da proporção de recenseados que

declarou falar Português mais frequentemente, correspondente a 36.7 pontos percentuais, e a queda da proporção de falantes de Xirhonga, em 25.0 pontos percentuais. Em igual período, o Xichangana também registou um decrescimento na ordem de 6.0 pontos percentuais.

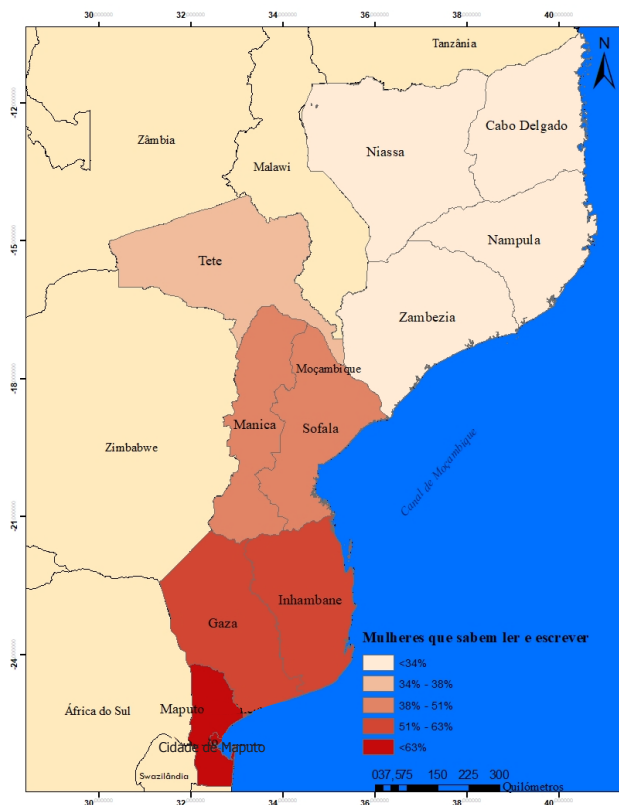
À semelhança das tendências registadas na província de Maputo, o Português (69.0%) e o Xichangana (26.5%) destacam-se como as línguas faladas com mais frequência na cidade de Maputo. Tal como acontece em relação ao indicador “língua materna”, o Português surge já como a língua usada com mais frequência em casa pela maior parte dos residentes da cidade de Maputo, à frente do Xichangana. Outro destaque é a queda da proporção daqueles que falam o Xirhonga mais frequentemente em casa, correspondendo a 18.8 pontos percentuais entre 1997 e 2017.

De um modo geral, os dados relativos ao indicador “língua mais frequentemente falada em Moçambique” confirmam a redução acentuada de falantes de Xirhonga na província e cidade de Maputo, o que parece consubstanciar a constatação de que esta língua pode estar em perigo de extinção, conforme discutido em relação ao indicador “língua materna”, e em Chimbutane (2012a). Ainda que não ao mesmo ritmo, a mesma tendência de queda substancial se regista, por exemplo, em relação ao Cindau, em Manica e Sofala, e ao Gitonga, em Inhambane.

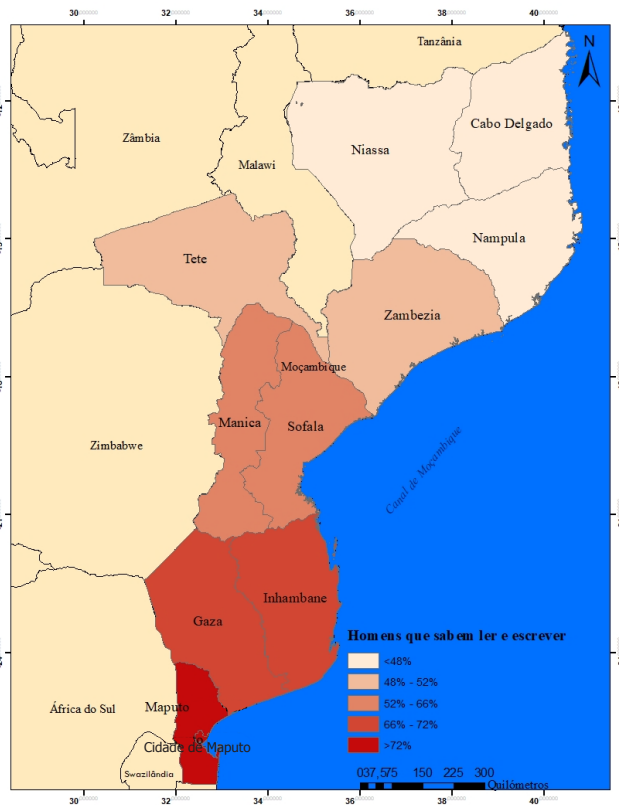
Em contrapartida, o crescimento geral das proporções de habitantes que falam o Português com mais frequência em casa confirma a constatação de que esta língua tende a ocupar o espaço doméstico em Moçambique, um espaço que outrora era quase que inteiramente dominado pelas línguas bantu. Este crescimento das taxas de utilização da língua portuguesa é inverso ao decrescimento da utilização das línguas bantu. Ou seja, parece que a difusão do Português está a acontecer à custa da retração das línguas bantu. Como os dados o indicam, algumas línguas bantu são mais afectadas do que outras, no sentido de que registam quedas mais acentuadas em termos de percentagem de falantes que as usam mais frequentemente. Há, contudo, algumas línguas bantu que mostram uma relativa estabilidade e outras que até registam crescimento em termos de percentagem e de número de utentes.

3.4 Habilidades de Leitura e Escrita

Mapa 12: Mulheres que sabem ler e escrever



Mapa 13: Homens que sabem ler e escrever



Fonte: INE, Censo 2017

As tendências verificadas em relação ao indicador “habilidades de leitura e escrita em qualquer língua” têm relação com as obtidas no indicador “conhecimento da língua portuguesa”, o que pode

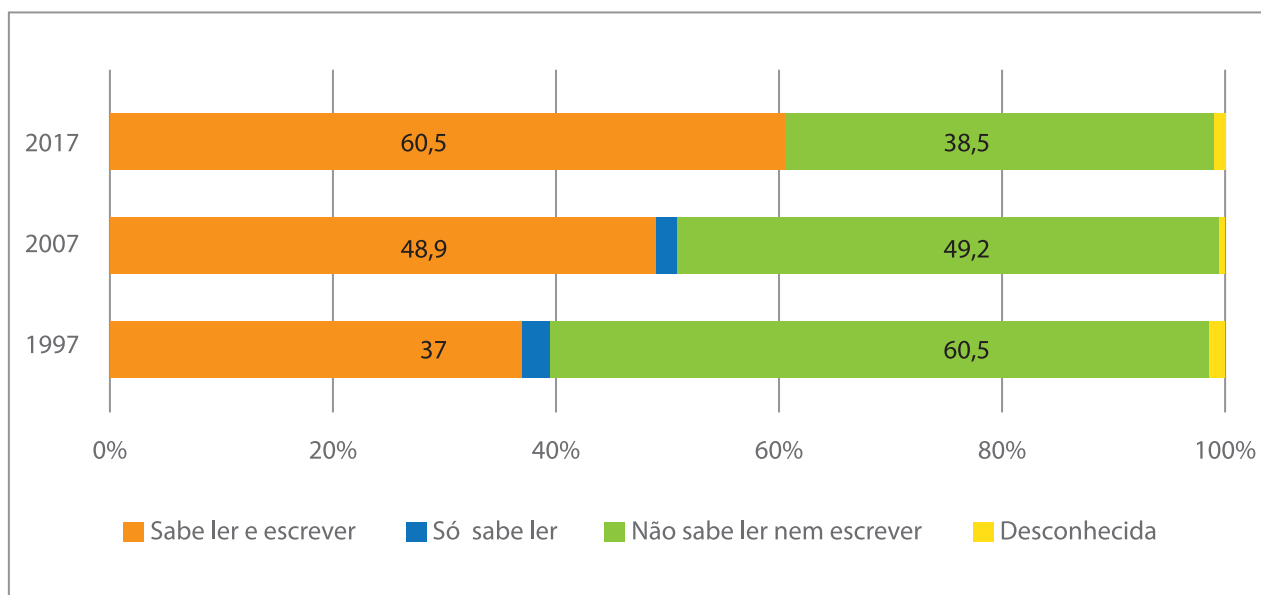
ser um indicador de que o Português é, de facto, a língua de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em Moçambique.

3.4.1 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua

Os dados do Censo 2017 mostram que mais de metade da população de 15 anos ou mais sabe ler e escrever em Moçambique, com maior incidência para a população do sexo masculino e a residente

em áreas urbanas. Como se mostra na Figura 17, 60.5% da população declarou saber ler e escrever em, pelo menos, uma língua.

Figura 17: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os resultados dos três últimos censos, observa-se um crescimento substancial da percentagem da população que sabe ler e escrever em Moçambique, um crescimento na ordem dos 23.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 11.6 pontos, entre 2007 e 2017. Tomando o Censo 1980 como ponto de partida, altura em que apenas 27.8% da população sabia ler e escrever (Conselho Coordenador de Recenseamento, 1983), o crescimento passa a corresponder a 32.7 pontos percentuais. Considerando que, na altura da independência, apenas cerca de 7.0% da população moçambicana sabia ler e escrever (Comissão Nacional do Plano, 1985), então, em 42 anos de independência (1975-2017), a taxa de alfabetização cresceu em cerca de 52.5 pontos percentuais.

Este crescimento da taxa de alfabetização pode estar associado à expansão da rede escolar e ao aumento de iniciativas de educação de adultos e educação não formal visando crianças e jovens

que estão fora do sistema nacional de educação.

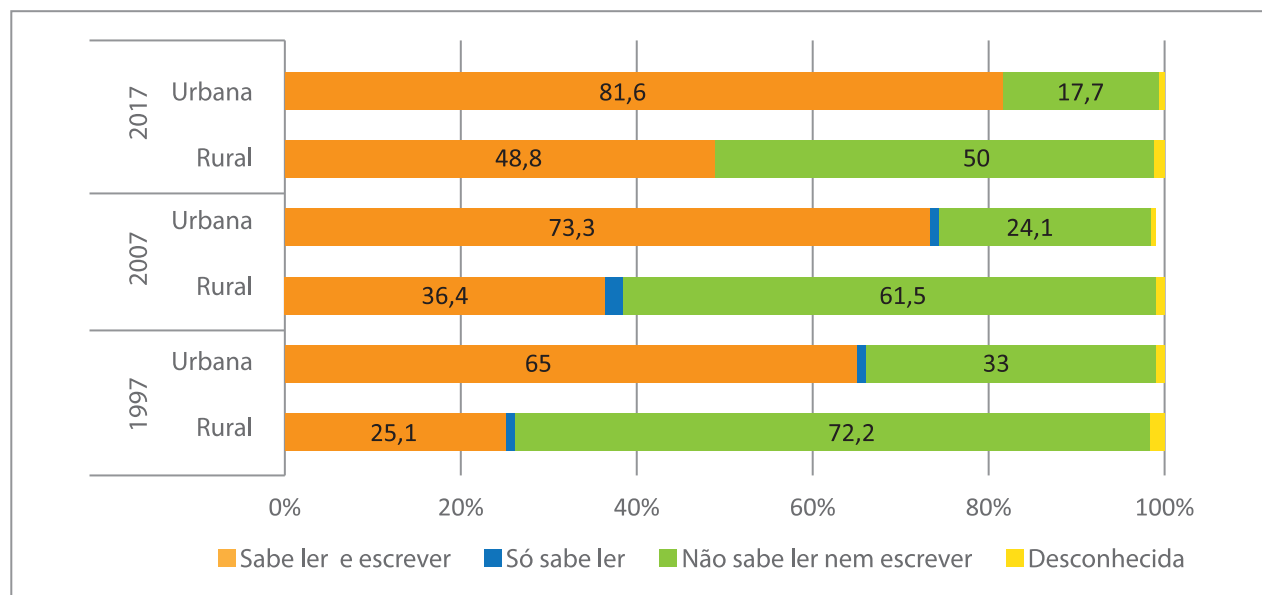
O facto de nos três últimos censos se ter tido em conta as habilidades de leitura e escrita em qualquer língua, e não apenas em Português, permite a inclusão, no universo da população letrada, de habitantes que, muitas vezes, são considerados “analfabetos” mesmo sabendo ler e escrever noutras línguas diferentes do Português, como é o caso das línguas bantu. Esta abordagem não só desafia a perspectiva monolíngue e essencialista sobre o conceito de alfabetização, como também permite dar uma imagem mais realística e justa sobre a taxa de indivíduos que sabem ler e escrever em Moçambique. Contudo, a forma como a pergunta do censo é formulada, não permite distinguir, por exemplo, entre aqueles que sabem ler e escrever em Português e aqueles que sabem ler e escrever em línguas bantu ou em outras línguas; e aqueles que sabem ler e escrever em Português e em línguas bantu, ou seja, os bilingues em Português e em línguas bantu.

3.4.2 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Área de Residência

No Censo 2017, a maior parte da população residente em áreas urbanas (81.6%) declarou que sabia ler e escrever em, pelo menos, uma língua. Em contraste,

apenas cerca de metade dos residentes de áreas rurais (48.8%) indicou que sabia ler e escrever (cf. Figura 18).

Figura 18: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se uma tendência de crescimento substancial de recenseados que declararam saber ler e escrever, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Entre 1997 e 2017, o crescimento foi ligeiramente maior nas áreas rurais (23.7 pontos percentuais) do que nas urbanas (16.6 pontos percentuais).

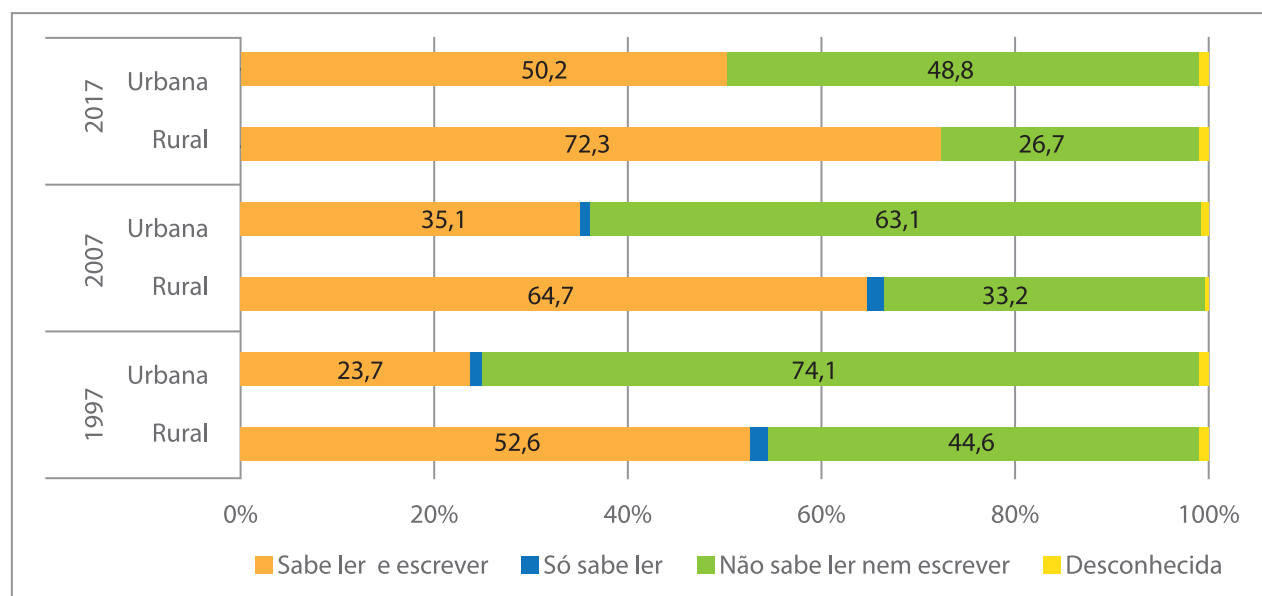
Como se sugeriu em relação à análise dos dados sobre os indicadores “língua materna” e “conhecimento da língua portuguesa”, o crescimento da taxa de alfabetização nas áreas rurais pode dever-se, em parte, à expansão do acesso à educação nestas áreas, associada à expansão da rede escolar e oferta de programas de alfabetização e educação de adultos e educação não formal para crianças e jovens.

3.4.3 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Sexo

A Figura 19 mostra que cerca de três quartos (72.3%) dos homens recenseados em 2017 declararam saber ler e escrever em, pelo menos, uma língua, contra metade

(50.2%) das mulheres recenseadas que declararam ter estas habilidades.

Figura 19: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

A comparação dos resultados dos três últimos censos aponta para uma tendência de crescimento substancial das taxas de alfabetização em ambos os sexos, ainda que a taxa de crescimento seja maior entre as mulheres (26.5 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 15.1 pontos, entre 2007 e 2017) do que entre os homens (19.7 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 7.6 pontos, entre 2007 e 2017).

Consistente com os padrões captados em relação aos indicadores “língua materna”, “conhecimento da língua portuguesa” e “língua falada com mais frequência em casa”, os resultados sobre a distribuição das habilidades

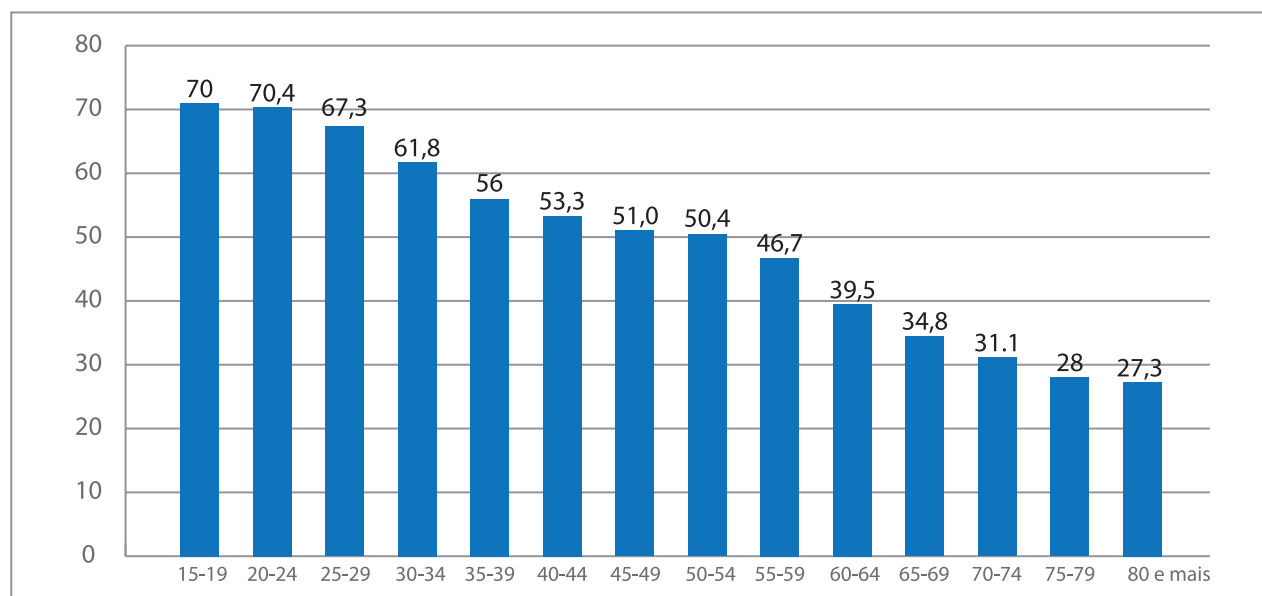
de leitura e escrita por sexo confirmam a situação desvantajosa da mulher relativamente ao homem – a maior parte das pessoas que não sabem ler nem escrever em Moçambique continua a ser constituída por mulheres. No entanto, o fosso entre os dois grupos tende a reduzir-se, com as mulheres a contribuírem com mais representantes no universo de indivíduos que sabem ler e escrever no país. Esta pequena redução da desvantagem da mulher em relação ao homem pode ser um indicador de que as iniciativas visando o empoderamento da mulher e da rapariga, sobretudo através da melhoria do acesso à educação e sucesso escolar, começam a surtir os seus efeitos.

3.4.4 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Idade

A Figura 20 mostra que as maiores taxas de alfabetização se referem a recenseados mais jovens, com idades entre 15 e 29 anos, sendo que as percentagens tendem a

decrecer gradualmente à medida que se avança nas idades.

Figura 20: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e idade em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

Comparando os resultados dos Censos 1997, 2007 e 2017, constata-se que, tal como em relação ao indicador “conhecimento da língua portuguesa”, as taxas de alfabetização cresceram consideravelmente em todas as

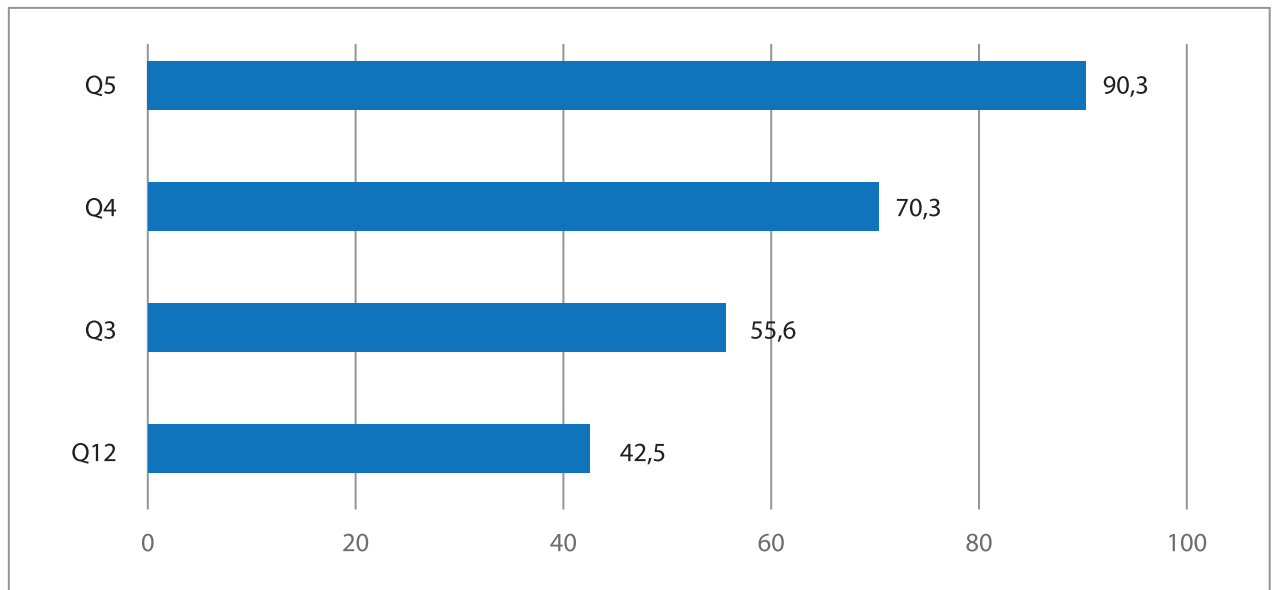
faixas etárias, com maior incidência para a população jovem. Entretanto, apesar dos progressos registados, as taxas de analfabetismo entre a população jovem continuam altas, situando-se em cerca de 30.0% entre os recenseados dos 15 aos 29 anos.

3.4.5 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua e Estatuto Socioeconómico

Tal como em relação aos indicadores “língua materna”, “conhecimento da língua portuguesa”, e “língua falada com mais frequência em casa”, a Figura 21 mostra haver relação entre habilidades de leitura e escrita e estatuto socioeconómico dos recenseados. Na verdade, 90.3% dos recenseados

de estatuto socioeconómico mais privilegiado (Q5) declararam saber ler e escrever em, pelo menos, uma língua, contra 42.2% de recenseados de estatuto socioeconómico mais desfavorecido (Q12) que declararam ter estas mesmas habilidades em 2017.

Figura 21: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e estatuto socioeconómico (quintil de riqueza) em Moçambique, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

Como acontece em relação aos outros três principais indicadores de análise considerados neste estudo, a proporção de recenseados que declararam saber ler e escrever tende a subir à medida que se avança do

grupo menos economicamente favorecido (Q12) ao mais favorecido (Q5). Estes dados indicam que, quanto maior for o estatuto socioeconómico do recenseado, maior é a probabilidade de saber ler e escrever.

3.4.6 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua, Região e Área de Residência

O Quadro 12 mostra que o padrão de distribuição regional das taxas de alfabetização é consistente com os padrões captados em relação aos indicadores “língua materna”, “conhecimento da língua portuguesa”, e “língua falada com mais

frequência em casa”: a população da região Sul tem a maior concentração de recenseados que declararam saber ler e escrever (80.4%), seguida das regiões Centro (57.8%) e Norte (49.3%), respectivamente.

Quadro 12: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua, região e área de residência em Moçambique, em 2017

Região	Área	Sabe Ler e Escrever (%)	
		Sim	Não
Norte	Urbana	69,7	29,3
	Rural	40,6	58,2
	Total	49,3	49,6
Centro	Urbana	82,1	17,0
	Rural	48,6	50,1
	Total	57,8	41,1
Sul	Urbana	89,6	9,8
	Rural	68,1	31,1
	Total	80,4	18,9
Nacional	Urbana	81,6	17,7
	Rural	48,8	50,0
	Total	60,5	38,5

Fonte: INE, Censo 2017

Como acontece em relação aos outros três principais indicadores analisados, as áreas urbanas têm maior concentração de recenseados que declararam saber ler e escrever. Mais uma vez, a região Sul destaca-se por ter cerca de 90.0% da população urbana com habilidades de leitura e escrita em, pelo menos, uma língua, contra 82.1 e 69.7% nas regiões Centro e Norte, respectivamente.

O padrão de distribuição da população segundo habilidades de leitura e escrita parece também espelhar as assimetrias regionais (Norte, Centro e Sul) e rural-urbano em Moçambique. Com efeito, é na região Sul e nas áreas urbanas, socioeconomicamente mais privilegiadas, que se concentram as maiores taxas de alfabetização em Moçambique.

3.4.7 Distribuição da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua, Região e Sexo

Conforme se mostra no Quadro 13, as populações masculinas das três regiões do país concentram as maiores taxas de alfabetização do que as populações femininas.

A população masculina da região Sul tem maior taxa de alfabetização (88.0%) do que as populações das regiões Centro (72.0%), e Norte (61.9%), respectivamente.

Quadro 13: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua, região e sexo em Moçambique, em 2017

Região	Sexo	Sabe Ler e Escrever (%)	
		Sim	Não
Norte	Masculino	61,9	37,0
	Feminino	38,1	60,8
	Total	49,3	49,6
Centro	Masculino	72,0	26,9
	Feminino	45,3	53,5
	Total	57,8	41,1
Sul	Masculino	88,0	11,3
	Feminino	74,3	25,1
	Total	80,4	18,9
Nacional	Masculino	72,3	26,7
	Feminino	50,2	48,8
	Total	60,5	38,5

Fonte: INE, Censo 2017

Os dados indicam que as diferenças entre homens e mulheres que declararam saber ler e escrever são substanciais, em particular na região Norte, onde a diferença é de 23.8 pontos percentuais, contra 26.7,

no Centro, e 14.0 no Sul. Estes dados podem indicar que as desigualdades de género são mais acentuadas no Norte do país do que nas regiões Centro e Sul, respectivamente.

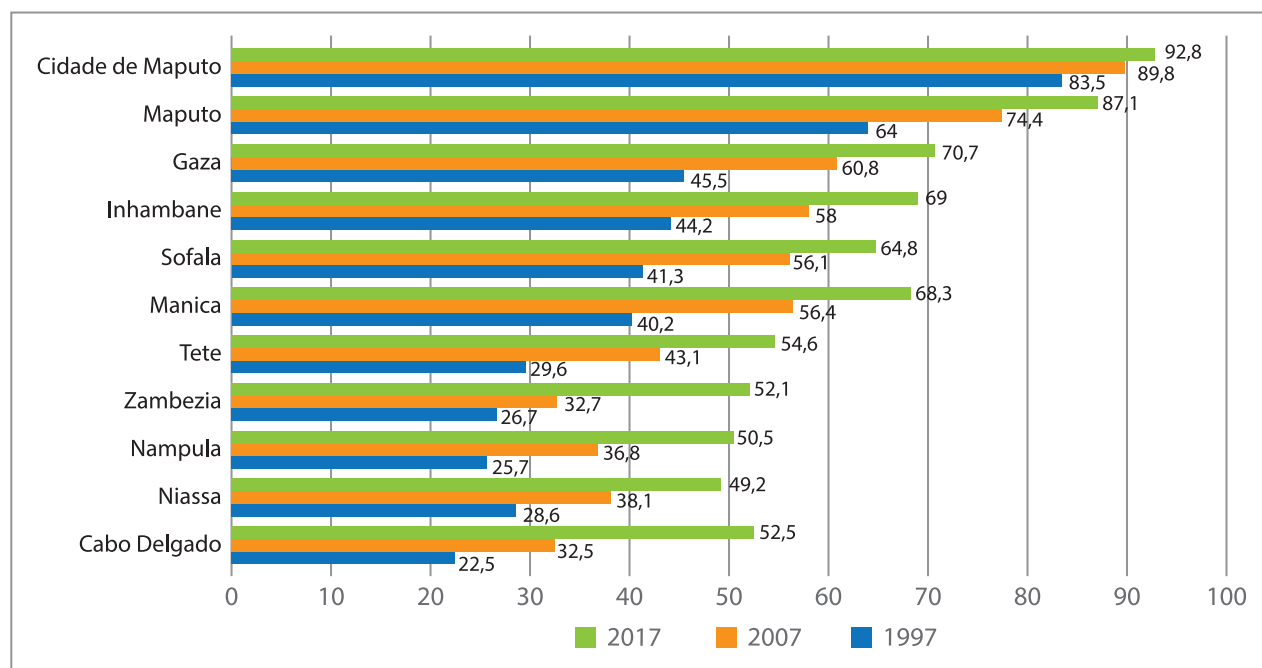
3.4.8 Distribuição Provincial da População Segundo Habilidades de Leitura e Escrita em qualquer Língua

Os dados provinciais sobre o indicador “saber ler e escrever em qualquer língua” são consistentes com os obtidos em relação ao indicador “conhecimento da língua portuguesa”. De um modo geral, regista-se um crescimento considerável da população que sabe ler e escrever. Entretanto, uma análise comparativa dos resultados dos últimos três censos indica que, no geral, as províncias com as taxas mais elevadas e aquelas com as taxas mais baixas de alfabetização permanecem as mesmas.

A Figura 22 mostra que a cidade de Maputo e as províncias de Maputo e Gaza, todas situadas no Sul de Moçambique, detêm as maiores percentagens de recenseados que sabem ler e escrever nas suas populações, variando entre 70.0 e 92.8%. Destas,

destacam-se a cidade de Maputo e província de Maputo, com 92.8% e 87.1% de alfabetizados. Em contraste, as províncias nortenhas de Niassa, Cabo Delgado e Nampula e a província central da Zambézia têm as percentagens mais baixas de recenseados que sabem ler e escrever, variando entre 49.2 e 52.5%. Niassa (49.2%) e Nampula (50.5%), com apenas cerca de metade das suas populações alfabetizadas, destacam-se por registar as percentagens mais baixas entre as províncias do país. Na verdade, uma análise da figura em referência mostra um contínuo de distribuição das percentagens de recenseados que declaram ter habilidades de leitura e escrita, sendo que estas vão decrescendo à medida que se avança das províncias do Sul às províncias do Norte de Moçambique.

Figura 22: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita por província, em 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Conforme referido oportunamente, comparando-se os resultados dos Censos 1997, 2007 e 2017, observa-se que, em todas as províncias, a população com habilidades de leitura e escrita cresceu consideravelmente. As percentagens de crescimento por província variam entre 9.3 e 30.0 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e entre 3.0 e 20.0 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. As províncias de Cabo Delgado e Zambézia são aquelas que têm registado maior crescimento da população alfabetizada, situando-se, respectivamente, em 30.0 e 25.4 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e em 20.0 e 19.4 pontos, entre 2007 e 2017. Em contraste, a cidade de Maputo é a região que tem registado o crescimento mais baixo, situando-se, em 9.3 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e em 3.0 pontos, entre 2007 e 2017. Note-se que este baixo crescimento pode ser explicado pelo efeito tecto, isto é, o facto de a cidade de Maputo ter já atingido percentagens cada vez próximas de 100%.

4. FACTORES DETERMINANTES DO PADRÃO LINGUÍSTICO DE MOÇAMBIQUE

Nesta secção, aplicou-se a regressão logística binária para analisar a magnitude e direcção dos preditores do padrão linguístico de Moçambique. A análise é feita em duas fases. Numa primeira fase, faz-se a análise bivariada entre os indicadores e as variáveis sociodemográficas, de forma a identificar potenciais factores que se correlacionem com os indicadores do padrão linguístico. Para o efeito, são consideradas as seguintes variáveis sociodemográficas: idade, sexo, escolaridade, área de residência e região. Tendo como base a identificação de factores determinantes da expansão da língua portuguesa em Moçambique e as possíveis assimetrias relacionadas com o acesso a este veículo de mobilidade social¹², os indicadores de referência para esta análise são os seguintes: Língua materna (Português vs. língua bantu como língua

materna), Língua falada mais frequentemente em casa (ter o Português vs. língua bantu como a língua mais falada) e Saber ler e escrever (saber ler e escrever vs. não saber ler e escrever).¹³

Numa segunda fase, factores com correlações de alta magnitude¹⁴ com cada um dos indicadores são seleccionados para a análise multivariada (regressão logística¹⁵), de forma a desenvolver um modelo que permita a predição dos indicadores do padrão linguístico a partir dos potenciais factores sociodemográficos identificados na análise bivariada. Isto é, com os métodos de estatística multivariada, pretende-se medir o efeito marginal dos potenciais factores sociodemográficos no padrão linguístico de Moçambique.

4.1 Análise Bivariada

O Quadro 14 mostra as correlações bisseriais entre cada um dos factores e os três indicadores em referência nesta análise. Esta análise exploratória sugere assimetrias na exposição à língua portuguesa determinadas por factores como a área de residência, o nível socioeconómico, a região e o nível de escolaridade. Os dados sugerem que os factores correlacionados com o Português como língua materna (LMP) são os seguintes: urbanidade ($r=0.44$), seguido de quintil de riqueza ($r=0.42$), escolaridade ($r=0.27$) e viver na região Sul ($r=0.24$). Um padrão similar observa-se no indicador Português como língua mais falada (LMFP). O factor com a mais alta correlação com o

Português como a língua mais falada em casa é a urbanidade ($r=0.50$), seguido de quintil de riqueza ($r=0.49$), escolaridade ($r=0.32$) e viver na região Sul ($r=0.28$).

No indicador “saber ler e escrever” (SLE), verifica-se uma ligeira alteração do padrão das correlações comparativamente aos indicadores anteriores. O factor mais correlacionado com SLE é o quintil de riqueza ($r=0.36$), seguido de urbanidade ($r=0.29$), escolaridade ($r=0.29$), viver na região Sul ($r=0.24$) e sexo ($r=0.13$, homens têm maior probabilidade de saber ler e escrever que as mulheres).

¹² Entende-se por mobilidade social toda a passagem de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e de estratos sociais (Lakatos, 1990).

¹³ Dadas algumas inconsistências detectadas na base de 10.0% em relação ao indicador “conhecimento da língua portuguesa”, este não é considerado na análise bivariada e multivariada.

¹⁴ Com um tamanho de amostra grande, correlações fracas tendem a ser estatisticamente significativas. Por isso, neste caso só factores com correlações acima de 0.10 foram consideradas.

¹⁵ A regressão logística é a análise de regressão apropriada quando a variável dependente é dicotómica, característica de grande parte dos indicadores do padrão linguístico. Como todas as análises de regressão, a regressão logística é uma análise preditiva. A regressão logística é usada para descrever dados e para explicar a relação entre uma variável binária dependente e uma ou mais variáveis nominais, ordinais, de intervalo. Os resultados da regressão logística dão informação sobre chances (odds) e razão de chances (odds ratio).

Quadro 14: Matriz das correlações entre os indicadores e os factores sociodemográficos

		LMP (1-Português, 0-Bantu)	LMFP (1-Português, 0-Bantu)	SLE (1-Sim, 0- Não)
Urbano (1-Urbano, 0-Rural)	Pearson Correlation	.438**	.499**	.290**
	Sig. (2-tailed)	0	0	0
Sul (1-Sul, 0-Centro e Norte)	Pearson Correlation	.244**	.283**	.245**
	Sig. (2-tailed)	0	0	0
Sexo (1-Masculino, 0-Feminino)	Pearson Correlation	.033**	.025**	.130**
	Sig. (2-tailed)	0	0	0
Quintis de riqueza	Pearson Correlation	.421**	.488**	.362**
	Sig. (2-tailed)	0	0	0
Idade	Pearson Correlation	-.067**	-.028**	.036**
	Sig. (2-tailed)	0	0	0
Escolaridade	Pearson Correlation	.269**	.320**	.286**
	Sig. (2-tailed)	0	0	0
** Correlação estatisticamente significativa a 0.01 (2-tailed).				

Fonte: INE, Censo 2017.

4.2 Análise Multivariada

Os resultados da regressão logística binária foram usados para analisar a magnitude do efeito marginal de cada um dos determinantes do padrão linguístico. O Quadro 15 ilustra os resultados do modelo de regressão logística dos preditores dos três indicadores do padrão linguístico considerados nesta análise. Os resultados sugerem que os factores sociodemográficos preditores dos três indicadores denotam grandes assimetrias. Ter residência na área urbana, na região Sul e um nível económico alto são fortes preditores da condição de ter o Português como língua materna, falar mais frequentemente esta língua e saber ler e escrever.

Relativamente ao indicador LMP, os quatro factores estatisticamente significativos são: área de residência, região, quintil de riqueza e escolaridade. Mantendo os restantes factores constantes, indivíduos residentes em áreas urbanas têm quase 5 vezes (OR=4.71) mais probabilidades de ter o Português como língua materna do que indivíduos vivendo em áreas rurais. Os que vivem na região Sul têm 42.0% (OR=1.42) mais probabilidades de ter o Português como língua materna do que aqueles que vivem no Centro e no Norte de Moçambique. Quanto se passa de um quintil de riqueza para o outro mais acima, as probabilidades de ter o Português como língua materna aumentam em 57.0% (OR=1.57%). As probabilidades de ter o Português como língua materna aumentam em 20.0% (OR=1.20) quando se passa de um grau de escolaridade para outro mais acima.

Padrão similar de resultados observa-se no indicador LMF. Mantendo os restantes factores constantes, um indivíduo residente em área urbana tem 6 vezes mais probabilidades (OR=6.32) de falar mais frequentemente o Português em casa, comparativamente a um residente em área rural. De um quintil para o outro, as probabilidades de falar frequentemente o Português em casa aumentam em 97.0% (OR=1.97). Vivendo na região Sul, as probabilidades de falar frequentemente o Português em casa aumentam em 47.0%, comparativamente a viver nas regiões Centro e Norte. De um grau de escolaridade para o outro mais acima, a probabilidade de falar o Português frequentemente em casa aumenta em 31.0%.

No indicador SLE, verifica-se uma ligeira alteração do padrão das correlações, comparativamente aos indicadores considerados oportunamente. Neste indicador, o factor com o maior valor preditivo é a região de residência, seguindo-se, sucessivamente, a área de residência, sexo, quintil de riqueza e, por fim, a escolaridade. Mantendo os restantes factores constantes, indivíduos que vivem na região Sul têm 95.0%

(OR=1.95) mais probabilidades de saber ler e escrever do que aqueles que vivem no Cento e no Norte de Moçambique. Indivíduos residentes em áreas urbanas têm 73.0% (OR=1.73) mais probabilidades de saber ler e escrever do que aqueles vivendo em áreas rurais. Os homens têm mais 66.0% (OR=1.66) probabilidades de saber ler e escrever do que as mulheres.

Quadro 15: Resultados da regressão logística

		LMP		LMFP		SLE	
		OR	95% IC	OR	95% IC	OR	95% IC
Residência	Rural-ref						
	Urbano	4,71**	4,66-4,76	6,32**	6,24-6,39	1,73**	1,71-1,74
Região	Norte-Centro-ref						
	Sul	1,42**	1,40-1,43	1,47**	1,46-1,48	1,95**	1,93-1,96
Sexo	Feminino-ref					1,66**	1,65-1,67
	Masculino						
Quintis de riqueza		1,57**	1,56-1,57	1,98**	1,97-1,98	1,32**	1,31-1,32
Escolaridade		1,21**	1,20-1,21	1,31**	1,30-1,31	1,25**	1,24-1,25
** Correlação estatisticamente significativa a 0.01 (2-tailed).							

Fonte: INE, Censo 2017

Os dados sugerem que o factor com maior impacto tanto para LMP como para LMFP é a área de residência (urbana vs. rural). Reduzir as assimetrias passa pela implementação de estratégias visando melhorar o acesso a uma educação de qualidade nas regiões desfavorecidas, nomeadamente as áreas rurais e as regiões Centro e Norte de Moçambique, permitindo assim, entre outros aspectos, aumentar as probabilidades de mobilidade social e melhoria de nível de vida da maior parte das populações destas regiões.

**5. PADRÃO LINGUÍSTICO
E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOPOLÍTICAS, COM
REFERÊNCIAS ESPECIAL PARA
A EDUCAÇÃO**

Um dos objectivos deste estudo é explorar as implicações sociopolíticas do padrão linguístico de Moçambique, tendo como base a análise dos dados do Censo 2017 e dos censos anteriores. Na impossibilidade de abarcar todas as áreas sociais onde a questão linguística é um factor chave, optou-se por focalizar as implicações dos resultados obtidos para políticas e práticas de educação e comunicação na/para a saúde.

5.1 Contextualização Geral

5.1.1 A Questão Linguística em Países Multilingues Pós-coloniais

A escolha de língua(s) a usar em domínios oficiais, incluindo na educação, é um dos maiores desafios que se põem às lideranças políticas em sociedades multiétnicas e multilingues, conforme sobejamente atestado em diferentes contextos (Bamgbose, 1999, 2000; Abdulaziz, 2003; Firmino, 2002). Entre outros factores, este desafio decorre do facto de nenhum grupo linguístico querer que a língua de um outro grupo (e não do seu grupo) seja escolhida como oficial, uma vez que isso coloca, normalmente, os falantes da língua escolhida em situação de vantagem (Abdulaziz, 2003).

Esta situação leva muitas vezes à conceptualização do multilinguismo como um problema que os Estados procuram gerir. É assim que, confrontada com essa questão sensível no período pós-independências, no espírito de constituição de estados-nação 'harmoniosos', a maioria dos Estados africanos, por exemplo, tem optado por manter a atribuição do estatuto de língua oficial às línguas ex-coloniais, normalmente Francês, Inglês e Português. Essas línguas são tomadas como politicamente neutras, porque não são línguas de nenhum dos grupos étnicos locais, e também se assumem como o garante da modernização e da integração nacional e internacional. Portanto, essa é ainda hoje vista como uma solução pragmática e politicamente correcta (Alidou, 2004), mesmo que prejudique o desenvolvimento das línguas e culturas locais, e limite a participação efectiva das maiorias, aqueles que não dominam as línguas ex-coloniais, na vida nacional, incluindo na educação.

Ainda que essa abordagem monolingue, herdada do período colonial, prevaleça em vários países, começa a haver alguma mudança de paradigma no mundo, acenando-se para uma abordagem mais pluralista. No âmbito desse novo paradigma, o multilinguismo e o multiculturalismo têm sido vistos como recursos a capitalizar no projecto de construção das nações, na linha do princípio da unidade na diversidade (cf. Young, 1993). Este espírito ideológico de valorização da diversidade como condição para a edificação de uma nação forte também se reflecte, actualmente, em documentos orientadores em Moçambique, como o Programa Quinquenal do Governo de Moçambique 2020-2024, que, ao definir a consolidação da unidade nacional, paz e soberania como uma das principais prioridades nacionais, estabelece o seguinte:

A Unidade Nacional é o ponto de partida da construção e consolidação das ideias nacionais de promoção e defesa da moçambicanidade e para o cultivo, manutenção e elevação dos valores da auto-estima (...) e de valorização contínua da diversidade cultural e ideológica como base para a consolidação da construção de uma Nação Moçambicana cada vez mais forte e coesa. (República de Moçambique, 2020:28 [nosso destaque])

Esta declaração representa uma viragem em relação à abordagem de uniformização cultural e ideológica adoptada até finais dos anos 80, embora a sua implementação efectiva ainda esteja por materializar. Entretanto, este novo contexto ideológico e discursivo já favorece a descrição do panorama linguístico diverso de Moçambique e a análise das suas implicações na definição de políticas e programas públicos mais responsáveis, tendo como base evidências empíricas fundamentadas.

5.1.2 Políticas e Práticas Linguísticas em Moçambique

Ainda que as línguas bantu sejam as línguas maternas da maior parte da população moçambicana e aquelas mais usadas na sua comunicação diária e na sua participação na economia informal, o Português continua a ser a única língua oficial e de uso formal em Moçambique. As línguas bantu, as línguas nativas da maior parte dos moçambicanos, continuam confinadas, essencialmente, a domínios informais, como aconteceu no período colonial. É neste contexto que o Português continua a ser a principal língua de ensino e aprendizagem em todos os níveis de educação, e também associada a empregos formais e à mobilidade socioeconómica.

As ideologias e políticas linguísticas favoráveis ao Português, incluindo a sua definição como língua de escolarização, têm contribuído para o crescimento da proporção de seus falantes em Moçambique, incluindo como língua materna, como mostram os dados dos censos populacionais. Em contraste, a proporção de falantes de línguas bantu tem estado a reduzir-se, sobretudo como línguas maternas, colocando-se algumas delas já em perigo de extinção, conforme sugere, por exemplo, a análise da situação de línguas como Xirhonga e Gitonga, tendo como base os dados dos Censos 1997, 2007 e 2017.

Contudo, em comparação com os primeiros anos da Independência, é preciso reconhecer algumas mudanças que se vão registando, sobretudo a partir do início da década de 1990, quando as ideologias, os discursos e as políticas linguísticas começaram a estar orientadas para alguma forma de multilinguismo e multiculturalismo. Na verdade, na Constituição de 1990 declarou-se, pela primeira vez, que o Estado promove o desenvolvimento e o uso das línguas moçambicanas na vida pública, incluindo na educação (República de Moçambique, 1990, 2004). À luz dessa abertura constitucional, o uso das línguas moçambicanas na educação foi sustentado através do Artigo 4 do Decreto 6/92, do Sistema Nacional da Educação (República de Moçambique, 1992).

Foi esta abertura legislativa que permitiu que se legitimassem as primeiras experiências de ensino bilingue para crianças e adultos, a partir dos meados dos anos 1990, envolvendo o uso do Português e de línguas bantu. Tais experiências culminaram com a introdução experimental do ensino bilingue no ensino primário, em 2003.

Entre outros objectivos, a introdução do ensino bilingue é vista como uma forma de permitir o acesso à aprendizagem a uma maioria das crianças moçambicanas que não falam a língua portuguesa quando entram para o ensino primário, em particular nas áreas rurais. Nesta linha de argumentação, considera-se que o uso do Português como meio exclusivo de ensino concorre para a exclusão destas crianças do processo educativo, o que, em parte, se pode ilustrar através dos elevados índices de desperdício escolar, como taxas de reprovação e desistência. Nestes termos, argumenta-se que esta situação pode ser invertida através da oferta de um programa de ensino bilingue com enfoque inicial sobre as línguas maternas das crianças.

Apesar de constrangimentos de vária ordem, incluindo a falta de materiais de ensino e aprendizagem em línguas bantu e deficiências na formação de professores (cf. Chimbutane, 2011; Patel, 2020; Langa, 2021; Ngunga, 2021, entre outros), vários estudos mostram que o uso das línguas locais no ensino primário está a oferecer um ambiente que propicia a aprendizagem nas classes iniciais. Com efeito, em contraste com situações em que o Português é a língua de ensino e aprendizagem, quando as línguas bantu são usadas com esta função, os alunos sentem-se à vontade na sala de aulas e a comunicação entre elas e com o professor flui facilmente. Este ambiente de sala de aula permite que os alunos participem na co-construção do seu próprio conhecimento, incluindo através da capitalização da ligação entre os saberes escolares e os saberes locais, parte integrante do seu universo de representações (cf. Chimbutane, 2011; Chambo, 2018). É a percepção de vantagens do ensino bilingue que levou o Estado moçambicano a legalizar esta modalidade no Sistema Nacional de Educação, através da Lei 18/2018, de 28 de Dezembro (cf. República de Moçambique, 2018). Ao abrigo desta Lei, o ensino primário passou a ser, 'legalmente', oferecido em duas modalidades, nomeadamente, modalidade monolíngue (em Português) e modalidade bilingue (em Português e numa língua bantu). Espera-se, assim, assegurar, entre outros ganhos, a equidade no acesso, participação e retenção escolar das crianças no sistema educacional.

A introdução de componentes de formação de professores primários para o ensino bilingue nos Institutos de Formação de Professores e a introdução de cursos superiores de ensino das línguas bantu na Universidade Eduardo Mondlane e na antiga Universidade Pedagógica são outros exemplos de desenvolvimentos que se seguiram à abertura discursiva e legislativa a favor das línguas bantu a partir dos finais dos anos 1990. A estas iniciativas, junta-se o crescimento da actividade de criação literária e investigação científica sobre as línguas bantu, resultando na produção de literatura nestas línguas, incluindo glossários, dicionários, gramáticas e materiais de leitura complementar. Estas actividades de investigação e produção de literatura são cruciais para a manutenção e desenvolvimento das línguas bantu e culturas associadas.

Para além do sector da educação, a adopção de legislação mais favorável a práticas multilingues explica também a abertura inédita para o uso de línguas bantu como alternativa ao uso do Português em outros contextos oficiais, como na comunicação social, administração pública e governação. A introdução da figura de intérprete Português-Línguas bantu na função pública, em 2011, e a permissão do uso de línguas bantu nos trabalhos da Assembleia da República e em contextos de governação local são exemplos desta abertura de espaços para uso de língua bantu em domínios oficiais (cf. Chimbutane, 2018b).

A título ilustrativo, ainda que o regimento da Assembleia da República estabeleça que o Português é a língua oficial de trabalho, prevê que os parlamentares possam expressar-se em línguas bantu (referidas como línguas nacionais), desde que providenciem, eles próprios, os serviços de interpretação:

O Deputado pode requerer exprimir-se numa língua nacional, providenciando-se a tradução simultânea.
2. Sempre que tiver que recorrer a expressões de outras línguas, nacionais ou estrangeiras, o Deputado deve, acto contínuo, providenciar a tradução imediata. (República de Moçambique, 2014, Artigo 13 do Regimento da Assembleia da República, nosso sublinhado)

Não obstante esta abertura, o facto de este artigo condicionar o uso de línguas bantu à providência da respectiva interpretação pelo parlamentar limita o exercício deste direito e não facilita a participação efectiva de parte de parlamentares com maior capacidade de expressão nestas línguas do que na língua portuguesa. Esta situação pode ser mais exacerbada nos órgãos de governação local, como Assembleias Municipais e Distritais, onde há membros com fraca capacidade de expressão em língua portuguesa. Assim, para a operacionalização desta abertura nos regimentos destes órgãos de tomada de decisão, seria importante definir certas línguas bantu com relevância local como línguas de trabalho, a par do Português, ao mesmo tempo que se disponibilizam os respectivos serviços de tradução e interpretação.

Assim, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para informar a formulação de políticas linguísticas educativas que sejam consentâneas com o padrão linguístico do país, em especial quando se toma a relação entre as proporções da população que: (i) tem uma língua materna bantu e aquela com o Português como língua materna, (ii) fala mais frequentemente uma língua bantu em casa e aquela que fala mais frequentemente o Português, (iii) sabe falar Português e aquela que não sabe falar esta língua, e (iv) sabe ler e escrever e aquela que não sabe.

Para além do sector de educação, os dados sobre o padrão linguístico de Moçambique podem ser também usados para uma melhor definição de políticas, programas e práticas de comunicação social (cf. Ngunga, 2011; Firmino & Ndapassoa, 2019), comunicação judiciária (cf. Mabasso, 2010), comunicação na/para a saúde e bem-estar (Chimbutane, 2012b), governação (Chimbutane, 2018b), entre outras áreas.

5.2 Padrão Linguístico e suas Implicações para Políticas e Práticas Educativas

Como se mostra ao longo deste relatório, os resultados dos censos permitem captar três tendências principais: (i) a expansão da língua portuguesa, (ii) a retração das línguas bantu, e (iii) o crescimento da população alfabetizada. A expansão da língua portuguesa e a retração das línguas bantu são medidas, sobretudo, através da evolução das percentagens relativas de falantes destas línguas como línguas maternas e daqueles que as usam mais frequentemente em casa, ao passo que o crescimento da população alfabetizada é medido a partir da evolução da percentagem daqueles que sabem ler e escrever em, pelo menos, uma língua.

Estas tendências são influenciadas por factores como região de residência, área de residência, sexo, idade, nível socioeconómico e nível de escolaridade. Os dados indicam que o acesso e a expansão da língua portuguesa são propiciados pela expansão da urbanização, crescimento da classe média e aumento do acesso à educação. Em sentido inverso, estes mesmos factores explicam, em grande medida, a retração da evolução das línguas bantu. Uma vez que saber falar a língua portuguesa e ter o capital cultural associado a esta língua, incluindo habilidades de leitura e escrita nesta língua, são percebidos como recursos importantes para a mobilidade socioeconómica e distinção social, as famílias (sobretudo urbanas, da classe média e escolarizadas) investem para equipar os filhos com estes recursos linguísticos e culturais, em muitos casos em detrimento da transmissão das línguas bantu e associados recursos culturais (cf. Chimbutane et al., 2022; Chimbutane & Gonçalves, em preparação). Estas tendências, que são propiciadas pelas políticas e ideologias linguísticas centradas no Português, explicam a expansão desta língua e retração da evolução das línguas bantu. A análise das implicações do padrão linguístico para políticas e práticas educativas em Moçambique toma como base as tendências e factores aqui apresentados.

5.2.1 Retração das Línguas Bantu e o Papel da Escola e das Famílias na Reversão do Processo

Não obstante a recente legislação e os discursos políticos apontarem para uma relativa abertura ao reconhecimento e preservação da diversidade linguística e cultural de Moçambique, prevalece ainda a visão monolíngue orientada, essencialmente, para o Português e capital cultural associado, com consequências nefastas sobre o desenvolvimento das línguas bantu e culturas associadas. Como se mostrou, os dados dos últimos censos indicam que a percentagem da população com uma língua materna bantu vem baixando gradualmente. Em contraste, a percentagem da população com o Português como língua materna vem aumentando substancialmente. Do mesmo modo, também vai crescendo a percentagem da população que fala o Português mais frequentemente em casa. Ainda que o uso da língua portuguesa por todos os moçambicanos seja desejável e necessário, esse desenvolvimento passa a ser preocupante quando tal representa o abandono das línguas bantu, como vai acontecendo no seio das camadas jovens de áreas urbanas. Numa situação de multilinguismo, o ideal seria o alargamento da proporção de falantes bilingues línguas bantu-Português, e não de falantes de Português que não falam as línguas bantu. A combinação dos resultados destes dois indicadores – língua materna e língua mais frequentemente falada em casa – mostra que, em Moçambique, está em curso um processo de mudança de língua, das línguas bantu para a língua portuguesa, como língua materna e língua mais falada (Firmino, 2002; Langa, 2019; Chimbutane & Gonçalves, em preparação). A província e cidade de Maputo são duas regiões onde este fenómeno já se manifesta de forma mais visível. Com efeito, como se constatou, 49.5% da população da província de Maputo e 62.5% da cidade de Maputo declarou ter o Português como língua materna. Ainda que se reconheça que dados de censos populacionais, que se baseiam em declarações pessoais, podem ser sujeitos a questionamentos, em particular tendo em conta que as respostas dos inquiridos podem ser influenciadas por factores como prestígio e etnicidade (Romaine, 1995), as tendências verificadas nos diferentes censos em referência são tão consistentes que esta hipótese de mudança de língua merece uma atenção especial.

Em contrapartida, o declínio da proporção de falantes de línguas bantu aponta não só para a ocorrência do processo de mudança de língua, como também para a existência de algumas línguas em perigo de extinção, como é o caso do Xirhonga.¹⁶ Com efeito, a distribuição da população segundo língua materna e idade, um dos indicadores de mudança e morte de línguas (Batibo, 2005), mostra que grande maioria dos falantes com uma língua materna bantu (83.0-91.0%) tem 40 anos ou mais. Em contraste, as percentagens mais altas de recenseados que têm o Português como língua materna situam-se em falantes das faixas etárias dos 5 aos 39 anos (entre 15.0 e 20.0%), mostrando a tendência de crescimento da proporção de famílias que preferem transmitir esta língua às novas gerações. Na verdade, a concentração de falantes de Português na geração daqueles que nasceram após a independência pode ter a ver com a expansão do uso desta língua, que se verifica desde 1975, sobretudo através da escola, e o aumento do número de pais de áreas urbanas que, principalmente por razões instrumentais, têm optado por esta como a língua para a socialização inicial dos seus filhos, em detrimento das línguas bantu (cf. Chimbutane & Gonçalves, em preparação).

Perante este cenário, uma pergunta que se coloca é o que se pode fazer para reverter o declínio da população de falantes de línguas bantu em benefício do Português? Dito de outra forma, o que se pode fazer para assegurar que a expansão do Português não seja em detrimento do uso e expansão das línguas bantu?

Uma análise da situação linguística de Moçambique leva a concluir que o avanço da língua portuguesa e a retração das línguas bantu decorre das actuais políticas e práticas linguísticas diglósicas, em que a língua portuguesa é assumida como a língua de uso em domínios formais e as línguas bantu de uso em domínios não formais. Com efeito, a língua portuguesa é, de facto, a língua de ensino em Moçambique, administração pública, acesso a emprego formal e à justiça, dentre outras funções formais, ao passo que as línguas bantu, apesar de estarem paulatinamente a entrar para domínios tradicionalmente formais (cf. Chimbutane, 2018a; Langa, 2019), são, tipicamente, línguas usadas em domínios não-formais (Firmino, 2002). Em última análise, o Português é a língua de maior estatuto social, de prestígio e garante da mobilidade socioeconómica em Moçambique e as línguas bantu são percebidas como de estatuto baixo e de uso em ambientes informais. É esta situação que faz com que muitos pais, sobretudo da classe média e residentes em áreas urbanas, invistam na transmissão do Português aos seus filhos em vez das línguas bantu, mesmo que sejam as suas línguas nativas (Chimbutane & Gonçalves, em preparação). Assim, para reverter este cenário, é preciso rever as ideologias, políticas e práticas linguísticas diglósicas prevalentes em Moçambique, apostando numas que concorram para a promoção e elevação do estatuto das línguas bantu e potenciem o desenvolvimento do bilinguismo e multilinguismo.

¹⁶ Ainda que não ao mesmo ritmo, na mesma situação estão, por exemplo, o Cindau, em Manica e Sofala, e o Gitonga, em Inhambane.

No domínio de educação, a expansão do ensino bilingue e o ensino das línguas bantu como disciplinas, quer no programa bilingue quer no monolíngue e nos diferentes níveis de ensino podem ser estratégias a ter em conta na promoção do multilinguismo em Moçambique. Na verdade, estudos mostram que a introdução do ensino bilingue em Moçambique tem estado a contribuir não só na melhoria das oportunidades de aprendizagem das crianças, como também na valorização, desenvolvimento das línguas bantu e culturas associadas, bem como na promoção de atitudes mais positivas em relação a estas línguas e seus falantes (cf. Chimbutane, 2011, 2018a; Patel, 2020; Ngunga, 2021). No entanto, para atrair mais beneficiários e apoio da sociedade, é preciso que a provisão do ensino bilingue seja de qualidade, levando a resultados educacionais, culturais e socioeconómicos melhores ou comparáveis àqueles comumente associados a um ensino monolíngue em Português.

Considerando a crescente proporção de moçambicanos com o Português como língua materna, sobretudo das camadas mais jovens, é importante que estas crianças e jovens tenham também uma oportunidade de aprendizagem formal das línguas bantu através da escola. A retoma da política de ensino das línguas bantu como disciplinas no ensino primário (cf. INDE/MINED, 2003) e a sua introdução no ensino secundário (cf. MEC/INDE, 2007) e em cursos específicos de nível superior podem ser formas de assegurar a transmissão destas línguas a crianças e jovens com o Português como língua materna. Esta pode ser também uma estratégia para assegurar que as crianças e jovens que têm línguas maternas bantu, mas estejam no programa monolíngue em Português, possam aprender estas línguas em contexto formal de escola, o que tem o potencial de desenvolver neles atitudes mais positivas em relação às suas línguas nativas e culturas associadas. É neste sentido que o Plano Curricular do Ensino Básico de 2007 preconiza que “o ensino de Línguas Moçambicanas visa promover nos alunos a consciência do valor das línguas e cultura moçambicanas, no contexto multilingue e multicultural, contribuindo para a sua melhor inserção na sociedade” (MEC/INDE, 2007: 39), ainda que esta directiva nunca tenha sido materializada, alegadamente por falta de professores para ensinar as línguas bantu a este nível.

O papel da escola, em particular da escola de ensino bilingue, na promoção e valorização das línguas bantu é reiterado pela maior parte dos informantes-chave entrevistados neste estudo, ainda que recomendem alguns ajustamentos ao programa, como a necessidade de implementação do ensino bilingue tanto nas áreas rurais como nas urbanas e para além do ensino primário, bem como a revisão do modelo de transição actualmente em uso. No extracto que se segue, destaca-se a importância do ensino das línguas bantu nas escolas na promoção de atitudes positivas em relação a estas línguas, sobretudo no seio de camadas jovens:

O ensino das línguas bantu nas escolas deveria ser obrigatório em todos os níveis, mesmo no monolíngue, sem precisar de tornar essa modalidade bilingue. Só assim as crianças terão sensibilidade e atitude positivas em relação às suas línguas. O que acontece agora, os adolescentes e jovens que não sabem falar uma língua bantu têm atitudes negativas em relação a essas línguas. Mas eles também não falam porque não tiveram oportunidade na escola para aprender essas línguas. Como construir a tal moçambicanidade assim?

(Gestor de rádio e docente)

Entretanto, como se ilustra a seguir, paralelamente à escola, a família é crucial na transmissão e manutenção das línguas bantu e culturas associadas. Na verdade, estes dois domínios podem ser vistos como duas faces da mesma moeda, devendo, por isso, operar numa perspectiva de complementaridade. Assim, no domínio familiar, e em particular em famílias da classe média e urbanas, é preciso repensar a preferência pela transmissão da língua portuguesa em prejuízo das línguas bantu, optando-se por políticas linguísticas familiares que encorajem a transmissão simultânea do Português e das línguas bantu. É neste sentido que, reconhecendo a redução significativa do domínio e uso das línguas bantu, sobretudo no seio de camadas jovens de áreas urbanas, e a consequente ameaça à vitalidade destas línguas e culturas associadas, os intervenientes-chave entrevistados neste estudo sugerem que se revitalize, no contexto familiar, a transmissão destas línguas a novas gerações. O extracto que se segue ilustra este posicionamento:

É muito importante que os pais ensinem os seus filhos a falar as línguas maternas para poderem partilhar o seu legado familiar, cultural e antropológico... para garantir a inserção social dos seus filhos no futuro, num mundo multiétnico e multilingue. Isto é... é importante porque não só ensina a língua, mas, sobretudo, transmite os valores da vida, cultura, formas de viver, etc.

(Docente universitário, investigador e activista social)

Quando os pais deixam de ensinar as suas línguas maternas criam essa ruptura. Se calhar seja por isso que o número de falantes nativos tende a reduzir. Os pais acham que é melhor ensinar em língua portuguesa, mas, ao fazer isso, matam as suas línguas maternas.

(Gestor público e investigador)

Estes posicionamentos são consistentes com a visão expressa no Plano Curricular do Ensino Básico de 2007, segundo a qual o ensino das línguas bantu no contexto escolar tem o potencial de “promover nos alunos a consciência do valor das línguas e cultura moçambicanas” (MEC/INDE, 2007: 39).

A par da escola e da família, outras instituições sociais, como as igrejas e associações culturais, são cruciais para a transmissão, manutenção e desenvolvimento das línguas bantu e culturas associadas. Na verdade, como a experiência e estudos têm demonstrado, desde o tempo colonial, as igrejas, sobretudo as igrejas protestantes (Stroud, 2007; Chimbutane et al., 2019), têm desempenhado um papel importante na preservação e desenvolvimento das línguas bantu, através do seu uso na missão religiosa, descrição linguística e produção de material escrito nestas línguas na forma de hinários, bíblias, glossários, dicionários e gramáticas. Assim, tal como constatado em Chimbutane et al. (2019), as igrejas podem desempenhar um papel importante na promoção, valorização e preservação das línguas bantu em Moçambique.

Em muitos casos, os pais optam por educar os seus filhos exclusivamente em língua portuguesa não porque não estejam conscientes das consequências socioculturais desta política familiar, incluindo rupturas na comunicação intergeracional, mas, sobretudo porque valorizam mais os ganhos instrumentais associados a esta língua. Também porque assumem a pedagogia monolíngue, que preconiza que as crianças aprendem melhor uma língua (ou numa língua), normalmente uma língua segunda (como é situação comum do Português em Moçambique), se forem maximamente expostas a essa língua e se se evitar ao máximo a interferência das suas línguas maternas, como é, normalmente, o caso das línguas bantu em Moçambique. No entanto, esta visão monolíngue de aprendizagem está a ser posta em causa por teorias mais favoráveis ao multi-/plurilinguismo, incluindo na Europa e na América do Norte, onde foi desenvolvida e depois exportada para todo o mundo. Como consequência, assiste-se, nestas regiões do mundo, o florescimento de programas de ensino bilingue que adoptam pedagogias bilingues/plurilingues¹⁷, no ensino e aprendizagem quer de línguas, quer de conteúdos.

Entretanto, é preciso reconhecer que os pais e as famílias precisam de ter motivações fortes para aderirem ao ensino bilingue e/ou para continuarem a transmitir as línguas bantu aos seus filhos, incluindo nos casos em que essa transmissão ocorre em paralelo com a transmissão da língua portuguesa. Assim, para além da qualidade de ensino a oferecer no ensino bilingue, em geral, e no ensino das línguas bantu, em particular, é importante que os pais, os filhos e a sociedade em geral percebam que, para além de ganhos socioculturais, este ensino também pode conferir ganhos instrumentais, incluindo educacionais e socioeconómicos. Este posicionamento foi também expresso por parte dos informantes-chave, conforme se ilustra com o seguinte depoimento:

As línguas também estão no mercado económico. O caso actual em que se usa apenas uma língua [em domínios formais], está-se a promover apenas a língua portuguesa. Se existisse o uso obrigatório das línguas maternas [bantu] em domínios formais, todos haveríamos de aprender, como fizemos com a língua portuguesa e outras estrangeiras [referência ao Inglês, Francês]. Se a medida for imposta nas línguas maternas, se calhar faríamos uma corrida para aprender. Se calhar nas comunidades haveria mais mercantilização do livro, se o mesmo fosse em línguas locais. Se calhar se os médicos e enfermeiros fossem obrigados a falar com os seus pacientes em línguas maternas, se calhar salvariam mais vidas pois iriam falar com as pessoas com a língua que elas conhecem. Afinal é uma questão de direitos humanos. Se tivemos programas agrícolas aos agricultores em línguas maternas, se calhar iriam produzir melhor.

(Gestor de rádio e docente)

¹⁷ Por exemplo, os programas Content and Language Integrated Learning (CLIL), ‘aprendizagem integrada de língua e conteúdo’, promovidos na Europa, os programas Two-way Bilingual Education ‘educação bilingue dual’, implementados nos Estados Unidos da América, e os programas Immersion Bilingual Education, desenvolvidos no Canadá (cf. Cenoz, 2017; García & Flores, 2012).

Esta análise sugere que a reversão das atitudes negativas em relação às línguas bantu e a promoção da sua transmissão a novas gerações passa pela extensão dos domínios de uso destas línguas para domínios considerados altos, como educação, administração, governação e justiça, e pela sua valorização económica, tornando-as apetecíveis também no mercado profissional e formal.

Assim, os resultados obtidos nos censos e a discussão oferecida nesta subsecção sugerem que, na elaboração e revisão de políticas e estratégias educativas e sociais, é importante ter em conta as seguintes recomendações:

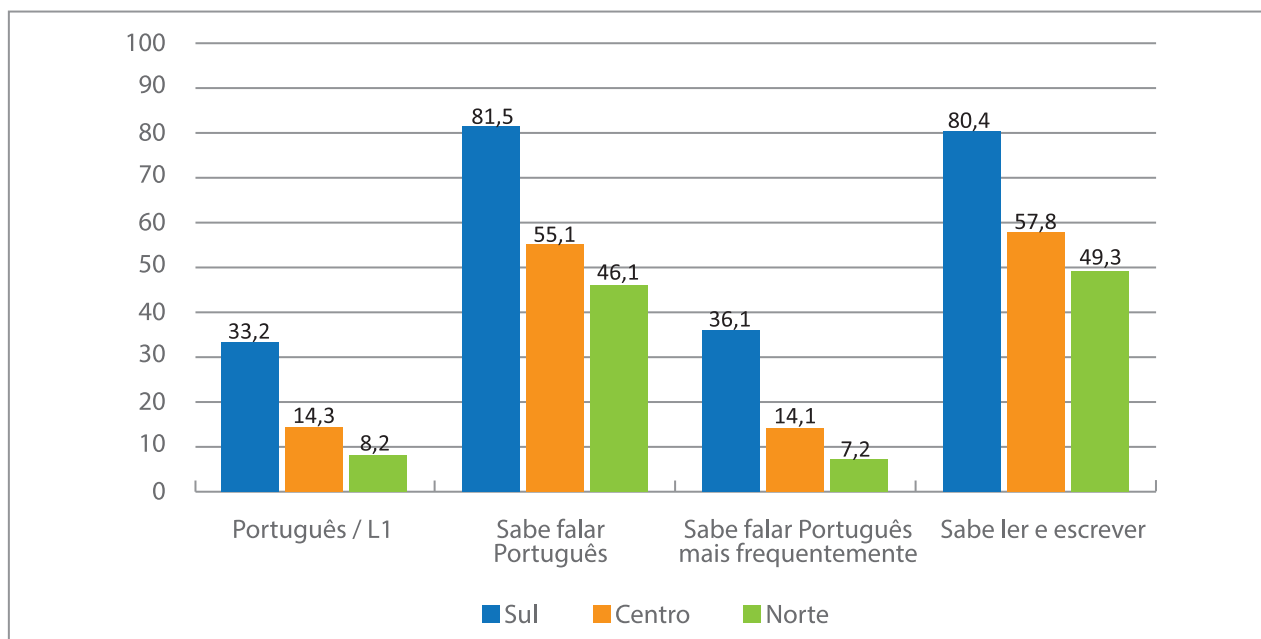
- Definir uma política linguística explícita para Moçambique, que promova práticas de multilinguismo e multiculturalismo na educação e na sociedade e numa perspectiva de convivência e paridade entre o Português e línguas bantu e culturas associadas;
- Promover a transmissão e ensino das línguas bantu, e culturas associadas, nas famílias, na educação e na sociedade, incluindo através de instituições sociais como a igreja e outras organizações da sociedade civil;
- Expandir o ensino bilingue, assegurando, entre outros aspectos, maior acesso à educação a crianças e jovens como pouco ou nenhum contacto com a língua portuguesa antes da entrada para a escola;
- Melhorar a qualidade de oferta do ensino bilingue, incluindo através da melhoria da formação dos professores e dos materiais de ensino e aprendizagem, assegurando a aquisição de competências nas línguas bantu e em Português e recursos culturais e técnicos necessários para aceder a estudos avançados e competir no mercado de trabalho;
- Oferecer o ensino das línguas bantu no ensino monolíngue, ensino secundário e em cursos seleccionados do ensino superior, assegurando que crianças e jovens que têm o Português como língua materna e aquelas que têm línguas maternas bantu, mas estão no programa monolíngue em Português, possam aprender estas línguas em contexto formal de escola;
- Promover o estudo das línguas bantu e produção de literatura relevante nestas línguas, como glossários, dicionários, gramáticas, materiais de leitura e didácticos nas diferentes áreas de conteúdo, condições importantes para a sua manutenção e desenvolvimento; e
- Promover o uso efectivo das línguas bantu em domínios formais, incluindo na administração e governação, potenciando assim a sua valorização social e estimulando a motivação para a sua transmissão nas famílias e uso na educação.

5.2.2 Disparidades no Acesso ao Português e à Literacia

Disparidades regionais

Nesta análise e a título operacional, consideramos “saber falar a língua portuguesa” e “saber ler e escrever” como indicadores de acesso, uma vez pressuporem condições e oportunidades de acesso a habilidades orais em Português e de leitura e escrita, em qualquer língua, e “ter o Português como língua materna” e “falar Português mais frequentemente em casa” como indicadores de padrões de uso, uma vez se referirem à condição em que se usa a língua portuguesa. Embora os censos não especifiquem a(s) língua(s) em que os recenseados declararam ter habilidades de leitura e escrita, pode-se deduzir que é em Português que a esmagadora maioria sabe ler e escrever, considerando que estas habilidades são, essencialmente, adquiridas a partir da escola, onde o Português é, de facto, e quase exclusivamente, a língua de ensino e aprendizagem. Os dados indicam que a região Sul de Moçambique e as áreas urbanas detêm a maior concentração de pessoas que: (i) sabem falar a língua portuguesa, (ii) têm a língua portuguesa como língua materna, (iii) falam esta língua mais frequentemente em casa, e (iv) sabem ler e escrever (cf. Figuras 23 e 24). As regiões Centro e Norte e as áreas rurais aparecem com os resultados mais baixos nestes quatro indicadores.

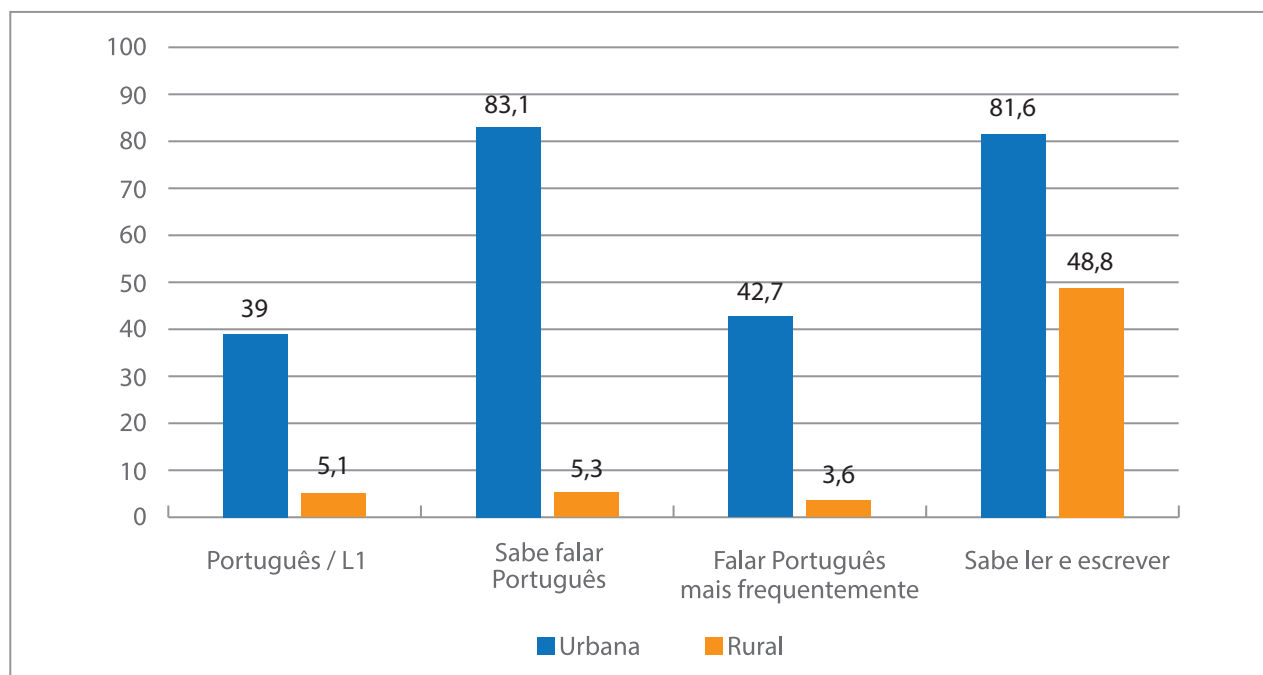
Figura 23: Distribuição de usos da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita por região, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

A Figura 23 também mostra que, comparando as três regiões, a região Norte é aquela que aparece com os valores mais baixos nos quatro indicadores em referência. Conforme se pode ver a partir da Figura 24, as disparidades entre as áreas urbanas e rurais são mais acentuadas ainda quando se tomam como referência os mesmos indicadores.

Figura 24: Distribuição de usos da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita por região, em 2017



Fonte: INE, Censo 2017

Tomando os dois indicadores de acesso em referência nesta análise, isto é, “saber falar a língua portuguesa” e “saber ler e escrever”, nota-se como as regiões Centro e Norte do país e as áreas rurais estão numa situação de desvantagem relativamente à região Sul e às áreas urbanas. Com efeito, a análise multivariada mostrou que, mantendo constantes os outros factores, as pessoas que vivem na região Sul têm 95.0% (OR=1.95) mais probabilidades de saber ler e escrever do que aqueles que vivem no Centro e no Norte de Moçambique; e pessoas residentes em áreas urbanas têm 73.0% (OR=1.73) mais probabilidades de saber ler e escrever do que aqueles vivendo em áreas rurais. A região e área de residência revelaram-se também factores importantes na distribuição de riqueza e sucesso educacional, o que sugere alguma forma de elitização do acesso à língua portuguesa e às habilidades de leitura e escrita. Ter o Português como língua materna e falar esta língua mais frequentemente em casa, referidos aqui como indicadores de padrões de uso, emergem, normalmente, como resultado da melhoria das condições de vida das famílias, o que, por sua vez, está muitas vezes associado à ascensão social. É por isso que, dos recenseados com estatuto socioeconómico mais privilegiado (Q5), cerca de 50.0% têm o Português como língua materna e 55.5% falam Português com mais frequência em casa, contra 3.9% e 2.0% de recenseados com estatuto socioeconómico mais desfavorecido (Q12), respectivamente.

Ainda que a análise oferecida nesta subsecção tome a língua portuguesa como referência, os resultados obtidos também confirmam que parte considerável da população moçambicana (i) tem uma língua bantu como língua materna (79.2%), fala uma língua bantu com mais frequência em casa (81.7%), não sabe falar a língua portuguesa (41.9%) e não sabe ler nem escrever (38.5%).

Os resultados remetem para as seguintes sugestões, a ter em conta em políticas e estratégias educativas e sociais:

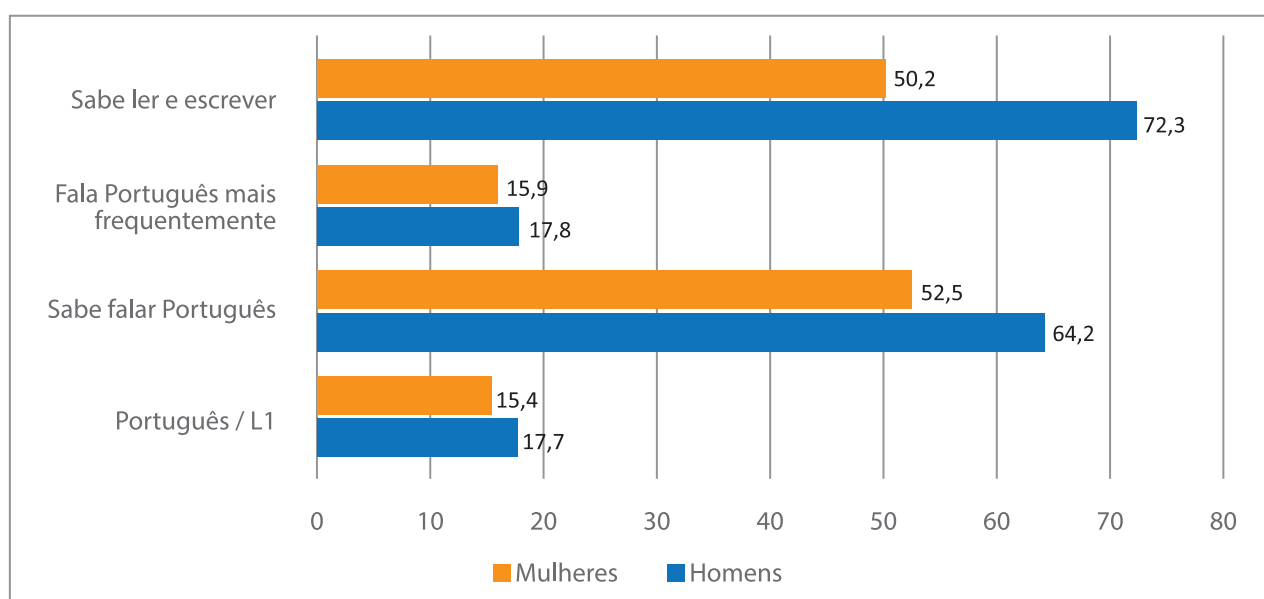
- Reduzir as desigualdades sociais e económicas entre as regiões do país e entre as áreas urbanas e rurais, incluindo através da melhoria do acesso e qualidade de educação, e do aumento das taxas de sucesso escolar, especialmente nas áreas desfavorecidas;
- Oferecer um ensino bilingue de qualidade nas áreas rurais, assegurando melhores taxas de sucesso escolar das crianças destas áreas desfavorecidas;
- Melhorar o acesso e a aquisição da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita em Moçambique, com referência especial para as regiões Norte e Centro e as áreas rurais, incluindo através da educação formal e não formal, como educação de adultos e de educação não formal para adultos, jovens crianças; e

- Assegurar que a aquisição da língua portuguesa não ocorra em prejuízo da aquisição e uso das línguas bantu, incluindo através da promoção do estatuto social e expansão do seu uso em domínios formais como a educação, administração pública, justiça e governação.

Disparidades de Género

Os dados dos censos mostram uma tendência de redução das disparidades de género, considerando os indicadores de acesso e uso da língua portuguesa e de acesso à leitura e escrita. Contudo, como os dados do Censo 2017 indicam, a população dos homens tem a maior concentração de pessoas que: (i) sabem falar a língua portuguesa, (ii) têm a língua portuguesa como língua materna, (iii) falam esta língua mais frequentemente em casa, e (iv) sabem ler e escrever (cf. Figura 25).

Figura 25: Distribuição de usos da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita por sexo, em 2017



Fonte: INE, Censos 2017

Não obstante a vantagem dos homens em relação às mulheres nos quatro indicadores em referência, as análises bivariada e multivariada mostram que é somente no indicador “saber ler e escrever” onde o sexo é factor determinante. Com efeito, e conforme reportado, a análise multivariada indica que os homens têm mais 66.0% (OR=1.66) probabilidades de saber ler e escrever do que as mulheres. Estes dados sugerem que as políticas e estratégias visando a promoção e empoderamento da mulher ainda precisam de ser melhoradas, pois as desigualdades ainda são significativas.

Como se mostrou ao longo do relatório, as disparidades de género são maiores nas áreas urbanas do que nas rurais e no Norte/Centro do país do que no Sul, sendo mais exacerbadas no Norte do que no Centro do país. Note-se que é nas áreas com indicadores de riqueza relativamente maiores onde tende a haver equidade de género – as áreas urbanas e a região Sul. Este padrão parece consistente com estudos que indicam que, quanto maior for a condição económica e estatuto social das famílias ou o nível de desenvolvimento de uma região, maior é a tendência de haver equidade de género, particularmente em termos de acesso e sucesso educacional (cf. Lauchande, 2015, 2017; UNICEF, 2021). Assim, partindo da premissa de que, no Censo 2017, a região Sul e as áreas urbanas registaram a maior concentração de recenseados nos Quintis 4 e 5, é esperável que nas populações desta região e áreas de residência haja maior equidade de género em particular no que concerne a indicadores de acesso como saber falar a língua portuguesa e ser capaz de ler e escrever. Mais ainda, o facto de as diferenças entre homens e mulheres aumentarem gradualmente à medida que se avança da região Sul à região Norte é também consistente com a distribuição destas regiões num contínuo de desenvolvimento, sendo que o Sul e o Norte aparecem como os dois extremos desse contínuo e o Centro situa-se entre os dois polos.

Os resultados obtidos sugerem a consideração das seguintes recomendações para políticas e estratégias de educativas e sociais:

- Aperfeiçoar as políticas e estratégias visando a promoção e empoderamento da mulher, tornando-as mais efectivas no alcance das metas e objectivos pretendidos;
- Incrementar e aperfeiçoar as iniciativas visando a promoção e empoderamento da mulher, incluindo através do aumento do acesso à educação e sucesso escolar da rapariga, especialmente nas áreas com maiores disparidades de género e onde, por questões socioculturais, há tendência para se preferir a educação do rapaz do que da rapariga;
- Assegurar uma educação que seja sensível a questões de género, considerando as diferentes componentes do processo – desenho curricular, produção de materiais de ensino e aprendizagem, formação de professores, selecção e colocação de professores e gestores de educação; e
- Expandir o ensino bilingue, sobretudo nas áreas com baixos índices de aproveitamento da rapariga, considerando que a rapariga tem maiores probabilidades de participação e sucesso escolar quando o ensino é baseado numa língua que lhe é familiar do que numa língua segunda ou estrangeira (cf. Benson, 2000).

5.3 Padrão Linguístico e suas Implicações para Políticas e Práticas de Comunicação na/para a Saúde

A comunicação social, em especial através da Rádio Moçambique (RM) e das Rádios Comunitárias, pode ser considerada o domínio formal onde as línguas bantu são usadas de forma extensiva. Nos últimos tempos, entrou em cena a televisão, especificamente a Televisão de Moçambique (TVM) e, por algum período, a Televisão Miramar. A título de exemplo, nas suas emissões, a RM usa 19 línguas bantu, distribuídas pelas três regiões de Moçambique, a saber: (i) região Norte: Kimwani, Shimakonde, Emakhuwa, Ciyaawo, Elomwe, Cinyanja e Kiswahili; (ii) região Centro: Cindau, Cisená, Cinyungwe, Cibarwe, Ciwutee, Cimanyika e Echuwabo, e (iii) região Sul: Cicopi, Citshwa, Gitonga, Xichangana e Xirhonga (cf. (Firmino & Ndapassoa, 2019). A TVM iniciou, em 2018, a transmissão de notícias em 15 línguas bantu, sendo três línguas por dia e 15 em cinco dias da semana. Não obstante a relevância desta inovação na TVM, seria importância ampliar o espaço de antena e diversificação de programas e conteúdos oferecidos através das línguas bantu.

A oferta de emissões em línguas bantu não só permite acesso à informação e à educação em várias áreas do saber, incluindo saúde e cidadania, por parte da esmagadora maioria da população moçambicana que não fala a língua portuguesa, como também oferece a este grupo populacional oportunidades de participação na vida pública nacional e local. Como mostra a experiência e literatura internacional (cf. Batibo, 2005), o uso de uma língua na comunicação social é um dos factores importantes na sua manutenção e desenvolvimento, o que é galvanizado pela necessidade constante de veicular novas realidades, conceitos, etc. e a adaptação a novos contextos de uso linguístico.

No âmbito da comunicação na/para saúde, uma das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)

é que os currículos de formação médica e paramédica incluam conteúdos de etnologia e sejam sensíveis à cultura das comunidades por forma a garantir que “a prestação de serviços de saúde possa aproximar-se das pessoas beneficiárias, podendo os membros das comunidades e os profissionais discutir problemas de saúde numa linguagem e em termos que sejam mutuamente compreensíveis” (OMS, 2012: 51). Apesar deste apelo da OMS, na literatura são escassas as evidências sobre práticas comunicacionais na saúde que envolvam o uso de línguas locais na relação entre os utentes desses serviços e seus médicos. Tomando o caso de Angola, onde a maior parte dos médicos não tem o domínio das línguas autóctones, estudos sugerem a necessidade de definição de políticas e práticas linguísticas hospitalares que incluam o uso de línguas locais, de modo a promover a inclusão dos falantes dessas línguas no acesso aos serviços de saúde, visto que o uso das línguas ex-coloniais é considerado factor de exclusão. É que, nessas condições, a maior parte dos beneficiários em África não pode comunicar com os médicos nestas línguas (cf. Bernardo & Timbane, 2020).

Em Moçambique, têm sido realizados estudos sobre comunicação na/para a saúde, produzindo-se evidências sobre comunicação, por exemplo, nas áreas de planeamento familiar e políticas de saúde sexual e reprodutiva. Um dos objectivos destes estudos é contribuir para a redefinição de políticas e estratégias de comunicação que sejam, cultural e socialmente, mais apropriadas ao contexto do país, bem como às dinâmicas de população e saúde no país (Arnaldo et al., 2013; 2019; Chimbutane, 2012b; Balango, 2015; Mateus & Timbane, 2019).

Apesar de parte da esmagadora maioria da população moçambicana falar uma língua bantu com mais frequência em casa (81.7%) e parte considerável não saber falar a língua portuguesa (41.9%), esta última continua a ser a língua privilegiada na comunicação entre os utentes dos serviços de saúde e pessoal médico em Moçambique. A partir de evidências empíricas, Balango (2015) concluiu que o uso da língua portuguesa na comunicação entre doentes e pessoal médico representa uma barreira no acesso aos serviços de saúde, mesmo na cidade de Maputo, onde as taxas de uso da língua portuguesa são as mais altas do país. Conclusão idêntica foi obtida por Mateus & Timbane (2019), em relação ao uso do Português na comunicação com utentes de serviços de saúde que não falam esta língua, mas o Gitonga.

O carácter discriminatório do uso exclusivo da língua portuguesa nos serviços de saúde, sem a garantia de serviços especializados ou credíveis de interpretação, foi também abordado nas entrevistas com os intervenientes-chave, conforme ilustrado no extracto a seguir:

Na saúde, os doentes deveriam ser atendidos em suas línguas para permitir uma melhor triagem.
(Docente universitário)

O contínuo uso da língua portuguesa no serviço de saúde elitiza o acesso ao bem comum como a saúde.
Isso pode resolver-se introduzindo os serviços de interpretação nos hospitais.
(Docente, investigador universitário e activista social)

A provisão de serviços de interpretação nas unidades de saúde é vista como uma das formas de assegurar uma comunicação mais efectiva entre o pessoal médico e os utentes que não falam o Português, um elemento importante de inclusão social.

Estudos mais recentes sobre comunicação na/para a saúde em tempos de pandemia da COVID-19 (cf. Câmara, 2021; Langa, 2021) também mostram a ineficiência do uso exclusivo da língua portuguesa para a comunicação com segmentos importantes da população. O recurso às línguas bantu é considerado a forma mais eficaz de veicular informação para a saúde, ainda que Câmara (2021:9-10) advirta que não basta o uso destas línguas para atingir essa eficácia, é também necessário assegurar o “tratamento cuidadoso do conteúdo transmitido através delas”.

Na verdade, a pandemia da COVID-19 representou uma oportunidade para reiterar a relevância das línguas bantu na comunicação na/para a saúde em Moçambique. Os órgãos de comunicação social desdobraram-se para transmitir mensagens educativas em quase todas as línguas bantu faladas em Moçambique, visando a prevenção e combate à propagação do vírus.

Os resultados dos censos e a análise oferecida sugerem que, para a redução da exclusão social, particularmente no que concerne ao acesso à informação pública e aos serviços de saúde bem como à participação pública, a elaboração e revisão de políticas e estratégias de comunicação na/para a saúde deverão ter em conta, entre outras, as seguintes sugestões:

- Continuar a estimular o uso das línguas bantu na comunicação social, não apenas através da rádio e da televisão, como também da imprensa escrita, alargando assim o acesso à informação e educação pública e assegurando a manutenção e desenvolvimento destas línguas e culturas associadas;
- Alargar o espaço de antena e diversificar os programas e conteúdos oferecidos em línguas bantu através da televisão, assegurando maior participação pública na vida nacional;
- Definir políticas e práticas linguísticas no sector da saúde que promovam o uso legítimo das línguas bantu, incluindo através da provisão de serviços de interpretação e tradução Português-línguas bantu e vice-versa;
- Incluir, nos cursos de formação médica e paramédica, o ensino de matérias sobre antropologia cultural e o ensino de línguas bantu, assegurando que a comunicação na/para a saúde seja sensível à cultura e perfil linguístico das comunidades beneficiárias; e
- Incentivar a produção e difusão de programas de comunicação na/para a saúde nas línguas bantu, através dos meios de comunicação social (sobretudo a rádio e a televisão) e das redes sociais, permitindo inclusão no acesso à informação e educação sanitária e a participação comunitária.

A análise oferecida nesta secção mostra como o uso institucionalizado das línguas bantu na comunicação na/para a saúde, incluindo através dos órgãos de comunicação de massas, pode ser uma forma de inclusão social de cerca de 40.0% de moçambicanos que não sabem falar a língua portuguesa, a língua privilegiada na provisão de serviços sociais básicos como saúde e educação em Moçambique.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise comparativa dos dados dos Censos 1980, 1997, 2007 e 2017 mostra haver consistência nas tendências principais relativamente ao padrão linguístico de Moçambique captadas ao longo deste período. Em termos específicos, os dados revelam as seguintes tendências principais:

- Redução da percentagem da população com línguas bantu como as suas línguas maternas ou como as línguas mais faladas em casa;
- Crescimento da percentagem da população com o Português como língua materna ou como a língua mais falada em casa;
- Crescimento da percentagem da população que sabe falar a língua portuguesa;
- Crescimento da percentagem da população que sabe ler e escrever em, pelo menos, uma língua;
- Redução das disparidades rural-urbano no que diz respeito a indicadores de acesso: (a) conhecimento da língua portuguesa, e (b) capacidade de leitura e escrita; e
- Redução das disparidades de género no que concerne a indicadores de acesso: (a) conhecimento da língua portuguesa, e (b) capacidade de leitura e escrita.

De um modo geral, estas tendências nacionais reflectem as tendências captadas ao nível provincial, ainda que as velocidades de crescimento ou decréscimo variem de província a província. Um padrão saliente na análise dos dados por província é que a cidade e a província de Maputo se destacam como os lugares com (a) a maior redução da percentagem da população com línguas bantu como suas línguas maternas ou como as línguas mais faladas em casa, (b) as maiores percentagens da população com o Português como a sua língua materna ou como a língua mais falada em casa, (c) as maiores percentagens da população que sabe falar a língua portuguesa, e (d) as maiores percentagens da população que sabe ler e escrever em, pelo menos, uma língua. Do mesmo modo, a análise dos dados por região indica que, de uma forma global, a região Sul se destaca em relação às regiões Centro e Norte por ter (a) a maior redução da percentagem da população com línguas bantu como suas línguas maternas ou como as línguas mais faladas em casa a nível nacional, (b) a maior percentagem da população com o Português como sua língua materna ou como a língua mais falada em casa, (c) a maior percentagem da população que sabe falar a língua portuguesa, (d) a maior percentagem da população que sabe ler e escrever em, pelo menos, uma língua, (e) as menores taxas de disparidade de género e rural-urbano nos indicadores relevantes, como “conhecimento da língua portuguesa” e “habilidade de leitura e escrita”, e (f) por ser a região onde o factor área de residência (urbana vs. rural) tem o maior peso na mudança do padrão linguístico, tanto em termos de aumento da população com o Português como língua materna como daqueles que falam mais frequentemente esta língua em casa.

Apesar da tendência decrescente, as línguas bantu continuam a ser as línguas maternas da maior parte da população (79.2%) e também as línguas mais frequentemente faladas em casa (81.7%). O Emakhuwa continua a ser a língua bantu com a maior percentagem de falantes como língua materna em Moçambique (25.9%). Contudo, o Português já emerge como a segunda língua materna principal em Moçambique (16.5%) e também das principais línguas mais falada em casa (16.9%).

Os dados de âmbito nacional e provincial indicam que, de um modo geral, a redução da percentagem dos recenseados que têm uma língua materna bantu é inversamente proporcional ao crescimento da percentagem daqueles que têm o Português como língua materna. A mesma relação inversa pode ser captada no que diz respeito ao indicador “língua falada com mais frequência em casa”, ou seja, a diminuição da percentagem daqueles que falam uma língua bantu com mais frequência em casa é inversamente proporcional ao crescimento da percentagem daqueles que falam a língua portuguesa com mais frequência neste mesmo domínio. Estes resultados mostram que a perda de falantes das línguas bantu, como língua materna ou como língua mais falada em casa, tem estado a acontecer em benefício do crescimento dos falantes de Português, sobretudo na região Sul, nas áreas urbanas e entre a população mais jovem. Como se argumentou, estes dados são indicadores da ocorrência de um processo de mudança de língua, das línguas bantu para a língua portuguesa, que é já muito evidente na cidade e província de Maputo. Conforme se mostrou, cerca de metade

(49.5%) da população da província de Maputo e cerca de dois terços (62.5%) da população da cidade de Maputo têm o Português como língua materna. Esta tendência tem estado a colocar algumas línguas bantu em perigo de extinção, conforme mostram, por exemplo, os casos do Xirhonga e do Gitonga.

Não obstante a tendência geral de redução da percentagem da população que tem as línguas bantu como suas línguas maternas ou como as que fala com maior frequência em casa, nota-se que algumas línguas tendem a expandir-se ou, pelo menos, mostram uma relativa estabilidade, como são os casos do Cinyanja, Ciyaawo e Cinyungwe. Estas excepções às tendências gerais de decrescimento podem ser explicadas pelo rápido crescimento populacional registado nas áreas onde estas línguas são faladas, o que, por sua vez, pode estar associado a elevadas taxas de fecundidade.

Os resultados sobre a distribuição do conhecimento da língua portuguesa e das habilidades de leitura e escrita por região, área de residência e por sexo confirmam as assimetrias regionais, rural-urbano e de género em Moçambique. Conforme os dados analisados, as populações das regiões Norte/Centro, das áreas rurais e as mulheres estão numa situação de desvantagem em relação às populações da região Sul, das áreas urbanas e aos homens, respectivamente. Ou seja, as populações das regiões Norte/Centro, das áreas rurais e as mulheres registam índices comparativamente mais baixos de conhecimento da língua portuguesa e de alfabetização. A região Norte apresenta os índices mais baixos em relação à região Centro.

No entanto, quando se comparam os resultados dos Censos 1997, 2007 e 2017, nota-se que tanto as populações das áreas rurais quanto as mulheres registam tendências de crescimento assinaláveis quanto às taxas de conhecimento da língua portuguesa e de alfabetização. Na verdade, as taxas de crescimento atestadas nestes grupos mais desfavorecidos são maiores do que as registadas nas áreas urbanas e entre os homens, o que é um indicador de uma tendência de redução das disparidades.

Consistente com Chimbutane & Gonçalves (em preparação), este estudo confirma como a expansão da língua portuguesa e a retração das línguas bantu são condicionadas por factores socioeconómicos, sociodemográficos e político-ideológicos. Com efeito, os dados indicam que o acesso e a expansão da língua portuguesa são propiciados pela expansão da urbanização, crescimento da classe média e aumento do acesso à educação, os mesmos factores que, em sentido inverso, explicam a retração da evolução das línguas bantu. A percepção de que saber falar a língua portuguesa e ser detentor do capital cultural associado, incluindo habilidades de leitura e escrita nesta língua, são recursos importantes para a mobilidade socioeconómica e distinção social leva as famílias, particularmente urbanas, da classe média e escolarizadas, a investirem para a aquisição destes recursos culturais por parte dos seus filhos, em muitos casos em detrimento da transmissão das línguas bantu e associados recursos culturais. Tendo em conta que o factor área de residência (urbana vs. rural) tem maior peso na expansão do Português em Moçambique, é provável que a migração das áreas rurais para as urbanas esteja a jogar um papel preponderante no fenómeno de assimilação desta língua e dos valores culturais associados. Estas percepções e práticas são propiciadas pelas políticas e ideologias linguísticas monolíngues centradas no Português, que se vêm adoptando em Moçambique desde o período colonial.

Assim, para reverter este cenário de políticas e práticas linguísticas diglósicas em Moçambique e mitigar a perda das línguas bantu e culturas associadas, sugere-se a adopção de políticas e práticas que promovam e elevem o estatuto das línguas bantu, bem como potenciem o desenvolvimento do bilinguismo e multilinguismo na educação e na sociedade, percebidos como recursos para o desenvolvimento individual, local e nacional. Esta transformação deverá incluir: (a) a promoção da transmissão e ensino das línguas bantu e culturas associadas nas famílias e na sociedade, incluindo através da escola e de instituições sociais como a igreja e associações; e (b) a expansão e melhoria da qualidade de oferta do ensino bilingue, assegurando, entre outros aspectos, sucesso educacional e acesso a recursos culturais necessários para a mobilidade socioeconómica.

Para reduzir as disparidades regionais, rural-urbano e de género, em particular em termos de acesso à língua portuguesa e às habilidades de leitura e escrita, sugere-se: (a) a melhoria do acesso e qualidade de educação e aumento das taxas de sucesso escolar, especialmente nas áreas desfavorecidas; (b) a oferta de ensino bilingue de qualidade nas áreas em que a maioria das crianças tem uma língua materna bantu, mas assegurando a melhoria da aquisição da língua portuguesa e habilidades de leitura e escrita; (c) a promoção do estatuto social e expansão do uso das línguas bantu em domínios formais como a educação, administração pública, justiça e governação, assegurando a inclusão social de populações que conduzem as suas vidas eminentemente nestas línguas; e (d) o incremento e aperfeiçoamento das iniciativas de promoção e empoderamento da mulher, incluindo através do aumento do acesso à educação formal e não

formal, sensibilidade a questões de género na educação e promoção do sucesso escolar da rapariga, especialmente nas áreas com maiores disparidades de género e onde, por questões socioculturais, há tendência para se preferir a educação do rapaz do que da rapariga.

O padrão linguístico de Moçambique e as práticas linguísticas comuns no sector da saúde e comunicação para a saúde mostram como o uso exclusivo ou preferencial da língua portuguesa na comunicação médica, sem a garantia de serviços especializados ou credíveis de interpretação, é uma forma de exclusão social da esmagadora maioria de moçambicanos que não falam esta língua. Assim, para reverter este cenário, sugere-se que a elaboração e revisão de políticas e estratégias de comunicação na/para a saúde tenham em consideração: (a) a promoção do uso legítimo das línguas bantu na comunicação na/para a saúde, incluindo através da provisão de serviços de interpretação e tradução Português-línguas bantu e vice-versa; (b) a inclusão, nos cursos de formação médica e paramédica, de matérias sobre antropologia cultural e aprendizagem de línguas bantu, assegurando que a comunicação na/para a saúde sejam sensíveis à cultura e perfil linguístico das comunidades beneficiárias; e (c) o incentivo à produção e difusão de programas de comunicação para a saúde nas línguas bantu, através de redes sociais e meios de comunicação social.

Num contexto em que a esmagadora maioria da população conduz as suas vidas através das línguas bantu, para além de serem percebidas como repositórios de cultura e símbolos de identidade étnica, estas línguas devem ser também conceptualizadas e usadas como veículos de educação, ciência e tecnologia, bem como reconhecidas como legítimas línguas de participação e inclusão na vida social, política e económica. No âmbito da descentralização da administração e governação pública em Moçambique, a promoção do estatuto e a expansão dos usos das línguas bantu, em paralelo com a língua portuguesa, podem revelar-se cruciais para a participação efectiva das comunidades na tomada de decisões políticas, sociais e económicas importantes para o desenvolvimento local e para a mitigação das assimetrias regionais, rural-urbano e de género.

A actual tendência de adopção de ideologias, políticas e quadros legislativos mais pluralista ou, pelo menos, tolerantes à diversidade, incluindo à diversidade linguística e cultural em Moçambique, abre espaço para o resgate e promoção das línguas bantu, bem como para a abordagem de disparidades regionais, rural-urbano e de género que tenham a língua como um dos factores condicionantes. Assim, cabe aos cidadãos e às instituições relevantes explorar este momento relativamente favorável à diversidade, para influenciarem a adopção de políticas, estratégias e práticas orientadas para a promoção do multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique, onde, entre outros aspectos, as línguas bantu e a língua portuguesa convivam de forma harmoniosa e sejam assumidas como parte integrante de uma moçambicanidade cada vez mais híbrida.

Perante a expansão da língua portuguesa e a retração das línguas bantu como línguas maternas e línguas mais frequentemente faladas em casa, avançamos a hipótese de estar a ocorrer em Moçambique um processo de mudança de língua, das línguas bantu para a língua portuguesa. Não obstante as evidências que parecem sustentar esta hipótese, os dados do censo não permitem avaliar a dimensão real deste fenómeno. De um modo mais particular, com base nos dados do censo, não é possível avaliar a dimensão de falantes com Português como língua materna ou como língua mais falada em casa que não falam nenhuma língua bantu e são, portanto, monolingues, e dimensão daqueles que também falam uma ou mais línguas bantu, e são, portanto, bi-/multilingue Português-Línguas bantu. Conforme proposto em Chimbutane & Gonçalves (em preparação), esta análise sugere a necessidade de estudos específicos para verificar os contornos e dimensão da mudança linguística em curso em Moçambique bem como para a verificação da hipótese de crescimento de bi-/multilinguismo Português-Línguas bantu, em vez da ênfase na substituição das línguas bantu pelo Português. Esta segunda hipótese tem sido também avançada em estudos sobre contextos sociolinguísticos semelhantes em África. Por exemplo, com base em dados de censos, Posel & Zeller (2016) concluíram que a expansão do uso do Inglês entre a população negra¹⁸ na África do Sul, entre 1996 e 2011, estava associada ao crescimento do multilinguismo e não a um processo de substituição das línguas bantu pelo Inglês. A elicitación, em futuros censos gerais da população ou em inquéritos especializados do INE, de informação sobre conhecimento das línguas bantu por parte de falantes de Português como língua materna poderia fornecer dados importantes para a verificação dos limites e peso de cada uma destas duas hipóteses.

¹⁸ Oficialmente designados Africanos 'Africanos' na África do Sul e em Posel & Zeller (2016).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulaziz, Mohamed H. (2003) The history of language policy in Africa with reference to language choice in education. In Ouane, Adama (ed.), *Towards a multilingual culture of education*. Hamburg: UNESCO Institute of Education, pp. 179–199.
- Alidou, Hassana (2004) Medium of instruction in post-colonial Africa. In Tollefson, James W. & Tsui, Amy B.M.(eds), *Medium of instruction policies: Which agenda? Whose agenda?*. London: Lawrence Erlbaum, pp. 195–214.
- Arnaldo, Carlos & Cau, Boaventura (orgs) (2013) *Dinâmica da população e saúde em Moçambique*. Maputo: CEPISA.
- Arnaldo, Carlos; Cau, Boaventura; Chilundo, Baltazar; Picardo, Joelma; Griffin, Sally (orgs) (2019) *Planeamento familiar e políticas de saúde sexual e reprodutiva em Moçambique*. Maputo: CEPISA.
- Arnaldo, Carlos; Verona, Ana Paula; Menezes, Matheus; Hansine, Rogers & Miranda-Ribeiro, Paula (em preparação) *Estudo B: Fecundidade e Nupcialidade*. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: INE/UNFPA-Mozambique. Disponível em: <http://drive.google.com.drive/folders>
- Balango, Paulo (2015) *A língua portuguesa como barreira no acesso aos serviços de saúde: O caso da Medicina III do HCM*. Dissertação de Mestrado (não publicada), Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.
- Bamgbose, Ayo (1999) African language development and language planning. *Social Dynamics*, 25 (1): 13–30.
- Bamgbose, Ayo (2000) *Language and exclusion: The consequences of language policies in Africa*. Hamburg: Lit Verlag Munster.
- Batibo, Herman (2005) *Language decline and death in Africa: Causes, consequences and challenges*. Clevedon, Toronto: Multilingual Matters.
- Benson, Carol (2000) The primary bilingual education experiment in Mozambique, 1993 to 1997. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 3 (3): 149–166.
- Bernardo, Ezequiel Pedro José & Timbane, Alexandre António (2020) Por uma política linguística nos serviços de saúde: um estudo sociolinguístico do Hospital Regional de Malanje (Angola). *Revista Letras Raras*, 9 (2): 268–290.
- Borges, Gabriel; Arnaldo, Carlos; Luz, Luciana; Muanamoha, Ramos & Hansine, Rogers (em preparação) *Estudo F: Dinâmica de População*. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: INE/UNFPA-Mozambique. Disponível em: <http://drive.google.com.drive/folders>.
- Câmara, Crisófia Langa da (2021) COVID-19 e o multilinguismo em Moçambique. *Revista Científica da UEM, Sér. Ciências Biomédicas e Saúde Pública*. Pre-print, pp.1–13.
- Cenoz, Jasone (2017) Translanguaging in school contexts: International perspectives. *Journal of Language, Identity & Education*, 16 (4): 193–198.
- Chambo, Gervásio Absolone (2018) *Revitalização dos ambientes participativos e interactivos na educação bilingue em Moçambique através do translanguaging e do cross-cultural learning*. Tese de doutoramento (não publicada), Universidade de Vigo.
- Chimbutane, Feliciano (2011) *Rethinking bilingual education in postcolonial contexts*. Clevedon, UK: Multilingual Matters.
- Chimbutane, Feliciano (2012a) *Panorama linguístico de Moçambique: Análise dos dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chimbutane, Feliciano (2012b) Language practices in radio programs on HIV/AIDS: A Call for culturally-sanctioned ways of communication. *Stellenbosh Papers in Linguistics Plus*, 41: 25–40.
- Chimbutane, Feliciano (2018a) Education and citizenship in Mozambique: Colonial and postcolonial perspectives. In Lim, Lisa; Stroud, Christopher & Wee, Lionel (eds), *The Multilingual citizen: Towards a politics of language for agency and change*. Clevedon: Multilingual Matters, pp. 98–119.
- Chimbutane, Feliciano (2018b) Políticas e práticas linguísticas e formação do estado-nação em Moçambique: Da unidade na uniformidade à unidade na diversidade. In Feytor Pinto, Paulo & Melo-Pfeiter, Sílvia (coords), *Políticas linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel, pp.106–123.

- Chimbutane, Feliciano; Ennser-Kananen, Johanna & Kosunen, Sonja (2022) The socio-material value of language choices in Mozambique and Finland. In Ennser-Kananen, Johanna & Saarinen, Taina (eds), *New materialist explorations into language education*. Springer. (eBook) <https://doi.org/10.1007/978-3-031-13847-8>
- Chimbutane, Feliciano; Gonçalves, Perpétua; Langa, David; Tembe, Félix & Lopes, Luísa Vanessa (2019) *Projecto Comunidade Moçambicana Bilingue L1 Bantu Português L2: Estudo Exploratório - Relatório Final: Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira* (Universidade Eduardo Mondlane e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua).
- Chimbutane, Feliciano & Gonçalves, Perpétua (em preparação) *Family language planning and language shift in postcolonial Mozambique*.
- Conselho Coordenador de Recenseamento (1983) *1º Recenseamento Geral da População*. Maputo: CCR.
- Firmino, Gregório (2000) *Situação linguística de Moçambique: Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Firmino, Gregório (2002) *A “questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Firmino, Gregório & Ndapassoa, António (2019) *Opções linguísticas nas emissões radiofónicas da RM: Uma visão histórico-ideológica*. Comunicação apresentada nas Jornadas Científicas da FLCS – 2019, 17 e 18 de Outubro de 2019, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo.
- García, Ofelia & Flores, Nelson (2012) *Multilingual pedagogies*. In Martin-Jones, Marilyn; Blackledge, Adrian & Creese, Angela (eds), *The Routledge handbook of multilingualism*. London: Routledge, pp. 232–246.
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (INDE/MINED). (2003) *Plano curricular do ensino básico: Objectivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação*. Maputo: INDE/MINED.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2021) *Relatório sobre o inquérito ao orçamento familiar (IOF)*. Maputo: INE.
- Lakatos, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade (1990) *Sociologia geral*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Langa, David (2019) *Usos linguísticos da comunidade moçambicana bilingue*. In Siopa, Conceição; Marques, José António; Monteiro, Ana Catarina & Serra, Paulo (eds), *Língua e literacia(s) no século XXI: Textos seleccionados das 9.ªs Jornadas da Língua Portuguesa*. Porto: PORTO EDITORA, pp. 99–126.
- Langa, David (2021) *Tradução dos termos sobre Coronavírus/Covid 19: Uma abordagem de comunicação adequada*. Fórum Linguístico, 18 (4): 6988–7005.
- Lauchande, Carlos (2015) *Contextual factors influencing school effectiveness in Mozambique*. Available at: <https://www.up.ac.mz/2015-08-21-07-21-15/.../44-revista-udziwi>.
- Lauchande, Carlos (2017) *Systemic factors associated with changes in grade 6 learner’s achievement in Mozambique*. University of Pretoria. Available at: <https://repository.up.ac.za/handle/2263/65438>.
- Mabasso, Eliseu (2010) *Estratégias linguístico-discursivas na investigação criminal: O caso das esquadras de Maputo*. Tese de Doutoramento (não publicada), Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM.
- Mateus, Henrique & Timbane, Alexandre António (2019) *Cuidando de saúde em Gitonga e Português: Rumo a um dicionário bilingue de especialidade*. Afluente, 4 (12): 144–167.
- Ministério da Educação e Cultura & Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC/(INDE) (2007) *Plano curricular do ensino secundário geral (PCESG)*. Maputo: MEC/INDE.
- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) (2019) *Estratégia de expansão do ensino bilingue (2020–2029)*. Maputo: MINEDH.
- Ngunga, Armindo (2011) *Seleção de línguas e variantes de trabalho na rádio*. In Ndapassoa, António (org.), *Serviços públicos de radiodifusão: Desafios do presente e do futuro*. Maputo: RM-EP, pp. 31–34.
- Ngunga, Armindo (2021) *Os desafios da investigação linguística em África: O caso de Moçambique*. África, 42: 86–108.

- Organização Mundial da Saúde (OMS) (2012) Sistemas de saúde em África: Percepções e perspectivas das comunidades: Relatório de um estudo multipaíses. Brazzaville: Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África.
- Patel, Samima (2020) Moçambique: Olhares sobre a educação bilíngue e seus professores. In Bryan, Newton; Barbosa, Wilson & De Almeida, Wilson (orgs), *África: Passado, presente, perspectivas. Aportes para o ensino de História e Culturas Africanas*. Uberlândia / Minas Gerais: Navegando Publicações, pp. 145–160.
- Posel, Dorrit & Zeller, Jochen (2016) Language shift or increased bilingualism in South Africa: evidence from census data. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 37(4): 357–370
- República de Moçambique (1990) Constituição da República. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- República de Moçambique (1992) Sistema Nacional de Educação. Boletim da República, I Série, No 12, de 23 de Março. Maputo: Imprensa Nacional.
- República de Moçambique (2004) Constituição da República (actualizada). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- República de Moçambique (2014) Regimento da Assembleia da República. Boletim da República, I Série, No 48, de 17 de Junho. Maputo: Imprensa Nacional.
- República de Moçambique (2018) Lei nº 18/2018 do Sistema Nacional da Educação. Boletim da República, I Série, No 254, de 28 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional.
- República de Moçambique (2020) Programa Quinquenal do Governo para 2020–2024. Boletim da República, I Série, No 70, de 14 de Abril. Maputo: Imprensa Nacional.
- República Popular de Moçambique (1979) Lei do Recenseamento. Boletim da República, I Série, No 4/79, de 19 de Maio. Maputo: Imprensa Nacional.
- Romaine, Suzanne (1995) *Bilingualism*, 2nd edition. Oxford/Cambridge: Blackwell.
- Ruíz, Richard (1984) Orientations in language planning. *National Association for Bilingual Education Journal*, 8 (2): 15–34.
- Stroud, Christopher (2007) Bilingualism: Colonialism and postcolonialism. In Heller, Monica (ed.), *Bilingualism: A social approach*. London: Palgrave, pp. 107–119.
- UNICEF (2021) Longitudinal assessment of school dropout in Mozambique: Results of the 2019 round. Maputo: UNICEF/UP.
- Young, Iris Marion (1990) *Justice and the politics of difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, Iris Marion (1993) Together in difference: Transforming the logic of group political conflict. In Squires, Judith (ed.), *Principled positions: Postmodernism and the rediscovery of value*. London: Lawrence and Wishart, pp. 121–150.

8. ANEXOS

Indicador 1- Língua Materna

Quadro 1: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais, segundo língua materna em Moçambique, em 1980, 1997, 2007 e 2017

Ano do Censo	Língua Bantu	Português	Outras Línguas	Mudo	Desconhecida
1980	98,8	1,2	-	-	-
1997	93,0	6,0	0,4	0,02	1,0
2007	85,2	10,7	0,4	0,04	3,6
2017	79,2	16,5	0,5	0,02	3,7

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 2: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Língua	1997		2007		2017	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Língua Bantu	96,0	82,0	91,7	71,1	90,1	57,7
Português	2,0	17,0	3,5	26,3	5,1	39,0
Outras Línguas Estrangeiras	0,3	0,6	0,3	0,7	0,4	0,6
Mudo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Desconhecida	1,0	1,0	4,5	1,8	4,3	2,6

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 3: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Língua	1997		2007		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Língua Bantu	90,0	93,0	83,9	86,4	77,8	80,5
Português	8,0	5,0	12,0	9,5	17,7	15,4
Outras Línguas Estrangeiras	0,4	0,4	0,5	0,4	0,6	0,4
Mudo	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Desconhecida	1,0	1,0	3,6	3,7	3,9	3,6

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 4: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e idade em Moçambique em 2017

Faixa Etária	Língua Bantu	Português	Outra Língua Estrangeira	Mudo	Desconhecida
5-9	79,0	15,3	0,3	0,0	5,3
10-14	77,2	18,6	0,3	0,0	3,9
15-19	76,1	20,0	0,4	0,0	3,5
20-24	76,1	20,0	0,5	0,0	3,4
25-29	76,4	19,5	0,7	0,0	3,3
30-34	78,0	18,1	0,8	0,0	3,1
35-39	80,9	15,2	0,7	0,0	3,1
40-44	83,3	13,1	0,7	0,0	3,0
45-49	85,1	11,4	0,6	0,0	2,9
50-54	84,9	11,7	0,6	0,0	2,8
55-59	86,1	10,6	0,5	0,0	2,8
60-64	87,8	8,8	0,6	0,0	2,8
65-69	89,7	6,9	0,5	0,0	2,9
70-74	90,1	6,6	0,5	0,0	2,8
75-79	91,0	5,6	0,4	0,0	2,9
80 e mais	89,5	6,5	0,5	0,0	3,6

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 5: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna, região e área de residência, em 2017

Região	Área	Português	Língua Bantu
Norte	Urbano	21,7	74,9
	Rural	2,7	94,3
	Total	8,2	88,6
Centro	Urbano	40,7	54,9
	Rural	5,0	87,9
	Total	14,3	79,4
Sul	Urbano	51,5	46,4
	Rural	11,1	87,2
	Total	33,3	64,8
Nacional	Urbano	39,0	57,7
	Rural	5,1	90,1
	Total	16,5	79,2

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 6: Distribuição da população de 5 anos mais segundo língua materna, região e sexo, em 2017

Região	Sexo	Português	Língua Bantu
Norte	Masculino	9,4	87,2
	Feminino	7,1	89,9
	Total	8,2	88,6
Centro	Masculino	15,7	77,8
	Feminino	13,0	80,8
	Total	14,3	79,4
Sul	Masculino	34,8	63,0
	Feminino	32,0	66,3
	Total	33,3	64,8
Nacional	Masculino	17,7	77,8
	Feminino	15,4	80,5
	Total	16,5	79,2

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 7: Distribuição da população segundo língua materna e estatuto sócio-económico (quintis de riqueza)

Quintis de riqueza	Língua materna	
	Português	Língua Bantu
Q12	3,9	96,1
Q3	7,5	92,5
Q4	17,2	82,8
Q5	49,1	50,9
Total	16,70%	83,30%

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 8: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e ao nível de educação

Nível de educação	Língua materna	
	Português	Língua Bantu
Nenhum	3,5	96,5
Pré-escolar	23,6	76,4
EP1	17,1	82,9
EP2	17,4	82,6
Ensino secundário	32,9	67,1
Ensino Médio	52,2	47,8
Ensino Superior	66,1	33,9

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 9: Distribuição da população de 5 anos ou mais segundo língua materna e a religião

Religião	Língua materna	
	Português	Língua Bantu
Evangélica	26,5	73,5
Outra	23,7	76,3
Anglicana	19,0	81,0
Católica	18,7	81,3
Zione	15,7	84,3
Islâmica	11,5	88,5
Sem Religião	11,1	88,9

Fonte: INE, Censo 2017

Indicador 2- Língua falada com mais frequência

Quadro 10: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Censo	Língua Bantu	Português	Outras Línguas Estrangeiras	Mudo	Desconhecida
1997	89,6	8,7	0,3	-	1,3
2007	83,2	12,8	0,4	0,1	3,7
2017	81,7	16,9	0,4	0,1	0,9

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 11: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Língua	1997		2007		2017	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Língua Bantu	97,0	72,0	92,8	62,2	95,1	55,8
Português	1,0	26,0	2,2	35,6	3,6	42,7
Outras Línguas Estrangeiras	0,3	0,4	0,3	0,5	0,4	0,4
Mudo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Desconhecida	1,0	1,0	4,6	1,6	0,9	1,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 12: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Língua	1997		2007		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Língua Bantu	88,0	91,0	81,8	84,5	80,7	82,8
Português	10,0	7,0	14,1	11,5	17,8	15,9
Outras Línguas Estrangeiras	0,4	0,3	0,4	0,3	0,5	0,4
Mudo	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Desconhecida	1,0	1,0	3,6	3,7	1,0	0,9

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 13: Distribuição da população segundo língua falada com mais frequência em casa, região e área de residência, em 2017

Região	Área	Português	Língua Bantu
Norte	Urbano	21,8	76,3
	Rural	1,2	97,4
	Total	7,2	91,2
Centro	Urbano	45,7	52,8
	Rural	3,1	95,5
	Total	14,1	84,4
Sul	Urbano	56,8	42,1
	Rural	10,9	88,1
	Total	36,1	63,0
Nacional	Urbano	42,7	55,8
	Rural	3,6	95,1
	Total	16,8	81,8

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 14: Distribuição da população segundo língua falada com mais frequência, região e área de residência, em 2017

Região	Sexo	Português	Língua Bantu
Norte	Masculino	7,9	90,4
	Feminino	6,5	92,1
	Total	7,2	91,2
Centro	Masculino	15,2	83,2
	Feminino	13,1	85,5
	Total	14,1	84,4
Sul	Masculino	37,9	61,0
	Feminino	34,5	64,6
	Total	36,1	63,0
Nacional	Masculino	17,8	80,7
	Feminino	15,9	82,8
	Total	16,8	81,8

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 15: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e idade em Moçambique, em 2017

Faixa Etária	Língua Bantu	Português	Outra Língua Estrangeira	Mudo	Desconhecida
5-9	84,4	14,3	0,3	0,1	0,9
10-14	82,2	16,6	0,3	0,1	0,8
15-19	80,3	18,4	0,3	0,1	0,9
20-24	78,7	19,8	0,4	0,1	1,0
25-29	77,2	21,3	0,5	0,1	0,9
30-34	77,3	21,1	0,6	0,0	0,9
35-39	80,2	18,2	0,6	0,0	0,9
40-44	82,7	15,8	0,6	0,1	0,9
45-49	84,6	13,9	0,5	0,0	0,9
50-54	83,5	15,1	0,5	0,0	0,9
55-59	85,2	13,4	0,5	0,0	0,9
60-64	87,8	10,7	0,4	0,0	1,0
65-69	91,1	7,6	0,4	0,0	0,9
70-74	91,5	7,2	0,4	0,0	0,9
75-79	92,8	5,8	0,4	0,0	1,0
80 e mais	91,0	7,0	0,4	0,0	1,6

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 16: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e religião, em 2017

Religião	Língua mais falada	
	Língua Bantu	Português
Evangélica	72,3	27,7
Outra	77,0	23,0
Católica	81,1	18,9
Anglicana	81,2	18,8
Sião/Zione	85,0	15,0
Islâmica	89,4	10,6
Sem Religião	89,4	10,6

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 17: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e situação sócio-económica, em 2017

Quintis de riqueza	Língua mais falada	
	Língua Bantu	Português
Q12	98,0	2,0
Q3	95,0	5,0
Q4	83,7	16,3
Q5	45,0	55,0

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 18: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo línguas faladas com mais frequência em casa e nível de educação, em 2017

Nível de Educação	Língua Bantu	Português
Nenhum	96,8	3,2
Pré-escolar	78,9	21,1
EP1	85,0	15,0
EP2	83,4	16,6
Ensino Secundário	65,3	34,7
Ensino Médio	37,1	62,9
Ensino Superior	12,7	87,3

Fonte: INE, Censo 2017

Indicador 3 - Saber e escrever

Quadro 19: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Censo	Sabe ler e escrever	Só sabe ler	Não sabe ler nem escrever	Desconhecida
1997	37,0	1,2	60,5	1,3
2007	48,9	1,2	49,2	0,7
2017	60,5	-	38,5	1,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 20: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e área de residência em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Habilidades de leitura e escrita	1997		2007		2017	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Sabe ler e escrever	25,1	65,0	36,4	74,3	48,8	81,6
Só sabe ler	1,2	1,1	1,3	0,9		
Não sabe ler nem escrever	72,2	33,0	61,5	24,1	50,0	17,7
Desconhecida	1,5	0,9	0,8	0,7	1,2	0,8

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 21: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e sexo em Moçambique, em 1997, 2007 e 2017

Habilidades de leitura e escrita	1997		2007		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sabe ler e escrever	52,6	23,7	64,7	35,1	72,3	50,2
Só sabe ler	1,5	0,9	1,3	1,1		
Não sabe ler nem escrever	44,6	74,1	33,2	63,1	26,7	48,8
Desconhecida	1,3	1,2	0,7	0,8	1,0	1,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 22: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e idade em Moçambique, em 2017

Faixa Etária	Sabe ler e escrever	Só sabe ler	Não sabe ler nem escrever	Desconhecido
15-19	71	-	27,8	1,2
20-24	70,4	-	28,6	1,0
25-29	67,3	-	31,8	0,9
30-34	61,8	-	37,3	0,9
35-39	56	-	43,1	0,9
40-44	53,3	-	45,7	1,0
45-49	51	-	48,0	1,0
50-54	50,4	-	48,6	1,0
55-59	46,7	-	52,2	1,0
60-64	39,5	-	59,2	1,3
65-69	34,8	-	64,1	1,1
70-74	31,1	-	67,7	1,2
75-79	28	-	70,7	1,3
80 e mais	27,3	-	70,8	1,8

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 23: Distribuição da população de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever, segundo a região e área de residência, em 2017

	Área	Sabe ler e escrever	
		Sim	Não
Norte	Urbano	69,7	29,3
	Rural	40,6	58,2
	Total	49,3	49,6
Centro	Urbano	82,1	17,0
	Rural	48,6	50,1
	Total	57,8	41,1
Sul	Urbano	89,6	9,8
	Rural	68,1	31,1
	Total	80,4	18,9
Nacional	Urbano	81,6	17,7
	Rural	48,8	50,0
	Total	60,5	38,5

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 24: Distribuição da população de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever, segundo a região e o sexo em 2017

Região	Sexo	Sabe ler e escrever	
		Sim	Não
Norte	Masculino	61,9	37,0
	Feminino	38,1	60,8
	Total	49,3	49,6
	Masculino	72,0	26,9
Centro	Feminino	45,3	53,5
	Total	57,8	41,1
	Masculino	88,0	11,3
Sul	Feminino	74,3	25,1
	Total	80,4	18,9
	Masculino	72,3	26,7
Nacional	Feminino	50,2	48,8
	Total	60,5	38,5

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 25: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita por província, em 1997, 2007 e 2017

Província	Sabe ler e escrever		Só sabe ler		Sabe ler e escrever	
	1997	2007	1997	2007	1997	2017
Cabo Delgado	22,5	32,5	1,2	1,4	-	52,5
Niassa	28,6	38,1	1,3	1,4	-	49,2
Nampula	25,7	36,8	1,3	1,7	-	50,5
Zambézia	26,7	32,7	1,4	1,3	-	52,1
Tete	29,6	43,1	1,6	1,7	-	54,6
Manica	40,2	56,4	1,1	1,0	-	68,3
Sofala	41,3	56,1	1,0	0,9	-	64,8
Inhambane	44,2	58,0	0,9	0,7	-	69,0
Gaza	45,5	60,8	0,9	0,8	-	70,7
Maputo	64,0	77,4	0,9	0,7	-	87,1
Cidade de Maputo	83,5	89,8	0,8	0,5	-	92,8

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 26: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e nível sócio-económico, em 2017

Quintis de riqueza	Sabe ler e escrever	
	Sim	Não
Q12	42,5	56,3
Q3	55,6	43,2
Q4	70,3	28,8
Q5	90,3	9,1
Total	60,1	38,9

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 27: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita em qualquer língua e religião, em 2017

Religião	Sabe ler e escrever	
	Sim	Não
Islâmica	50,6	37,3
Sem religião	51,4	36,1
Católica	62,0	48,6
Anglicana	63,0	34,9
Sião/Zione	64,5	27,1
Outra	71,6	48,0
Evangélica	72,4	27,9

Fonte: INE, Censo 2017

Indicador 4 - Sabe Falar Língua português

Quadro 28: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa (LP) em Moçambique, em 1997 e 2007

Censo	Sabe falar a LP	Não sabe falar a LP	Desconhecida
1997	39,0	59,0	2,0
2007	50,4	48,7	0,9
2017	58,1	41,9	0,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 29: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e área de residência em Moçambique, em 1997 e 2007

Conhecimento da LP	1997		2007		2017	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Sabe falar a LP	25,0	72,0	36,3	80,8	45,3	83,1
Não sabe falar a LP	73,0	27,0	62,7	18,4	54,7	16,9
Desconhecido	2,0	1,0	0,9	0,8	0,0	0,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 30: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e sexo em Moçambique, em 1997 e 2007

Conhecimento da LP	1997		2007		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sabe falar a LP	50,0	29,0	59,8	41,6	64,2	52,5
Não sabe falar a LP	49,0	69,0	39,3	57,5	35,8	47,5
Desconhecido	1,0	2,0	0,9	0,9	0,0	0,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

Quadro 31: Distribuição percentual da população de 5 anos ou mais segundo conhecimento da língua portuguesa e idade em Moçambique, em 2017

Faixa Etária	Sabe falar a LP	Não sabe falar a LP	Desconhecido
5-9	32,4	67,6	0,0
10-14	65,8	34,2	0,0
15-19	73,0	27,0	0,0
20-24	72,8	27,2	0,0
25-29	70,3	29,7	0,0
30-34	65,8	34,2	0,0
35-39	60,6	39,4	0,0
40-44	58,2	41,8	0,0
45-49	56,2	43,8	0,0
50-54	56,0	44,0	0,0
55-59	52,7	47,3	0,0
60-64	46,2	53,8	0,0
65-69	40,6	59,4	0,0
70-74	36,8	63,2	0,0
75-79	33,4	66,6	0,0
80 e mais	32,6	67,4	0,0

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 32: Distribuição da população segundo o conhecimento da LP, região e área de residência, em 2017

Região	Área	Sabe falar LP	Não sabe falar LP
Norte	Urbano	69,5	30,5
	Rural	36,4	63,6
	Total	46,1	53,9
Centro	Urbano	84,8	15,2
	Rural	44,6	55,4
	Total	55,1	44,9
Sul	Urbano	92,6	7,4
	Rural	68,1	31,9
	Total	81,5	18,5
Nacional	Urbano	83,1	16,9
	Rural	45,3	54,7
	Total	58,1	47,9

Fonte: INE, Censo 2017

Quadro 33: Distribuição da população segundo conhecimento da LP, região e sexo, em 2017

Região	Sexo	Sabe falar Português	Não sabe falar Português
Norte	Masculino	53,0	47,0
	Feminino	39,7	60,3
	Total	46,1	53,9
Centro	Masculino	62,3	37,7
	Feminino	48,4	51,6
	Total	55,1	44,9
Sul	Masculino	85,0	15,0
	Feminino	78,4	21,6
	Total	81,5	18,5
Nacional	Masculino	64,1	35,9
	Feminino	52,5	47,5
	Total	58,1	41,9

Fonte: INE, Censo 2017



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine@gov.mz Maputo - Moçambique

